Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA E SEXTA-FEIRA, 21 E 22 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.140 | Preço banca: R$ 3,50

Economia cresceu 0,6% em fevereiro, aponta Monitor do PIB

A atividade econômica em fevereiro cresceu 0,6% em relação ao mês anterior. Já no trimestre móvel encerrado em fevereiro, comparado ao finalizado em novembro, a alta ficou em 1,1%. Na comparação interanual, a economia cresceu 1,2% em fevereiro. Em termos monetários, estima-se que o acumulado do PIB no primeiro bimestre de 2022, em valores correntes, foi de R$ 1,3 trilhão. As informações são do Monitor do PIB-FGV divulgado na quarta-feira (20) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV).

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, informou que o crescimento da economia brasileira em fevereiro ainda pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho do setor de serviços, que se mantém, em praticamente todos os meses, desde meados do ano passado, com variação interanual acima da verificada na agropecuária e na indústria.

"Mesmo considerando a variação em fevereiro, frente a janeiro, o desempenho do setor também foi de crescimento. Por ter sido o mais impactado pela pandemia, a fraca base de comparação apresentada no setor de serviços favorece o seu bom desempenho atual", disse. Página 3

Vale começa eliminação de dique da Mina Águas Claras, em Nova Lima

Página 4

Conselho aprova uso do FGTS para quitar parcelas atrasadas de imóvel

Página 13

Operação Tiradentes reforça a segurança em todo o estado durante o feriado

A Polícia Militar iniciou na quarta-feira (20), a Operação "Tiradentes" para reforçar a segurança em todo o Estado de São Paulo durante o feriado prolongado. Para isso, serão mobilizados mais de 13 mil PMs diariamente até a próxima segunda-feira (25), com foco em áreas urbanas, rurais, rodovias estaduais, além de áreas litorâneas e estâncias turísticas. Ao todo, 4.562 mil viaturas, 17 aeronaves, 124 drones, 180 cavalos e 37 cães darão apoio às atividades durante a ação.

O policiamento local de cada região será reforçado com o emprego de equipes especializadas dos Comandos de Policiamento Rodoviário (CPRv), Ambiental (CPAmb), de Trânsito (CPTran), de Choque (CPChq), de Aviação (CavPM) e do Corpo de Bombeiros (CBB).

Além de ampliar a percepção de segurança e inibir a prática de crimes, o objetivo é intensificar o policiamento preventivo no trânsito, rodovias e áreas de mata, e na realização de ações ostensivas, de resgate e fiscalização, especialmente em locais de grande fluxo de pessoas, como rodovias, praias, restaurantes e bares, áreas de comércio popular, bem como imediações de shoppings.

Também será realizada a operação "Hércules" na área urbana de todos os municípios, a fim de combater os crimes patrimoniais e desarticular quadrilhas. Desde o início do ano, mais de seis mil criminosos já foram presos nessa operação em todo o Estado.

Adesão a parcelamento especial do Simples é prorrogado para 31 de maio

Foto/Marcelo Casal JR/ABr

Página 3

CPS prorroga inscrições para cursos gratuitos de tecnologias da Microsoft

Página 2

Governo entrega 376 documentos de assentamentos em Goiás

Página 3

Resposta rápida à pandemias requer investimentos constantes

Página 14

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

28° C / 15° C

Manhã | Tarde | Noite

Sexta: Sol com aumento de nuvens ao longo do dia. À noite ocorrem pancadas de chuva.

31° C / 15° C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,62
Venda: 4,62

Turismo
Compra: 4,68
Venda: 4,78

EURO

Compra: 5,01
Venda: 5,01

Esporte

Rally RN1500 cruza o Seridó em direção às dunas do RN

É fato raro no Brasil uma competição durar mais de duas décadas, especialmente envolvendo grandes investimentos dos participantes. Mas essa é a trajetória do RN1500, uma disputa já emblemática da Região Nordeste que em 2022 realiza sua 24ª edição reunindo equipes e pilotos de alto nível profissional. Com um grid lotado de competidores conduzindo carros, motos e, em especial, os valentes UTVs, o RN1500 teve largada na quarta-feira para cruzar a região do Seridó, entre o Sertão paraibano e o potiguar. Página 6

Foto/ Fabio Davini

Bicampeão *da prova, Reinaldo Varela terá a navegação de Arthur Carneiro*

Ibero-Americano de Atletismo tem critérios de convocação atualizados

O Conselho Técnico da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) atualizou os critérios de convocação da seleção brasileira para o Campeonato Ibero-Americano de Atletismo, que será disputado de 20 a 22 de maio em La Nucia, na Espanha, diante do fato de que os organizadores não fixaram índices mínimos de participação.

Serão convocados os dois atletas por prova individual mais bem colocados no Ranking Brasileiro outdoor no período de 1 de janeiro de 2021 a 30 de abril de 2022. Antes o prazo se encerraria no dia 17 de abril. Página 6

Foto/ Divulgação

Bumblebee, *uma das atrações da corrida*

Corrida de rua do universo Transformers, confirmada para maio, continua com inscrições abertas

Os fãs dos robôs que se transformam em veículos ou feras tiveram de adiar por dois anos a oportunidade de correr ou caminhar em meio aos seus personagens favoritos. Agora, a espera acabou. A Transformers Run, corrida de rua que traz o universo Transformers para o Brasil, chega ao Parque Villa-Lobos, em São Paulo (SP), no próximo dia 22 de maio, após ter sido adiada em 2020 em função da pandemia da Covid-19. As inscrições para a prova continuam abertas e podem ser feitas no site www.transformersrun.com.br.

Filmes, animações e brinquedos, entre as muitas atrações, fazem parte de uma das maiores franquias da cultura pop de todos os tempos. Página 6

Felipe Drugovich defende a liderança na Fórmula 2 em sua estreia em Ímola

Foto/ Dutch Photo Agency

Felipe *Drugovich*

Além da natural determinação em buscar a vitória a cada prova que disputa em sua terceira temporada na Fórmula 2, o brasileiro Felipe Drugovich terá uma nova – e prazerosa – tarefa neste final de semana, entre os dias 22 e 24 de abril. No Autódromo Enzo e Dino Ferrari, em Ímola, na Itália, ele disputa a 3ª etapa do campeonato tendo como objetivo principal defender a liderança da tabela de classificação, conquistada após a vitória obtida na rodada anterior, em Jeddah, na Arábia Saudita.

"O Autódromo de Ímola é repleto de histórias e completamente novo para mim, para minha equipe e para todos na Fórmula 2", revela o piloto da equipe holandesa MP Motorsport. "Será uma oportunidade incrível e estou muito animado para o final de semana", completou.

Felipe Drugovich vive uma temporada especial na principal categoria de acesso à Fórmula 1. Página 6

Capital paulista mantém abertos locais de vacinação no feriado

Por causa do feriado de Tiradentes, comemorado nesta quinta-feira, (21), haverá alteração no funcionamento de muitos serviços na capital paulista até o próximo domingo (24). Os bancos, por exemplo, não terão atendimento nesta quinta-feira, mas as agências reabrem. normalmente na sexta-feira.

Parte das agências dos Correios vão funcionar amanhã – a lista pode ser encontrada no site da empresa. Na sexta-feira, o atendimento volta ao normal. No sábado (23), algumas agências também estarão abertas, mas no domingo não funcionarão.

Vacinação

Desta quinta-feira, até sábado, os postos da Assistência Médica Ambulatorial (AMA) e as unidades básicas de saúde integradas funcionarão das 7h às 19h, disponibilizando vacinas contra covid-19, gripe, sarampo e poliomielite.

No domingo, a imunização será realizada nos parques Buenos Aires, Severo Gomes, do Carmo, Villa-Lobos, da Independência e da Juventude, das 8h às 17h. Na Avenida Paulista, haverá vacinação em uma tenda instalada no número 52 e em uma farmácia parceira, que funciona no número 995, das 8h às 16h. Os parques e a tenda da Paulista apenas aplicarão doses de vacinas contra covid-19 e gripe para as faixas etárias elegíveis. Na farmácia, a imunização será apenas contra covid-19.

Rodízio e mobilidade

O rodízio municipal de veículos será suspenso para carros na quinta e na sexta-feira. As demais restrições serão mantidas na sexta-feira: rodízio de veículos pesados (caminhões); Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões e Zona de Máxima Restrição aos Fretados.

A circulação dos ônibus no feriado será equivalente à de um sábado, mas, no dia seguinte, a frota será de dia útil.

Todas as linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos funcionarão na quinta-feira das 4h à meia noite, com intervalos médios programados para os domingos. Na sexta-feira, a operação será de um dia útil normal. No sábado e no domingo, os intervalos médios serão os normais programados para estes dias.

Na quinta-feira, as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Metrô terão operação equivalente à de um sábado. Na sexta, a operação será normal, como em qualquer dia útil. No sábado e no domingo, a oferta de trens será similar à de um sábado. A operação também será monitorada durante todo o feriado para disponibilizar mais trens, de acordo com a demanda.

Poupatempo

Os postos de atendimento do Poupatempo permanecem fechados de quinta-feira até domingo. Na segunda-feira, todas as unidades voltam a funcionar habitualmente para o atendimento presencial, mediante agendamento prévio obrigatório de data e horário pelas plataformas digitais. (Agência Brasil)

Taxa de ocupação de hotéis no litoral e no interior de SP supera 80%

A ocupação dos hotéis no litoral e no interior paulista superou os 80% para o feriado prolongado de Tiradentes, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo. Segundo a entidade, a rede hoteleira deve chegar a ocupação máxima, com os viajantes que deixaram para reservar a hospedagem de última hora.

Na capital paulista, no entanto, a ocupação dos hotéis está em torno de 40%, de acordo com a estimativa da associação, apesar de as escolas de samba, que deixaram de desfilar no carnaval devido à pandemia da covid-19, se apresentarem ao longo do feriado.

Não haverá, entretanto, desfile dos blocos e o carnaval de rua, que tinha se tornado um atrativo turístico paulistano antes da pandemia. No período, a ocupação total das vagas em hotéis na cidade ficava, segundo as estimativas anteriores da entidade, acima de 60%, chegando a mais de 80% nos estabelecimentos de menor custo e próximos ao circuito dos blocos. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Quais vereadores(as) - católicos(as) e evangélicos(as) - 'desfilarão' neste atrasado feriado do carnaval mundano (sem vacinações contra pandemias espirituais) - nos 'blocos' dos Frutos do Espírito (Santo de DEUS) e do Cristo Jesus ?

PREFEITURA (São Paulo)

O que fará o católico e prefeito paulistano Ricardo Nunes, neste atrasado carnaval mundano (sem vacinações contra pandemias espirituais) ? 'Desfilará' nos 'blocos' dos Frutos do Espírito (Santo de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Quais deputados(as) - católicos(as) e evangélicos(as) - 'desfilarão' neste atrasado carnaval mundano (sem vacinações contra pandemias espirituais) - nos 'blocos' dos Frutos do Espírito Santo (de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

GOVERNO (São Paulo)

O que fará o cristão (católico) governador paulista Rodrigo Garcia, neste atrasado do carnaval mundano' (sem vacinações contra pandemias espirituais) ? 'Desfilará' nos 'blocos' dos Frutos do Espírito Santo (de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

CONGRESSO (Brasil)

Quais deputados(as) e senadores(as) - católicos(as) e evangélicos(as) - 'desfilarão' neste atrasado carnaval mundano' (sem vacinações contra pandemias espirituais) nos 'blocos' dos Frutos do Espírito Santo (de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O que fará o ex-católico - hoje evangélico - e Presidente Jair Bolsonaro, neste atrasado carnaval mundano (sem vacinações contra pandemias espirituais). 'Desfilará' nos 'blocos' dos Frutos do Espírito Santo (de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

PARTIDOS (Brasil)

Quais donos e sócios dos partidos - católicos(as) e evangélicos(as) - 'desfilarão' neste atrasado carnaval mundano (sem vacinações contra pandemias espirituais) nos 'blocos' dos Frutos do Espírito Santo (de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Quais ministros(as) - católicos(as) e evangélicos(as) - no Supremo, 'desfilarão' neste atrasado carnaval mundano (sem vacinações contra pandemias espirituais) nos 'blocos' dos Frutos do Espírito Santo (de DEUS) e do Cristo Jesus ?

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

CPS prorroga inscrições para cursos gratuitos de tecnologias da Microsoft

O Centro Paula Souza (CPS) prorrogou até a próxima segunda-feira (25) as inscrições para 2 mil vagas em cursos online gratuitos de qualificação profissional sobre tecnologias de computação em nuvem, big data e inteligência artificial da Microsoft. As capacitações fazem parte do programa Minha Chance, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE).

Os interessados em participar do teste de seleção online devem acessar o site ensino.fundacao fat.org.br. No último dia, o prazo encerra-se às 20 horas.

São oferecidas quatro opções de cursos, com 64 horas de duração: Microsoft Azure AI Fundamentals (AI-900), Microsoft Azure Fundamentals (AZ-900), Microsoft Azure Data Fundamentals (DP-900) e Microsoft Power Platform Fundamentals (PL-900).

As aulas serão ministradas ao vivo em plataforma virtual por professores do CPS e especialistas de mercado. Além do conteúdo específico, os participantes terão a oportunidade de desenvolver habilidades socioemocionais e comportamentais, como liderança, comunicação, resolução de conflitos, empreendedorismo, entre outras. As atividades estão programadas para começar no final de abril e seguem até junho.

A seleção ocorrerá por meio de um teste online, com questões relacionadas a lógica e conceitos de computação. Podem participar estudantes de Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, bem como pessoas da comunidade em geral, maiores de 18 anos. Ao término das capacitações, os melhores participantes receberão, gratuitamente, vouchers para exames de certificação, com reconhecimento internacional.

Saiba mais sobre os cursos:

Microsoft Azure AI Fundamentals (AI-900) – voltado a quem tem interesse em trabalhar com soluções e serviços de inteligência artificial, machine learning e outras aplicações relacionadas ao Microsoft Azure. Vagas: 500

Microsoft Azure Fundamentals (AZ-900) – apresenta conceitos de nuvem, serviços, cargas de trabalho, segurança e privacidade no Microsoft Azure. Vagas: 500

Microsoft Azure Data Fundamentals (DP-900) – trata de conceitos básicos sobre dados, como dados relacionais, dados não relacionais, big data e análise no Microsoft Azure. Vagas: 500

Microsoft Power Platform Fundamentals (PL-900) – ensina a trabalhar com a Microsoft Power Platform, utilizando do Power Automate, Power BI, Power Apps e Power Virtual Agents, baseados no Microsoft Azure. Vagas 500

Segurança em redes

Terminam nesta quarta-feira (20), as inscrições para 500 vagas no curso CCNA Preparatório para Segurança em Redes, oferecido pelo CPS em parceria com o Cisco Networking Academy. Com duração de 80 horas, a capacitação introduz o participante na área de segurança da informação, planejando e implementando pequenas redes por meio de aplicativos diversos. Inscreva-se!

Minha Chance

O programa Minha Chance é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da SDE e do CPS, que visa capacitar estudantes de Etecs e Fatecs, além da comunidade em geral, em colaboração com a iniciativa privada. O objetivo é estimular a geração de emprego e renda. Os cursos são elaborados em parceria com empresas que têm a vantagem de direcionar as vagas a profissionais com boa formação.

Dia Mundial da Criatividade tem programação gratuita em São Paulo

A cidade de São Paulo recebe as ações do Dia Mundial da Criatividade da quarta-feira, (20) até a próxima sexta-feira (22). A data, celebrada em 21 de abril, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017, concedendo destaque ao papel da criatividade no desenvolvimento humano.

A programação, toda gratuita, abrange 100 cidades no Brasil e 30 localidades em outras partes do mundo. Na capital paulista, serão realizadas 50 atividades presenciais e online. As ações trazem temas como inovação corporativa, economia circular, cinema expandido e ESG (sigla em inglês para governança ambiental e social).

As comemorações são uma iniciativa da World Creativity Organization, organização que desde 2018 busca aumentar a conscientização sobre a importância da criatividade. Em São Paulo, a agenda, concentrada no centro e na zona oeste da cidade, é conduzida pela plataforma A Vida no Centro, que dá visibilidade para iniciativas de inovação social e experiências urbanas.

A Praça Roosevelt vai receber na quinta-feira (21), a partir das 9h, uma feira de economia circular com diversos brechós. Também serão oferecidas oficinas de compostagem, arranjo de flores secas e de confecção de cadernos artesanais.

À tarde, às 16h, o diretor de carnaval da escola Dragões da Real, Márcio Santana, e o compositor Thiago de Souza participam de uma roda de conversa para contar do processo de pesquisa e criação para a homenagem a Adoniran Barbosa, tema do samba-enredo da escola para o desfile deste ano.

Na sexta-feira (22), a partir das 10h30, o fotógrafo e estudante de biologia Tiago Queiroz propõe uma caminhada pelo bairro central da Santa Cecília para identificação de plantas nativas. Às 18h, a SP Escola de Teatro recebe um painel sobre o processo criativo em filmes e séries com o professor e roteirista Marcelo Starobinas, que trabalhou no filme Jean Charles e na série Pico da Neblina (HBO). (Agência Brasil)

Carnaval Inclusivo: público terá recursos de acessibilidade durante desfiles do Grupo Especial

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), em parceria com a Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (Liga-SP) e a São Paulo Turismo (SPTuris), promove nos dias 22 e 23 de abril, a partir das 22h30, o "Carnaval Inclusivo", iniciativa que tem o objetivo de acessibilizar a maior festa cultural do país.

A fim de incluir pessoas com deficiência visual e cegas, este será o quinto ano que a SMPED oferece audiodescrição durante os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial de São Paulo. Ela será transmitida ao vivo pelo canal do Youtube da secretaria (Inclusão SP).

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que fornece detalhes sobre imagens, expressões faciais, figurinos, cenários e qualquer informação visual que componha o contexto a ser descrito. O serviço será operacionalizado por meio de uma cabine, instalada no Sambódromo, onde o audiodescritor vai transformar o visual em verbal, para pessoas cegas e com deficiência visual.

Antes dos desfiles, o profissional realiza uma pesquisa e recebe um material, de cada escola de samba, com detalhes do que será apresentado na avenida, assim ele tem condições de enriquecer a descrição com a história da escola, dos sambas-enredo e demais informações sobre o que será apresentado, no Anhembi.

Além da audiodescrição, outro recurso oferecido no carnaval é o projeto "Samba com as Mãos" que disponibiliza vídeos com a tradução em Libras dos 14 sambas-enredo das escolas que pertencem ao Grupo Especial de São Paulo. O objetivo é incluir pessoas surdas e com deficiência auditiva.

"O mais interessante do Carnaval Inclusivo é que os recursos de acessibilidade que a gente oferece não são exclusivos para quem está no Sambódromo, na verdade eles estão disponíveis para todos, em qualquer lugar do país, através das nossas redes sociais. Então, quem estiver em casa vai poder ouvir a audiodescrição em tempo real, no horário do desfile e a comunidade surda já tem acesso a todos os vídeos gravados com a tradução em Libras dos sambas-enredo das escolas. O nosso objetivo é garantir a real inclusão das pessoas com deficiência nessa festa que é tão importante para a cultura brasileira", destacou a secretária municipal da Pessoa com Deficiência, Silvia Grecco.

Para quem for assistir os desfiles no Sambódromo do Anhembi, o local possui lugares reservados para pessoas que usam cadeira de rodas e seus acompanhantes.

A Prefeitura de São Paulo também oferece transporte gratuito para pessoas com deficiência que forem assistir aos desfiles através do serviço Atende+. A SPTrans informa que disponibilizará as vans nos dois dias de evento: 22 e 23 de abril. A operação terá início às 19h. Os veículos estarão disponíveis em quatro locais: Pavilhão do Anhembi (para circulação interna), Metrô Palmeiras-Barra Funda, Metrô Portuguesa-Tietê e na Av. Olavo Fontoura (Posto da CET), para atender os usuários com destino ao Sambódromo.

Confira as linhas com destino ao Sambódromo:

Metrô Portuguesa Tietê - Saída para a Rua Mal. Odylio Denys, esquina com a Av. Cruzeiro do Sul

Metrô Palmeiras Barra Funda - Av. Auro Soares de Moura Andrade, dentro do Terminal Barra Funda, junto à rampa de acesso

Posto da CET - Av. Olavo Fontoura

Pavilhão do Anhembi - Linha interna

O Atende+, modalidade de transporte porta a porta, gratuito, operado com vans adaptadas, destinado às pessoas com autismo, surdocegueira ou deficiência física com alto grau de severidade e dependência, também transportará pessoas com mobilidade reduzida, como grávidas, idosos e obesas.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Economia cresceu 0,6% em fevereiro, aponta Monitor do PIB

A atividade econômica em fevereiro cresceu 0,6% em relação ao mês anterior. Já no trimestre móvel encerrado em fevereiro, comparado ao finalizado em novembro, a alta ficou em 1,1%. Na comparação interanual, a economia cresceu 1,2% em fevereiro. Em termos monetários, estima-se que o acumulado do PIB no primeiro bimestre de 2022, em valores correntes, foi de R$ 1,3 trilhão. As informações são do Monitor do PIB-FGV divulgado na quarta-feira (20) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV).

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, informou que o crescimento da economia brasileira em fevereiro ainda pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho do setor de serviços, que se mantém, em praticamente todos os meses, desde meados do ano passado, com variação interanual acima da verificada na agropecuária e na indústria.

"Mesmo considerando a variação em fevereiro, frente a janeiro, o desempenho do setor também foi de crescimento. Por ter sido o mais impactado pela pandemia, a fraca base de comparação apresentada no setor de serviços favorece o seu bom desempenho atual", disse.

Juliana Trece destacou, no entanto, que apesar dos resultados mostrarem o setor de serviços como fundamental para o desempenho da economia no início deste ano, outros fatores podem interferir nos resultados.

"O combo inflação, juros e desemprego elevados podem prejudicar a sustentação do crescimento da atividade de serviços no decorrer do ano e, consequentemente, do próprio PIB", acrescentou.

Consumo das famílias

Também no trimestre móvel encerrado em fevereiro, o consumo das famílias registrou alta de 2,1%, em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com a FGV, pelo quinto mês consecutivo o componente de serviços foi o único a apresentar taxas positivas que foram influenciadas, principalmente, pelo desempenho dos segmentos de transporte e de outros serviços (serviços de alojamento, alimentação e domésticos). Já no consumo de bens duráveis, houve recuo de 8,6%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) subiu 0,4% no trimestre entre dezembro e fevereiro, se comparado ao mesmo trimestre de 2021. Entre os componentes somente o de máquinas e equipamentos teve recuo, nesta comparação. Segundo o Monitor, as quedas disseminadas entre diversos segmentos deste componente explicam o desempenho, com destaque para os caminhões, outros veículos e outras máquinas e equipamentos.

Exportação

A exportação avançou 12,5% no trimestre móvel concluído em fevereiro na comparação com o mesmo período do ano passado. As exportações de produtos agropecuários foram as principais influências para o crescimento. Em movimento contrário, as exportações de produtos da extrativa mineral apresentaram retração, na mesma comparação.

Importação

A importação recuou 2,1% no trimestre móvel e encerrado em fevereiro em comparação semelhante. O desempenho de bens de capital e de bens intermediários, que caíram 20,1% e 5,7%, impactaram as importações. A importação de produtos agropecuários teve retração de 17,8%. (Agencia Brasil)

Serasa: 15,8% dos produtores rurais estavam inadimplentes em março

Um estudo feito pela Serasa Experian apontou que 15,8% dos produtores rurais em estados brasileiros voltados ao agronegócio estavam inadimplentes no mês de março. O estudo foi realizado nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

O Estudo de Inadimplência do Produtor Rural da Serasa Experian revelou que, em comparação ao estudo anterior, feito em junho de 2021, esse número apresentou queda de 0,1 ponto percentual, o que pode ser considerado estabilidade. O número de inadimplentes entre os produtores rurais é bem inferior ao que é registrado na população adulta em geral, que fica em torno de 40%.

"O agronegócio, um dos principais motores da economia no país, continuou gerando empregos e renda neste período, contando também com preços favoráveis à comercialização de seus produtos. Os ganhos dos produtores se mantiveram ou até cresceram em alguns casos, fazendo que muitos conseguissem pagar as contas, mitigassem riscos e evitassem a inadimplência", disse Marcelo Pimenta, Head de Agronegócio da Serasa Experian.

De acordo com o levantamento, a inadimplência foi maior entre os produtores de menor renda. Os produtores rurais que ganham acima de R$ 10 mil mensalmente possuem o menor percentual de negativação (12,2%). Já os que tinham renda entre R$ 2 mil e R$ 4 mil apresentaram a maior taxa de inadimplência: 19,3%. (Agencia Brasil)

Adesão a parcelamento especial do Simples é prorrogado para 31 de maio

O atraso na liberação do sistema e a falta de uma fonte de compensação fizeram o governo adiar o prazo de adesão ao parcelamento especial de negócios inscritos no Simples Nacional. A data, que acabaria no fim de abril, passou para 31 de maio.

A decisão foi anunciada na quarta-feira (20) pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. Esse é o terceiro adiamento. Originalmente, o prazo para aderir ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) acabaria no fim de janeiro. A data foi transferida para o fim de março e, mais tarde, para 30 de abril.

O Comitê Gestor também adiou, para 31 de maio, o prazo de regularização das dívidas que impedem as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais a entrarem no Simples Nacional. A entrega da Declaração Anual do Microempreendedor Individual (DASN-Simei), que iria até o fim de maio, foi prorrogada para 30 de junho.

Sistema

Em nota, o Comitê Gestor do Simples informou que o adiamento foi necessário porque o governo ainda não encontrou uma fonte para compensar a perda de arrecadação com o parcelamento especial, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Enquanto o problema não é resolvido, a Receita Federal não pode lançar o sistema que permite a adesão dos devedores.

"O adiamento da adesão ao Relp se tornou necessário para adequação do calendário, até que seja definida a sua fonte de compensação, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Receita Federal já está com tudo pronto para dar operacionalidade ao parcelamento", informou o órgão.

Por meio do Relp, as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais afetados pela pandemia de covid-19 podem renegociar dívidas em até 15 anos. O parcelamento prevê descontos de até 90% nas multas e nos juros de mora e de até 100% dos encargos legais. Também haverá um desconto na parcela de entrada proporcional à perda de faturamento de março a dezembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Quem foi mais afetado pagará menos.

Vetada pelo presidente Jair Bolsonaro no início do ano, a renegociação especial de débitos com o Simples Nacional foi restabelecida pelo Congresso, que derrubou o veto no início de março. Alguns dias depois, o Diário Oficial da União publicou a lei complementar que estabeleceu o Relp. (Agencia Brasil)

Trabalhadores nascidos em janeiro podem sacar até R$ 1 mil no FGTS

A partir da última quarta-feira (20), os trabalhadores nascidos em janeiro receberão até R$ 1 mil das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A Caixa Econômica Federal depositará o dinheiro na conta poupança digital, usada para o pagamento de benefícios sociais e previdenciários.

Os valores só podem ser movimentados por meio do aplicativo Caixa Tem, que permite o pagamento de contas domésticas e a realização de compras virtuais em estabelecimentos não conveniados. O Caixa Tem também permite o saque em caixas eletrônicos e a transferência para a conta de terceiros.

O trabalhador precisa ficar atento. A maioria dos cerca de 42 milhões de trabalhadores receberá o dinheiro automaticamente, na conta poupança social digital da Caixa. No entanto, em caso de dados incompletos que não permitam a abertura da conta digital, ele terá de pedir a liberação dos recursos.

Todo o processo para pedir o saque será informatizado. O trabalhador não precisará ir à agência da Caixa, bastando entrar no aplicativo oficial do FGTS, disponível para smartphones e tablets, e inserir os dados pedidos.

O aplicativo está dando a opção para o trabalhador pedir o crédito em qualquer conta corrente ou poupança de qualquer banco. A possibilidade, no entanto, só vale para quem aceitar fornecer a foto de um documento oficial para cadastrar a biometria.

Pelo calendário divulgado em março, a liberação dos recursos segue cronograma baseado no mês de nascimento do trabalhador. O dinheiro será liberado em etapas até 15 de junho, quando recebem os nascidos em dezembro.

Retirada

Outro ponto a que o trabalhador precisa ficar atento é a retirada do dinheiro. Os recursos estarão disponíveis até 15 de dezembro e voltarão para a conta vinculada do FGTS depois dessa data, caso não sejam gastos, retirados ou transferidos para a conta corrente.

O dinheiro não movimentado será restituído ao FGTS com correção pelo rendimento do Fundo de Garantia, correspondente ao período em que ficou parado na conta poupança digital.

Consulta

Para saber se receberá automaticamente o dinheiro ou se precisará pedir o saque, o trabalhador precisa fazer consulta. O processo pode ser feito tanto no site fgts.caixa.gov.br quanto pelo aplicativo FGTS. O site informa apenas a data da liberação e se o crédito será feito de forma automática. O aplicativo tem mais funcionalidades, como a consulta aos valores, a atualização dos dados da conta poupança digital, o pedido para desfazer o crédito e manter o dinheiro na conta do FGTS. (Agencia Brasil)

Aneel aprova reajuste na conta de luz em quatro estados

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na terça-feira (19) reajustes tarifários na conta de energia elétrica de distribuidoras que atendem consumidores em quatro estados: Ceará, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte.

No Ceará, o reajuste tarifário anual da Enel Distribuição, empresa que atende cerca de 3,8 milhões de unidades consumidoras, foi de 24,85%, na média. O aumento entra em vigor no dia 22 deste mês.Segundo a Aneel, a combinação do reajuste tarifário aprovado com o término da cobrança da bandeira escassez hídrica resultará, porém, em um efeito tarifário para o consumidor B1 residencial convencional de 0,09%.

O reajuste tarifário anual da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba) entra em vigor também no dia 22, com aumento de 20,73% para o consumidor residencial. A empresa atende cerca de 6,3 milhões de unidades consumidoras no estado.

De acordo com a Aneel, por causa do fim da cobrança extra na conta de luz, com o fim da bandeira escassez hídrica, o efeito tarifário para o consumidor B1 residencial convencional deve ser -1,58%.

A Aneel também aprovou o reajuste tarifário anual da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Neoenergia Cosern). As novas tarifas da empresa, responsável pela distribuição de energia a 1,5 milhão de unidades consumidoras do estado, entram em vigora no dia 22, com reajuste de 19,87% para o consumidor residencial.Os itens que mais afetaram a correção foram os encargos setoriais, os custos de distribuição e a retirada de financeiros anteriores.

Apesar do reajuste, a combinação com o término da cobrança bandeira escassez hídrica resultou em um impacto tarifário para o consumidor B1 residencial convencional de -4,11%, diz a agência.

O estado de Sergipe também terá reajuste na conta de luz. A Aneel autorizou a Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A (ESE) a aplicar aumento de 16,46% na tarifa para o consumidor residencial, a partir do próximo dia 22. A empresa atende cerca de 825 mil unidades consumidoras no estado.

De acordo com a agência reguladora, da mesma forma, por causa do fim da cobrança da bandeira tarifária de escassez hídrica, o reajuste na conta será atenuado, com impacto tarifário para o consumidor B1 residencial convencional de -6,15%. (Agencia Brasil)

Ocupação hoteleira no Rio para o carnaval fora de época chega a 78%

A ocupação hoteleira carioca para o carnaval fora de época, que começou na quarta-feira (20) e vai até domingo (24), registra uma média de 78% dos quartos reservados para o período. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Rio de Janeiro (Abih-RJ) e HotéisRIO.

Os bairros da Barra da Tijuca/São Conrado ocupam a primeira posição, com 80,60%, Ipanema/ Leblon em segundo com 79,29% e Leme/Copacabana em terceiro (77,64%). Depois vêm Flamengo/ Botafogo (72,09%) e Centro (71,28%).

No interior do estado, a média é ainda melhor, com 90,26% de quartos reservados. A Costa do Sol abre a lista com Arraial do Cabo (96,80%), Cabo Frio (93,50%) e Armação dos Búzios (93,40%). Paraty, na Costa Verde, tem 92%; logo depois, um empate entre Itatiaia/Penedo, nas Agulhas Negras, e Macaé, na Costa do Sol, com 91,5%.

Em seguida aparece Miguel Pereira (91,4%), no Vale do Café, e Teresópolis (91%), na Serra Verde Imperial, seguidos de Angra dos Reis (90%), na Costa Verde. Vassouras e Valença/Conservatória, no Vale do Café, registram 88,7% e 88,1%, respectivamente, Rio das Ostras, na Costa do Sol, 87,2% e Petrópolis, na Serra Verde Imperial, 80,2%.

Segundo a pesquisa, esse será um Carnaval com muitos turistas domésticos, que respondem por 86% das reservas. A maior parte vem de São Paulo, seguido por Minas Gerais. Em terceiro lugar estão os turistas do próprio estado do Rio, com os capixabas na quarta posição.

Casais e famílias predominam, seguidos por visitantes sozinhos e em grupos. Entre as faixas etárias, o primeiro lugar fica com as pessoas entre 31 a 40 anos, seguidos pelos de 41 a 50 anos, 51 a 60 anos e 21 a 30 anos.

De acordo com o levantamento, já é possível observar um retorno gradual dos turistas estrangeiros, que representam 14% dos hóspedes. A maior parte vem dos Estados Unidos, seguidos de Argentina, Chile e Colômbia. São predominantemente casais, em seguida de visitantes individuais, famílias e grupos. A faixa etária de 41 a 50 anos fica em primeiro lugar, seguida da faixa de 31 a 40 anos e, depois, de 21 a 30 anos e de 51 a 60 anos.

O presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, ressaltou que o carnaval é o maior evento do Rio: dados da Riotur mostram que, em 2020, a festa foi acompanhada por 2,1 milhões de turistas, que movimentaram cerca de R$ 4 bilhões na economia carioca.

"Acreditamos que os números de ocupação vão aumentar ainda mais. Nossa expectativa é de que, até o dia do início do carnaval, chegue a 85%. Após dois anos sem desfiles e blocos, o público quer voltar a desfrutar dos encantos da Cidade Maravilhosa", disse Lopes, em nota.

O secretário estadual de Turismo, Sávio Neves, destacou a consolidação dos destinos do Rio, ao longo da retomada das atividades.

"Saímos de um feriado da Semana Santa com números excelentes e mantivemos o nível no carnaval. Fora todo o simbolismo da volta desta festa, que é o maior espetáculo do mundo, os números representam que estamos trilhando o caminho certo para a retomada total das atividades, tendo o turismo como a locomotiva que irá gerar desenvolvimento econômico e social para o nosso estado", disse o secretário. (Agencia Brasil)

Governo entrega 376 documentos de assentamentos em Goiás

O presidente Jair Bolsonaro participou na quarta-feira (20) da cerimônia de entrega de 376 documentos de assentamentos localizados em 99 municípios goianos. Durante o evento, no parque de exposições de Rio Verde (GO), ele disse que mais de 330 mil títulos foram entregues em todo o país durante o seu mandato e que pretende, até o fim do ano, chegar à marca dos 400 mil.

"Ultrapassamos a casa dos 330 mil títulos no Brasil. Estamos nos esforçando a ultrapassar, este ano, a casa dos 400 mil", disse Bolsonaro. Segundo o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Geraldo Melo Filho, o resultado mostra a relevância de parcerias com governos estaduais e municipais.

"Para chegar a esse resultado, precisamos de parcerias com estados e municípios. Dos títulos entregues hoje, cerca de 200 foram emitidos em parcerias com prefeituras. Esse é um dado importante porque mostra que as prefeituras têm trabalho a desempenhar conosco", disse.

Bolsonaro destacou que, tendo em mãos títulos provisórios e definitivos, agricultores familiares, por exemplo, podem vender parte de sua produção aos municípios, além de terem acesso a crédito bancário.

Guerra

Ao comentar os efeitos do conflito entre Rússia e Ucrânia em outros países, Bolsonaro ressaltou que o Brasil, enquanto "celeiro do mundo", desponta como "solução" em um planeta que "começa a ter dificuldades" para a produção e comercialização de alimentos.

De acordo com o presidente, "o mundo atravessa problemas graves como inflação, aumento de preço, inclusive de combustíveis". Isso, segundo ele, "é reflexo ainda da pandemia e de uma guerra que ocorre a 10 mil quilômetros do Brasil". (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Vale começa eliminação de dique da Mina Águas Claras, em Nova Lima

A Vale começou na quarta-feira (20) a descaracterização de uma das cinco estruturas a montante previstas para serem eliminadas ainda em este ano. A primeira é a do Dique Auxiliar da Barragem 5, na Mina Águas Claras, em Nova Lima, Minas Gerais, que desde o ano 2000 não recebe rejeitos. Segundo a companhia, com o término dos trabalhos no fim do ano, o Dique será uma das 12 estruturas alteadas a montante da empresa, já eliminadas no Brasil.

"A eliminação de todas as barragens a montante da Vale é um dos pilares do princípio de garantia de não repetição de rompimentos como o de Brumadinho, tendo como prioridade, sempre, a segurança das pessoas e cuidados com o meio ambiente", informou a empresa.

Segundo a Vale, tanto o Dique Auxiliar como a Barragem 5 estão, atualmente, em Nível de Emergência 1 do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM). As duas estruturas são monitoradas permanentemente pelo Centro de Monitoramento Geotécnico da Vale.

A companhia construiu, preventivamente, em março, um reforço para dar maior estabilidade à estrutura durante o processo, que pode ter um aumento de riscos durante as obras de descaracterização. Foi definido também que, em caso hipotético de ruptura, todo o rejeito, calculado em cerca de 2,2 milhões de metros cúbicos, fique contido dentro da Barragem 5, evitando qualquer dano às pessoas ou ao meio ambiente da região.

"Para reforçar a segurança dos trabalhadores, ainda que não haja proibição de acesso à estrutura, a Vale, conservadoramente, definiu que as atividades de escavação e movimentação do rejeito serão realizadas com equipamentos não tripulados, operados remotamente. A tecnologia foi desenvolvida pela empresa em conjunto com fornecedores. A previsão de conclusão dos trabalhos é em dezembro deste ano", revelou.

O planejamento prevê que as obras ocorrerão em área interna da empresa e todo o transporte de materiais e equipamentos será feito por meio de acessos internos, para evitar impactos nas vias locais. As estimativas apontam que os trabalhos no Dique Auxiliar devem gerar cerca de 130 empregos, entre trabalhadores diretos e terceirizados. A Vale afirma que prioriza a contratação de mão de obra local.

Programa

Desde 2019, das 30 estruturas a montante mapeadas que passarão pelo processo, sete foram eliminadas (quatro em Minas Gerais e três no Pará). Segundo a empresa, o número corresponde a praticamente 25% do seu Programa de Descaracterização. "Para este ano, está prevista a conclusão das obras e a reintegração ao meio ambiente de mais cinco estruturas. Com isso, a Vale prevê encerrar 2022 com 40% das suas estruturas a montante eliminadas. Isso significa que 12 de 30 barragens mapeadas já estarão descaracterizadas", acrescentou.

Os Diques 3 e 4, da barragem Pontal; a barragem Ipoema, em Itabira; e a Barragem Baixo João Pereira, em Congonhas, são as outras estruturas com previsão de conclusão das obras de descaracterização neste ano. A atualização mais recente do Programa de Descaracterização mostra que 90% das barragens a montante serão eliminadas até 2029 e 100% até 2035.

"As estruturas cujos prazos para término da descaracterização são mais extensos referem-se àquelas de maior risco, mais complexas e que envolvem um volume de rejeitos maior. A Vale reforça que as obras de descaracterização estão sendo realizadas de forma cautelosa e reafirma seu compromisso de transparência e atuação focada na segurança das pessoas e do meio ambiente", completou. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

REGIDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J./.MF 11.067.457/0001-30
Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em reais).

Balanço patrimonial Ativo	2021	2020
Circulante		
Disponibilidades	8.796.863,19	13.245.398,04
Outros Créditos	1.728.521,17	341.809,99
Tributos a recuperar	1.166.409,01	62.113,07
Despesas Antecipadas	21.540,04	23.824,69
	11.713.333,41	13.673.145,79
Não circulante		
Empréstimos Coligadas	4.110.589,62	4.385.935,05
Dividendos a Receber	6.202.863,96	2.671.702,25
Investimentos	362.393.068,40	333.376.346,94
Imobilizado	18.846.247,47	19.240.805,24
Intangível	5.968,00	5.968,00
Total do não circulante	391.558.737,45	359.680.757,48
Total do ativo	403.272.100,86	373.353.903,27

Balanço patrimonial Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante		
Obrigações tributárias	228.856,42	893.610,17
Outras contas a pagar	22.265.877,72	17.581.936,87
Total do circulante	22.494.734,14	18.475.547,04
Não Circulante		
Outras Obrigações	3.317.661,64	2.096.545,56
Patrimônio Líquido		
Capital Social	245.000.000,00	245.000.000,00
Reserva Legal	24.392.452,66	22.774.230,08
Reservas de Lucro	108.067.252,42	85.007.580,59
Total do Patrimônio líquido	377.459.705,08	352.781.810,67
Total do passivo e patrimônio líquido	403.272.100,86	373.353.903,27

Demonstração do resultado	2021	2020
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e Administrativas	(4.443.883,60)	(2.235.102,02)
Ocupação	(57.347,12)	(87.443,96)
Tributárias	(134.543,08)	(525.644,65)
Equivalência patrimonial	33.998.499,34	30.679.058,49
Lucro operacional antes do resultado financeiro	29.362.725,54	27.830.867,86
Resultado financeiro		
Receita financeira	3.843.879,59	8.022.443,96
Despesas financeiras	(2.812,00)	(2.661,10)
Lucro antes do IR e da CS	33.203.793,13	35.850.650,72
Contribuição social	(248.591,60)	(455.206,96)
Imposto de renda	(690.749,80)	(1.240.463,79)
Lucro líquido do exercício	32.364.451,68	34.154.979,97
Lucro líquido por ação do capital social	1,7978	1,8975

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social Nacional	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Total
Em 31 de Dezembro de 2019	**143.612.707,00**	-	**162.235.920,95**	**21.066.481,08**	**326.915.109,03**
Aumento de Capital	101.387.293,00	-	(101.387.293,00)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	34.154.979,97	-	-	34.154.979,97
Constituição de Reserva Legal	-	(1.707.749,00)	-	1.707.749,00	-
Dividendos	-	(7.111.807,74)	-	-	(7.111.807,74)
Constituição Reserva de Lucros	-	(24.158.952,64)	24.158.952,64	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(1.176.470,59)	-	-	(1.176.470,59)
Em 31 de Dezembro de 2020	**245.000.000,00**	-	**85.007.580,59**	**22.774.230,08**	**352.781.810,67**
Lucro líquido do exercício	-	32.364.451,68	-	-	32.364.451,68
Constituição de Reserva Legal	-	(1.618.222,58)	-	1.618.222,58	-
Dividendos	-	(7.686.557,27)	-	-	(7.686.557,27)
Constituição Reserva de Lucros	-	(23.059.671,82)	23.059.671,82	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021	**245.000.000,00**	-	**108.067.252,41**	**24.392.452,67**	**377.459.705,07**

Demonstração do resultado abrangente

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**32.364.451,68**	34.154.979,97
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**32.364.451,68**	**34.154.979,97**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.203.793,13	35.850.650,72
Equivalência Patrimonial	(33.998.499,34)	(30.679.058,49)
Depreciação	1.620.812,84	713.150,95
	826.106,63	5.884.743,18
Variações no capital circulante		
Outros Créditos	(1.386.711,18)	13.574,89
Créditos tributários	(1.104.295,94)	412.427,24
Despesas antecipadas	2.284,65	32.811,61
Empréstimos com coligadas	275.345,43	(1.932.309,10)
Fornecedores		
Obrigações tributárias	(359.780,65)	93.902,91
Outras contas a pagar	(2.616,42)	6.750,00
Caixa gerado pelas operações	(1.749.667,48)	4.511.900,73
Dividendos recebidos	2.671.702,25	2.827.731,41
Imposto de renda	(1.144.314,55)	(1.707.938,60)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(222.279,78)	5.631.693,54
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.226.255,07)	(485.589,50)
Aumento de Capital Social	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.226.255,07)	(485.589,50)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	(3.000.000,00)	(3.000.000,00)
Juros sobre capital proprio	-	(1.176.470,59)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.000.000,00)	(4.176.470,59)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.448.534,85)	969.633,45
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.245.398,04	12.275.764,59
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.796.863,19	13.245.398,04
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.448.534,85)	969.633,45

demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC PME e correspondente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4 - Capital Social -** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é composto por 18.002.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 900.001 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe espécifica e classe "A", 2 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

Renato Spallicci - Diretor Presidente
Contador: Adriana Gherih - CRC: 1SP215165/O

Notas explicativas

1 - Objeto: participação em outras sociedades, exploração, por conta própria ou através de terceiros, de empreendimentos imobiliários; compra, venda e locação de bens móveis e imóveis; administração de bens próprios; outras atividades afins ou correlatas. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em valores expressos em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09. **3 - Principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Ativo circulante e realizável a longo prazo** - São apresentados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **c. Investimentos -** O investimento em controladas e coligadas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **d. Imobilizado -** Está demonstrado ao custo de aquisição. **e. Passivo circulante e realizável a longo prazo -** São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos aplicáveis. **f. Demonstrações do fluxo de caixa** - As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC PME e correspondente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4 - Capital Social -** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é composto por 18.002.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 900.001 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe espécifica e classe "A", 2 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**43.223**	**41.964**	**63.073**	**67.023**
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.669	9.049	22.045	15.228
Aplicações financeiras	5	8.788	8.420	15.462	14.585
Contas a receber de clientes	6	7.079	13.504	14.866	21.801
Ativo fiscal corrente		1.459	6.455	3.554	7.910
Outros ativos	7	6.229	4.536	7.147	7.499
Não circulante		**466.881**	**466.146**	**416.215**	**422.218**
Realizável a longo prazo		9.208	6.544	9.208	7.134
Outros ativos	7	-	793	-	1.208
Ativo fiscal diferido	26.1	9.208	5.751	9.208	5.926
Investimentos em controladas	8	310.298	312.669	-	-
Imobilizado	10 e 11	7.060	3.628	10.781	8.241
Intangível	9	140.316	143.305	396.226	406.843
Total do ativo		**510.104**	**508.110**	**479.288**	**489.241**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**160.533**	**136.731**	**121.863**	**112.806**
Fornecedores		2.868	2.394	7.133	12.538
Obrigações trabalhistas	12	5.458	5.004	9.456	8.839
Obrigações tributárias	13	2.475	3.742	5.740	7.576
Empréstimos com controladas	27	51.580	44.262	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	73.555	47.719	73.555	47.719
Passivo de Arrendamento	10	1.966	1.566	2.846	2.371
Outras obrigações	15 e 17	22.632	32.044	23.132	33.763
Não circulante		**207.824**	**203.608**	**213.936**	**207.521**
Obrigações tributárias	13	900	2.562	3.383	4.536
Passivo de Arrendamento	10	1.265	432	2.373	1.548
Outras obrigações	15 e 17	28.919	35.444	31.439	36.267
Empréstimos e financiamentos	14	67.667	67.359	67.667	67.359
Debêntures	16	109.073	97.811	109.073	97.811
Patrimônio líquido	18				
Capital social		181.514	181.514	181.514	181.514
Reserva de Capital		13.248	1.153	1.065	(11.270)
Prejuízos acumulados		(53.015)	(14.896)	(58.539)	(20.184)
Total do Patrim. Líq. dos acionistas controladores		141.747	167.771	124.040	150.061
Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	19.450	18.853
Total do patrimônio líquido		**141.747**	**167.771**	**143.490**	**168.914**
Total do passivo e patrimônio líquido		**510.104**	**508.110**	**479.288**	**489.241**

Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas com prestação de serviços	19	**95.089**	**79.974**	**191.121**	**164.448**
(-) Impostos sobre vendas		(11.467)	(9.386)	(18.772)	(15.354)
Receitas de prestação de serviços líquida		**83.622**	**70.588**	**172.349**	**149.094**
Receitas (despesas) operacionais		**(103.248)**	**(55.221)**	**(182.387)**	**(130.001)**
Resultado de equivalência patrimonial	8	4.645	18.853	-	-
Despesas com pessoal	20	(52.944)	(43.507)	(92.876)	(70.883)
Despesas comerciais	21	(5.211)	(4.351)	(12.678)	(14.545)
Despesas com localização e funcionamento	22	(1.465)	(2.034)	(2.791)	(3.928)
Despesas administrativas e gerais	23	(11.523)	(11.284)	(16.958)	(14.417)
Depreciações e amortizações		(13.027)	(12.671)	(16.266)	(14.977)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(76)	(23)	(339)	(445)
Outras receitas (despesas)	24	(23.647)	(204)	(40.480)	(10.806)
Resultado operacional bruto		**(19.626)**	**15.367**	**(10.037)**	**19.093**
Resultado financeiro líquido	25	**(22.259)**	**(22.387)**	**(21.618)**	**(22.726)**
Receitas financeiras		5.495	1.612	6.741	2.208
Despesas financeiras		(27.754)	(23.999)	(28.359)	(24.934)
Resultado antes do IR e da contrib. social		**(41.886)**	**(7.020)**	**(31.655)**	**(3.633)**
Imposto de renda e contribuição social	26	3.272	2.444	(6.104)	(5.436)
Prejuízo do exercício		**(38.613)**	**(4.576)**	**(37.759)**	**(9.069)**
Atribuível a:					
- Participação de controladores				(38.355)	(9.864)
- Participação de não controladores				596	795

Demonstrações do Resultado Abrangente Individual e Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do Exercício	**(38.613)**	**(4.577)**	**(37.759)**	**(9.069)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total Resultado Abrangente	**(38.613)**	**(4.577)**	**(37.759)**	**(9.069)**
Atribuível a:				
- Participação de controladores			(38.355)	(9.864)
- Participação de não controladores			596	795

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social Subscrito	Capital Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total	Particip. Total do controladores	Total do patrim. Líquido
Saldos em 31/12/2019	**175.574**	**(58.683)**	**(10.320)**	**106.572**	**71.311**	**177.883**
Subscrição de intrum. patrimônio	5.840	-	-	5.840	(5.840)	-
Transações entre acionistas	-	47.413	-	47.413	(47.413)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(9.864)	(9.864)	795	(9.069)
Saldos em 31/12/2020	**181.514**	**(11.270)**	**(20.184)**	**150.061**	**18.854**	**168.914**
Plano de Incentivo por ações	-	11.735	-	11.735	-	11.735
Prejuízo do exercício	-	-	(38.355)	(38.355)	596	(37.759)
Outros	-	600	-	600	-	600
Saldos em 31/12/2021	**181.514**	**1.065**	**(58.539)**	**124.040**	**19.450**	**143.490**

Diretoria

Thomaz Luiz Cabral de Menezes — Diretor Presidente
Felipe Pinto Gomes — Diretor Financeiro
Guilherme Marques Bononi - Contador CRC 1SP 259.504/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da **IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.**, São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2022. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP014428/O-6. **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo** - Contador CRC 1SP252419/O-0.

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

GRUPO CLICKDIGITAL PARTICIPAÇÕES S/A

(em organização)
Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações Realizada em 08.10.2020.

Data, Hora, Local: 08.10.2020, às 10 horas, na Rua Borges de Figueiredo, nº 303, sala 712, São Paulo/SP. **Presença:** Acionistas Fundadores. **Mesa:** Presidente: Roberto Arduini Gomes Teixeira, Secretária: Marcia Cilene Lopes Arduini. **Deliberações Aprovadas:** (a) constituir o **Grupo Clickdigital Participações S/A**; (b) fixar o capital social da Companhia em R$ 100.000,00 dividido em 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inteiramente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição. (c) o Estatuto Social da Companhia; (d) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato de 2 anos que vigorará até a posse dos eleitos pela AGO de 2022: **Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira**, brasileiro, casado, empresário, RG 5SP/SP nº 28.043.284-7 e CPF nº 264.985.518-52, para diretor presidente. **Marcia Cilene Lopes Arduini,** brasileira, casada, RG nº 27.811.103-8 SSP/SP e CPF nº 280.801.438-46, para diretor sem designação específica, ambos residentes em Mão de Cêu, São Paulo/SP, que declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e que não estão impedidos por lei de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.10.2017. **Roberto Arduini Gomes Teixeira** - Presidente da Assembleia e diretor eleito, **Marcia Cilene Lopes Arduini** - Secretária da Assembleia e diretor eleita. Visto do Advogado: Selma Cristina Ferreira - OAB/SP nº 359.283. JUCESP NIRE nº 353005590-1 em 12.11.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Estatuto Social - Capítulo 1 - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º: A **Grupo Clickdigital Participações S/A,** é uma sociedade anônima que reger-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º:** A companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Borges de Figueiredo, nº 303, sala 712, CEP 03110-010, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). **Artigo 4º:** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital - Artigo 5º:** O capital social é de R$ 100.000,00, representado por 100.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R$ 10.000,00 integralizados e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **§ 1º** - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§ 2º** - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º** - Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 6º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º** - A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º** - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, resolvidas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 7º:** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§ 1º** - Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º** - A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º:** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º:** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º:** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação à procurações "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ Único:** Dependerão da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º:** Competa à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 12º:** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais - Artigo 13º:** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 14º:** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes dê, conforme recomendação da diretoria, ouvindo o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 15º:** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16º:** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 17º:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 18º:** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Roberto Arduini Gomes Teixeira** - Presidente da Assembleia e diretor eleito, **Marcia Cilene Lopes Arduini** - Secretária da Assembleia e diretor eleita. Visto do Advogado: Selma Cristina Fer

PRIVALIA BRASIL S.A.

privalia

CNPJ nº 10.464.223/0001-63

www.privalia.com

Demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).*

Mensagem da Administração: A Administração da Privalia S.A. ("Privalia" ou "Companhia") é responsável por essas e outras informações que compreendem a Mensagem da Administração. A conclusão dos auditores não abrange a Mensagem da Administração e os auditores não expressam qualquer forma de conclusão de revisão sobre esse relatório. Em 2021 foi um ano desafiador, em que uma nova onda de COVID-19 resultou em novas quarentenas e medidas de distanciamento social no início do ano. Ao longo do ano, o país começou a retomar a rotina tradicional meio a pandemia, e mesmo com desafios como o aumento da inflação no país, a Companhia manteve o bom desempenho operacional observado em grande parte de nossa operação quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Na Privalia, continuamos tomando diversas medidas visando à preservação da saúde dos nossos colaboradores, parceiros e clientes e garantindo a viabilidade operacional da Companhia. Gostaríamos de comentar principalmente o desempenho operacional da Companhia ao longo de 2021. Nossa receita líquida, apresentou um crescimento de 4,4% para o ano de 2021 quando comparado com o ano anterior, a receita líquida atingiu ao final de dezembro de 2021 o montante de R$ 966.659 (R$ 926.270 em 31 de dezembro de 2020). Apesar da pandemia, nossa receita bruta atingiu R$ 1.331.717, crescimento de 3,5% quando comparado ao mesmo período de 2020 que foi de R$ 1.286.857. Considerando a receita bruta ex-ink (indicador de performance de venda que representa nossa produção) ao longo do exercício e é composta pela receita bruta de impostos, descontos e devoluções, adicionais as receitas diferidas), a Companhia teve um aumento de 2,7% no ano de 2021 em comparação ao ano de 2020. A Companhia avançou em seu processo de transformação ao realizar as melhorias operacionais necessárias e superar ao crescimento das vendas, e os cuidados e protocolos de segurança adotados desde os primeiros sinais da COVID-19, foram fatores preponderantes no enfrentamento aos efeitos gerados pela pandemia até o momento. **Pandemia de Covid-19:** As discussões e preocupações iniciais sobre o Covid-19 eram sobre o possível impacto na renda dos nossos consumidores e possível impacto na cadeia de suprimentos. Depois de verificarmos que o impacto na renda não ocorreu, conseguimos aproveitar o momento desde o início de 2021. Assim, nosso negócio foi beneficiado, já que conseguimos a ser um canal de venda relevante e giro de estoque rápido para nossos parceiros que estavam com suas lojas físicas fechadas. Os principais eixos de atuação da Companhia para lidar com a pandemia foram os seguintes: • Saúde e segurança dos nossos colaboradores, clientes e parceiros, além das restrições das operações em nosso escritório matriz. Com adoção de trabalho híbrido nas áreas administrativas, também provemos o afastamento de colaboradores de grupos de risco para minimizar o risco de contágio. Adotamos diversos protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, como utilização de máscaras, higienização constante dos locais de trabalho, disponibilização de álcool gel para colaboradores e limitação de acesso para evitar aglomerações; • Preservação do caixa da Companhia: através de tomadas de novas linhas de crédito, ancoragem criteriosa de investimentos, redução de despesas não essenciais e extensão de prazos de pagamento com fornecedores; e • Adequação do nível operacional: adequação dos estoques, adequação da operação logística e dos sistemas de TI. **Principais Indicadores Financeiros e Operacionais:** Abaixo encontram-se os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os últimos dois exercícios sociais:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ mil)	2021	2020
Receita líquida	966.659	926.270
Margem Bruta	232.174	223.674
EBITDA	**13.891**	**58.448**
Margem EBITDA	1,4%	6,3%
Pedidos	4.773.497	4.755.085
Base de compradores	1.081.837	1.083.241
Compradores recorrentes	675.959	649.139
Novos compradores	405.878	434.102
Número de clientes cadastrados(*)	172.16.624	15.193.161

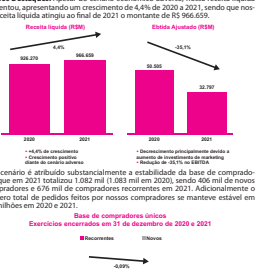
(*) Trata-se da base de clientes cadastrados, independente de efetuarem compras.

Nossos negócios podem ser afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

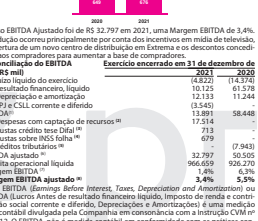
	2021	2020
Crescimento do PIB	5,0%	(3,4)%
Inflação (IGP-M	16,0%	23,1%
Inflação (IPCA)	10,1%	4,5%

Fontes: IBGE, Banco Central Brasileiro, B3 e FGV.

Nossos Destaques: Apesar do cenário econômico adverso, nossa receita líquida aumentou, apresentando um crescimento de 4,4% de 2020 a 2021, sendo que nossa receita líquida atingiu ao final de 2021 o montante de R$ 966.659.



Este cenário é atribuído subtracionalmente a estabilidade da base de compradores, que em 2021 totalizou 1.082 mil (1.083 mil em 2020), sendo 406 mil de novos compradores e 676 mil de compradores recorrentes em 2021. Adicionalmente o número total de pedidos feitos por nossos compradores se manteve estável em 4.7 milhões em 2020 e 2021.



Nosso EBITDA Ajustado foi de R$ 32.797 em 2021, uma Margem EBITDA de 3,4%. A redução ocorreu principalmente por conta dos incentivos em mídia de televisão, a abertura de um novo centro de distribuição em Extrema e os descontos concedidos aos compradores para aumentar a base de compradores.

Reconciliação do EBITDA

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ mil)	**2021**	
Prejuízo líquido do exercício	(4.822)	(14.374)
(+) Resultado financeiro, líquido	10.125	61.578
(+) Depreciação e amortização	12.133	11.244
(-) IRPJ e CSLL corrente e diferido	(3.545)	-
EBITDA[a]	13.891	58.448
(+) Despesas com captação de recursos [b]	17.514	-
(+) Custas cedilho Dilal [c]	713	-
(+) Custas sobre INSS folha [d]	679	-
(-) Créditos tributários [e]	-	(7.943)
EBITDA ajustado [k]	32.797	50.505
Receita operacional líquida	966.659	926.270
Margem EBITDA [f]	1,4%	6,3%
Margem EBITDA ajustado [k]	**3,4%**	**5,5%**

1. O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA, não é medida contábil em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não representa o lucro líquido nem os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, tampouco deve ser considerado isoladamente e não deve ser considerado substituto para lucro ou prejuízo líquido, fluxo de caixa de operações ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP e IFRS. 2. Refere-se ao custo de transação em conexão com a oferta inicial de ações (IPO), que não tem natureza recorrente. O processo foi postergado e esses custos foram reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. 3. Ações propostas em favor da Companhia para reconhecimento de crédito decorrente da cobrança do DIFAL (Diferencial de alíquota do ICMS) considerada inconstitucional de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015 bem como do Convênio ICMS. Ações judiciais em todos os Estados, sendo realizadas as devidas atualizações e petições iniciais junto com o pagamento das guias de custas. 4. Intimação da Receita Federal do Brasil referente recuperação de crédito de INSS. 5. São os créditos tributários (PIS/COFINS) sobre a marketing e embalagem, reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. 6. O EBITDA Ajustado é o EBITDA ajustado pelo efeito de determinadas transações que não fazem parte de nossa operação recorrente, que pelo entendimento da Administração da Companhia, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração futura de caixa. 7. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. 8. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida. Nossas margens brutas se mantiveram estáveis, 24% em 2021 e 24,1% em 2020.

Capital Circulante Líquido e Dívida Líquida

	Em 31 de dezembro de	
(Em R$ mil)	2021	2020
Ativo circulante	309.372	339.957
Passivo circulante	292.391	328.120
Capital circulante líquido	16.981	11.477
Índice de liquidez corrente [1]	1,06	1,03

(1) Total de ativo circulante dividido pelo total de passivo circulante. Nosso capital circulante líquido teve uma melhora substancial em 2021, fechando em R$ 16.981 de ativo corrente líquido (R$ 11.477 em 31 de dezembro de 2020). Essas medidas possibilitaram melhoria de nosso gerenciamento de capital de giro. Consequentemente, no exercício social findo em dezembro de 2021, o índice de liquidez corrente apresentou melhora; 1,06 (sendo 1,03 em 31 de dezembro de 2020). O aumento no índice se deve ao aumento nos contas de estoques de mercadorias para revenda, reclassificação de saldo de impostos a recuperar a longo prazo para curto prazo durante 2021 e redução do saldo a pagar a fornecedores. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentamos uma posição de caixa líquido, em R$ 18.789 e R$ 7.533, respectivamente. **Investimentos:** Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as aquisições de ativos imobilizados e ativos intangíveis totalizaram R$ 9.064 comparado a R$ 4.631 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Nosso programa de dispêndio de capital está atualmente focado em sistemas e tecnologia de venda digital, bem como investimentos para a ampliação de nossa armazém de Extrema. **Casa Privalia:** Em outubro de 2021 realizamos a 2ª edição da "Casa Privalia", uma *pop up* que traz a experiência do *flash sale online* para o mundo físico, realizado na Casa Panamericana, em São Paulo, com mais de 80 mil peças de marcas nacionais e internacionais de Moda (todos os gêneros) e infantil, Calçados, Beleza, Acessórios, Casa & Decoração, Pets e Gastronomia. Durante os seis dias, o evento recebeu 10 mil pessoas, com todos os protocolos de segurança sanitária necessários devido a pandemia (Covid-19), com aproximadamente 85 fluxo e número de pessoas no local. A Casa contou com dicas, tutoriais, cobertura online, diversas marcas parceiras e uma programação exclusiva. A Casa também teve uma área externa, com espaço de integração, *food trucks*, ações com marcas parceiras, música, e uma feirinha de adoção de pets em parceria com a ONG Caes do Mundo da Luaa. A expectativa da Companhia é expandir a experiência "Casa Privalia" no próximo ano para Cidades do estado de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais e Região Sul, respetitando as medidas de segurança necessaria. A Casa Privalia tem o objetivo de levar a experiência da jornada de compra online para o ambiente físico. O projeto permite gerar conhecimento de marca e aproximar ainda mais o público de regiões estratégicas para a Privalia. ***Environmental, Social And Governance*** **("ESG"):** As mudanças provocadas pela pandemia aceleraram a consciência geral sobre as ações relacionadas a ESG pelas marcas, e também impactaram de forma contundente a maneira como os consumidores se relacionam com as empresas. O modelo de negócio da Privalia já contribui para que milhares de peças que seriam descartadas sejam aproveitadas ou adquiridas por clientes através de ofertas nas nossas plataformas on-line com ofertas de até 85% OFF. Também utilizamos a metodologia de *upcycle*, ou seja, o aproveitamento de diversas matérias-primas de qualidade *premium* de marcas que precisam descartar para o desenvolvimento e comercialização de novas peças. Além disso, em março de 2020, durante a pandemia, iniciamos a campanha #ApoieNegocioLocal em nossas plataformas para destacar pequenas e médias empresas brasileiras, disponibilizando por meio dos nossos canais seus produtos para os mais de 16 milhões de clientes, além da possibilidade de entrega em todo o Brasil. A campanha teve uma ótima aderência, contou com em seu segundo momento com o apoio e triagem do Sebrae e funcionou como principal canal impulsionador de vendas em um período difícil de incertezas trazidas pela Pandemia de COVID-19 para essas marcas. Em 2021, a Privalia realizou a compensação de 100% do carbono emitido no ano de 2020 em seu Centro de Distribuição, localizado em Extrema/MG por meio do projeto "Conservação das Águas" em cursos de água e mananciais por meio do plantio de 842 árvores, compensando assim, cerca de 134,5 t CO2 (toneladas de Carbono equivalente) emitidas no ano de 2020, o que equivale a todas as atividades de logística do local, incluindo todo o recebimento e expedição dos pedidos, emissão dos resíduos orgânicos, consumo de gás GLP e consumo de água e energia. Ainda em linha com ações relacionadas à sustentabilidade, implementamos um projeto piloto de entregas sustentáveis, que consiste no uso de bicicletas e furgões elétricos, com zero emissão de carbono, para apoiar as entregas da empresa. O time de transportes atingiu a marca de 118.000 pedidos entregues com zero emissão de carbono, o que equivale a 190 toneladas de CO2, que deixaram de ser emitidas na atmosfera. Mais uma iniciativa que faz parte da estratégia de ESG da empresa foi a participação no Programa Brasileiro GHG Protocol, que é responsável pela adaptação do método internacional ao contexto brasileiro e pelo desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas destas emissões. Com isso, a Privalia tornou públicas suas emissões de GEE (gases de efeito estufa) pela primeira vez, obtendo a certificação prata que analisa a mensuração dos GEE nos três escopos possíveis da metodologia, e mostra que a empresa segue rigorosos padrões de sustentabilidade em suas atividades de logística, com baixa emissão. Os resultados estão demonstrados em CO2 e toneladas de Carbono equivalente que foram emitidos no ano de 2020 e podem ser vistos (http://www.registropublicodeemissoes.com.br/). Além disso, a Companhia oferecemos o incentivo ao uso de embalagens com componentes sustentáveis e menos nocivos ao meio ambiente. Embalagens cartonadas e de plástico são reduzidas ao máximo, de modo a utilizar a menor quantidade de matéria-prima possível para o envio dos produtos adquiridos na Privalia. A projeção da empresa é de que será possível ter 100% do plástico bolha e almofada de plástico substituídos por papel reciclado até 2022, o que reduzirá 33 toneladas de plástico ao ano. Outro ponto foi a implementação da gestão de todo resíduo sólido emitido no Centro de Distribuição e envio para empresas idôneas e legalizadas para que um reciclagem: papelão, papel, plástico, madeira, metal, óleo lubrificante, óleo comestível etc. Tudo isso só foi possível por conta do nosso time e a busca em reforçar nossos valores e cultura, que tem muito orgulho. Por isso, durante todo o ano de 2021 realizamos adaptações, garantindo que todos os Privalijis (nome interno usado para nossos colaboradores) tivesse segurança e orgulho em estar consoco. Além disso, oferecemos ajuda psicológica a todos os interessados e como resultado, notamos uma melhora significativa no clima organizacional. Quando falamos sobre ações sustentáveis, internamente também iniciamos a entrega de xicaras e garrafas de materiais duráveis e já evitamos descarte de milhares de copos plásticos, que beriam entre 50 e 60 anos para decomposição na natureza. Por meio de todas essas frentes, desde o nosso modelo de negócios que evita incineração de sobra de estoques, passando pelos Privalijis a ter de ações de sustentabilidade e entrega, caminhamos cada vez mais por uma trilha sustentável, mantendo a qualidade dos nossos serviços e produtos, de forma cada vez mais conjugada com o respeito ao meio ambiente e o impacto no planeta. **Agradecimentos:** O ano de 2021 foi muito desafiador e gerou incríveis resultados. Somos gratos a nossos, homecentrics e nossos clientes pela parceria e confiança, a nossos talentosos colaboradores pelo empenho e dedicação e a nossos acionistas pelo apoio e estímulo. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/ 2003, a Companhia lhe informa que, no exercício de 2021, nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras da Companhia. **Aviso Legal:** Informações adicionais não auditadas ou revisadas por auditoria aqui contidas refletem a interpretação da Administração dos fatos e informações provindas de suas demonstrações financeiras anuais e seus respectivos ajustes, que foram preparados em conformidade com as práticas contábeis adotadas e que refletem de uma forma analise mais detalhada e específica dos resultados da Companhia. Dessa forma, tais considerações e dados adicionais devem ser também analisados e interpretados de forma independente e detalhada por cada um de nossos acionistas e que devem fazer suas próprias análises e conclusões sobre os resultados aqui divulgados. Nenhum dado ou análise interpretativa realizada pela Administração da Companhia deve ser tratado como garantia de desempenho ou de resultado futuro e não meramente ilustrativas da visão da administração da Companhia sobre os seus resultados. **Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras:** Em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Balanços patrimoniais

Ativos	**Nota**	**2021**	**2020**
Circulantes		**309.372**	**339.957**
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.789	10.981
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	70.571	125.545
Estoques	10	152.161	133.197
Impostos a recuperar	11	61.459	47.834
Imposto de renda e contribuição social a receber		2.562	7.361
Outros ativos	12	3.830	14.679
Não circulantes		**138.701**	**141.307**
Depósitos judiciais		3.008	2.394
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19.b	3.545	-
Impostos a recolher	11	62.174	72.969
Total do realizável a longo prazo		**68.727**	**75.363**
Intangível	14	2.544	2.985
Imobilizado	15	67.430	62.959
Total do ativos		**448.073**	**480.904**
Passivos	**Nota**	**2021**	**2020**
Circulantes		**292.391**	**328.120**
Fornecedores e outras contas a pagar	16	192.809	211.463
Empréstimos	23	-	3.448
Arrendamentos	22	8.956	6.908
Salários, férias e encargos sociais	17	13.953	12.374
Receita diferida	20	23.790	33.348
Impostos a recolher	18	46.108	51.101
Provisões e passivos de devoluções	21	6.775	9.478
Não circulantes		**74.062**	**83.376**
Fornecedores e outras contas a pagar	16	27.017	34.983
Arrendamentos	22	45.329	46.349
Provisões e passivos de devoluções	21	1.308	1.308
Provisão para contingências	19	408	736
Patrimônio líquido		**81.620**	**69.408**
Capital social	24	86.786	85.613
Prejuízos acumulados		(5.166)	(16.205)
Total do passivo e patrimônio líquido		**448.073**	**480.904**

Demonstrações do resultado

	Nota	**2021**	**2020**
Receita operacional líquida	25	966.659	926.270
Custo das vendas	26	(734.485)	(702.596)
Lucro bruto		**232.174**	**223.674**
Despesas de vendas e distruição	27	(120.017)	(98.515)
Despesas administrativas e gerais	28	(94.044)	(85.238)
Outras receitas operacionais	29.1	3.707	10.058
Outras despesas operacionais	29.2	(20.062)	(2.775)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**1.758**	**47.204**
Receitas financeiras	30	10.248	21.541
Despesas financeiras	30	(20.373)	(83.119)
Desepesas financeiras líquidas		**(10.125)**	**(61.578)**
Resultado antes dos impostos		**(8.367)**	**(14.374)**
Imposto de renda e contribuição social	19.b	3.545	-
Resultado do exercício		**(4.822)**	**(14.374)**
Resultado por ação			
Resultado por ação (em R$)	32	(0,06)	(0,17)

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	**2020**
Prejuízo do exercício	**(4.822)**	**(14.374)**
Outras receitas abrangentes, líquidas de impostos de renda e contribuição social	-	-
Resultado abrangente total	**(4.822)**	**(14.374)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	**Capital social**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 1º de janeiro de 2020		**85.613**	**(153.895)**	**(68.282)**
Prejuízo do exercício	24	-	(14.374)	(14.374)
Absorção de prejuízos	24	-	152.064	152.064
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**85.613**	**(16.205)**	**69.408**
Aumento de capital social	24	1.173	-	1.173
Prejuízo do exercício		-	(4.822)	(4.822)
Absorção de prejuízos	24	-	15.861	15.861
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**86.786**	**(5.166)**	**81.620**

Demonstrações do valor adicionado

	Nota	**2021**	**2020**
Receitas (1)		**1.195.847**	**1.153.004**
Vendas de produtos e serviços		1.192.140	1.142.946
Outras receitas	29.1	3.707	10.058
Insumos adquiridos de terceiros (2)		**1.058.974**	**973.100**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		897.100	847.971
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		162.093	124.737
Outros		(219)	392
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		**136.873**	**179.904**
Depreciação e amortização (4)	14 e 15	12.133	11.244
Valor adicionado produzido pela Empresa (3) - (4) = (5)		**124.740**	**168.660**
Valor adicionado recebido em transferência (6)		**10.248**	**21.541**
Receitas financeiras	29	**10.248**	**21.541**
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		**134.988**	**190.201**
Distribuição do valor adicionado		**134.988**	**190.201**
Pessoal		**47.622**	**40.504**
Remuneração direta		36.684	30.718
Benefícios		7.846	7.351
F.G.T.S.		3.092	2.435
Impostos, taxas e contribuições		**71.392**	**80.824**
Federais		15.617	22.717
Estaduais		55.385	57.770
Municipais		390	337
Remuneração de capital de terceiros		**20.796**	**83.247**
Juros	30	20.373	83.119
Aluguéis	28	423	128
Prejuízo do exercício		**(4.822)**	**(14.374)**

Demonstrações do fluxos de caixa

Fluxo de caixa de atividades operacionais (Prejuízo do exercício	**Nota**	**2021**	**2020**
(Prejuízo do exercício)		**(4.822)**	**(14.374)**
Ajustes para:			
Depreciação	15	11.550	10.561
Amortização	14	583	683
Baixas de imobilizado	15	13	128
(Reversão) provisão de juros sobre empréstimos	23	-	(367)
Juros sobre arrendamentos	22	6.419	5.838
Ajuste de valor presente fornecedores nacionais	16	(2.806)	-
Ajuste de valor presente contas a receber	9	2.132	-
Multa e juros de mora	30	208	1.240
Provisões	21	(2.703)	2.260
Reversão de provisão para contingencias	19	407	(118)
Reversão de provisão para perdas de estoques	10	(6.978)	(1.106)
Reversão de provisão de perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	9	-	(519)
Variação cambial - fornecedores e outras contas a pagar		(43)	49.463
Receita de juros sobre créditos fiscais	11	(2.010)	(1.666)
		6.772	66.397
Variações em:			
Contas a receber de clientes e outras contas a receber		52.842	(101.666)
Estoques		(11.987)	28.873
Impostos a recuperar		(820)	(11.818)
Imposto de renda e contribuição social		1.254	(2.093)
Outros ativos		10.849	(12.042)
Depósitos judiciais		(614)	(1.326)
Fornecedores e outras contas a pagar		(8.118)	53.469
Salários, férias e encargos sociais		1.579	2.421
Receita diferida		(9.558)	(685)
Impostos a recolher		(4.993)	2.067
Pagamento de juros - empréstimos	23	(183)	(396)
Pagamento de juros - arrendamentos	22	(5.793)	(5.643)
Pagamentos de acordos judiciais		(735)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		**25.674**	**3.184**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	15	(7.601)	(3.622)
Aquisição de intangível	14	(1.463)	(1.009)
Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(9.064)**	**(4.631)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos	23	(3.265)	(3.840)
Captação de empréstimos	23	-	7.500
Pagamento de arrendamentos - principal	22	(2.670)	(6.258)
Integralização de capital social		1.173	-
Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de financiamento		**(8.802)**	**(2.598)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**7.808**	**(4.045)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	10.981	15.026
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	18.789	10.981
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa		**7.808**	**(4.045)**
Operações que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Remuneração do direito de uso pela alteração do índice (CPC 06 R2)/ IFRS 16)	22	5.814	-
Novos arrendamentos	22	1.298	1.868
Absorção de prejuízos acumulados	24	15.861	152.064

Notas explicativas às demonstrações financeiras *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

1. Contexto operacional: A Privalia Brasil S.A. ("Privalia" ou "Companhia"), constituída na forma de sociedade anônima, sendo inicialmente constituída na França limitada, sob a razão social Privalia Serviços de Informação Ltda, estabelecida no Brasil, sede na Rua Professor Alceu Maynard de Araújo, 698, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Privalia Venta Directa, acionista controladora da Privalia, foi fundada em 2006 em Barcelona, na Espanha, com presença no Brasil desde 2008. Em 2016, a Privalia Venta Directa foi adquirida pelo grupo francês Vente-Privee. Atualmente, o grupo que adquiriu a Privalia Venta Directa está presente em 12 países da Europa, e é controlado pela Vente-Privee.com SA, que tem seu endereço comercial na Avenida du Presidente Wilson 14 Place Saint-Denis, 249, na França. A Privalia é um outlet digital que proporciona uma experiência de compra exclusiva, aproximando marcas e consumidores. Seu principal objetivo é oferecer as melhores marcas e os melhores preços através de seu aplicativo Privalia e do site privalia.com, tornando-se uma ótima solução para seus fornecedores na venda de seus produtos e para seus clientes na oferta exclusiva de marcas e preços reduzidos. A Companhia revende produtos das principais marcas em várias categorias, tais como moda (todos os gêneros), casa e decoração (home), calçados, infantil (kids), acessórios, esportes, beleza & bem-estar, alimentos e bebidas (gourmet), pets, viagens, entre outras. A Administração da Privalia acredita que o modelo de negócio de vendas rápidas (flash sales) é um importante diferencial competitivo, que consiste em oferecer marcas relevantes, com descontos significativos, oferecidos por um curto período (em média 7 dias por campanha). Essa venda viesa ser reconhecida por seus clientes por oferecer ótimas ofertas, por suas inovações e funcionalidade de suas plataformas, e por seu nível de serviço. A Companhia tem investido ao longo dos anos na atração de novas marcas, novas soluções tecnológicas e nível de serviço para proporcionar uma experiência cada vez melhor para os seus clientes. No Brasil, a Companhia possui 5 (cinco) unidades, sendo 1 (um) escritórios, localizado na cidade de São Paulo e 4 (quatro) unidades logísticas de centro de distribuição, sendo 1 (uma) unidade situada no Estado de São Paulo, na cidade Embu das Artes, e 3 (três) unidades situadas no Estado de Minas Gerais, na cidade de Extrema, meio de sua plataforma de e-commerce, adquiridos a um conjunto pulverizado de fornecedores. A determinação do momento em que ocorre a transferência de controle dessas produtos e, consequentemente, o reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - *Revenue from contract with customer*) envolve julgamento, na avaliação: • se a natureza da promessa é uma obrigação de performance para fornecer os próprios bens (ou seja, a Companhia é principal) ou para organizar que esses bens sejam fornecidos por outra parte (ou seja, a Companhia é agente), principalmente, na determinação se a Companhia obtém o controle dos produtos antes de serem transferidos para o cliente final. • de indicadores na determinação do momento do tempo em que a obrigação de performance é satisfeita. Em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante e o momento de reconhecimento da receita e, consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Fernando Taveiros Boscolo CEO

John Christer Salén CFO & RI

Jordão Tomas de Resende Diretor Financeiro

Eliana Militão da Silva Contador - CRC 1SP207834/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Privalia Brasil S.A.. *São Paulo -SP.* **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Privalia Brasil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Privalia Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Principal assunto de auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receitas:** Veja a Nota nº 6.14 e 25 das demonstrações financeiras: **Principais assuntos de auditoria:** As receitas da Privalia são originadas essencialmente pela revenda de grande diversidade de produtos de várias marcas e segmentos por

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/O-6

Marcia Keiko Ando Contadora CRC 1SP235113/O-7

As Notas Explicativas o Parecer dos Auditores, encontram-se publicadas em formato Digital Certificado, conforme Lei nº 13.818/2019.

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e vi o Brasil ...

- Quero saber apresenta:

" ... o presidente da Embrapa, Celso Moretti, participou, na Anufood 2022, no painel que debateu os temas "economia pós COP26: Green deal europeu, taxa de carbono na fronteira e os novos arranjos geopolíticos em torno do clima". Moretti disse ser preciso mostrar cotidianamente o grau de sustentabilidade do agro nacional: que há 25 anos busca processos mais sustentáveis de produzir alimentos, e que se serve de ações únicas no mundo, como o Plano ABC+ ou dos sistemas de Integração Lavoura Pecuária Floresta - ILPF, com mais de 17 milhões de hectares adotados"..."

*** A COP 26 aconteceu no ano passado?**

*** Dá para integrar: lavoura, pecuária e floresta ?**

*** O agro-brasileiro é sustentável?**

O *Brasil alimenta hoje 800 milhões de pessoas no mundo*

O Acordo Verde Europeu, Green Deal, tem o objetivo de tornar a União Europeia (UE) neutra em relação ao clima até 2050. O Brasil é um player muito importante no mundo em relação à segurança alimentar. A COP-26 esteve na pauta. A integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) é uma estratégia de produção que vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Trata-se da utilização de diferentes sistemas produtivos, agrícolas, pecuários e florestais dentro de uma mesma área. O Brasil está no caminho certo.

- Por hoje é isso. Boa semana, forte abraço e até a próxima palavra Brasiliana. Paz, sossego, tranquilidade e harmonia.

Paraná vai criar Universidade dos Prefeitos para acelerar implementação da Agenda 2030

Integração entre Estado e municípios para estimular e acelerar mecanismos de implementação e acompanhamento local da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Paraná. Esse é o foco da Universidade dos Prefeitos, projeto que será lançado pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior nas próximas semanas.

A proposta, coordenada pela Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES), órgão vinculado à Casa Civil, busca capacitar lideranças dos municípios paranaenses por meio de um curso híbrido (online e presencial), com apoio de plataforma desenvolvida pelo Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar) e pela Organização Mundial da Família (WFO). O curso terá duração de nove meses, com previsão de dois encontros semanais.

Rally RN1500 cruza o Seridó em direção às dunas do RN

Em sua 24ª edição, competição segue até sábado pelo coração do Nordeste

É fato raro no Brasil uma competição durar mais de duas décadas, especialmente envolvendo grandes investimentos dos participantes. Mas essa é a trajetória do RN1500, uma disputa já emblemática da Região Nordeste que em 2022 realiza sua 24ª edição reunindo equipes e pilotos de alto nível profissional. Com um grid lotado de competidores conduzindo carros, motos e, em especial, os valentes UTVs, o RN1500 teve largada na quarta-feira para cruzar a região do Seridó, entre o Sertão paraibano e o potiguar. Com um total de 1.288km de percurso, a prova terá encerramento na exótica paisagem da Costa das Dunas, culminando em Natal (RN), no próximo sábado.

Na quarta-feira os competidores largaram de Campina Grande em direção a Cabeceiras, ambas na Paraíba, terminando a jornada no final da tarde em Acari (RN) após 346km de trilhas. Problemas mecânicos ou erros de navegação podem fazer a prova entrar noite adentro para os menos afortunados.

Primeiro dia – Depois de definirem a ordem de largada no prólogo os competidores enfrentam o primeiro dia de desafios. "De uma forma geral, esta prova sempre oferece percursos com piso difícil, cheio de pedras, e os problemas mais comuns são quebras de suspensão, furos de pneus e até batidas em alguma rocha maior, se você e seu navegador não forem cuidadosos", resumiu Bruno Varela, atual campeão da prova na categoria UTV, que contará com a navegação de Matheus Mazzei. Bruno é também o líder do Campeonato Brasileiro de Rally Cross-Country, do qual o RN1500 corresponde pela segunda etapa. A primeira foi em março, no interior de Minas Gerais.

Foto/ Claudiney Sandro

O *atual campeão do RN1500 Bruno Varela, com o navegador Matheus Mazzei*

"Esperamos que chova na edição deste ano, o que certamente não vai fazer as coisas mais fáceis. Mas é pra isso que a gente está aqui: encarar tudo e se superar", continua o piloto da equipe Can-Am Monster Energy.

114 veículos – Com três vitórias ao longo de 23 edições, a equipe do atual campeão é provavelmente a mais bem sucedida da história do RN1500, uma prova sempre vista entre as mais complexas do off-road nacional. As outras duas vitórias foram registradas pelo pai de Bruno, o tricampeão mundial Reinaldo Varela, que terminou na primeira colocação da classificação geral em 2011 e 2016.

No total, a edição 2022 do RN1500 contará com 114 veículos, sendo 12 carros, 36 motos e 66 UTVs, veículo que tem dominado o cenário do off-road brasileiro e que é a divisão que mais cresce no cenário internacional.

No prólogo, a melhor moto foi a WR 450F da equipe oficial Yamaha, conduzida pelo francês Adrien Metge, enquanto que a dupla Cristiano Batista/Robledo Nicoletti, com um Can-Am Maverick X3, registrou o primeiro tempo entre os UTVs. O atual campeão Bruno Varela, em parceria com o navegador Matheus Mazzei, registrou o terceiro tempo, com Reinaldo Varela e o navegador Arthur Carneiro garantindo a sexta posição na ordem de largada dos UTVs – ambos com modelos Maverick X3. O melhor carro foi o Ford Ranger tripulado pela dupla Rodrigo Ache/Luis Eckel.

Ibero-Americano de Atletismo tem critérios de convocação atualizados

O Conselho Técnico da CBAt decidiu chamar os dois atletas mais bem colocados no Ranking Brasileiro entre 1 de janeiro de 2021 a 30 de abril de 2022. A competição será disputada de 20 a 22 de maio, na Espanha

Foto/Divulgação

Darlan *Romani*

O Conselho Técnico da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) atualizou os critérios de convocação da seleção brasileira para o Campeonato Ibero-Americano de Atletismo, que será disputado de 20 a 22 de maio em La Nucia, na Espanha, diante do fato de que os organizadores não fixaram índices mínimos de participação.

Serão convocados os dois atletas por prova individual mais bem colocados no Ranking Brasileiro outdoor no período de 1 de janeiro de 2021 a 30 de abril de 2022. Antes o prazo se encerraria no dia 17 de abril.

O Ibero-Americano é uma competição importante porque seus resultados valem como aferição dos índices exigidos pela World Athletics para o Campeonato Mundial do Oregon, em Eugene, Estados Unidos, que será disputado de 15 a 24 de julho.

Para os revezamentos 4x100 m, a composição será prioritariamente para os atletas das provas singulares. Caso os atletas das provas de 100 m e 200 m sejam os mesmos, será convocado o terceiro e o subsequente, se for necessário, da prova de 100 m para a formação das equipes. Para o revezamento 4x400 m, a composição será realizada com os atletas convocados para as provas singulares.

Para outras provas específicas, há novas orientações. A prova de marcha atlética será, por exemplo, na distância de 10.000 m. Com isso, será utilizado o ranking combinado dos 20.000 m e 20 km, no mesmo período. A meia maratona também utilizará o Ranking CBAt da prova, de 1 de janeiro de 2021 e 30 de abril de 2022.

A NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro para a saúde integral dos atletas e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Corrida de rua do universo Transformers, confirmada para maio, continua com inscrições abertas

Os fãs dos robôs que se transformam em veículos ou feras tiveram de adiar por dois anos a oportunidade de correr ou caminhar em meio aos seus personagens favoritos. Agora, a espera acabou. A Transformers Run, corrida de rua que traz o universo Transformers para o Brasil, chega ao Parque Villa-Lobos, em São Paulo (SP), no próximo dia 22 de maio, após ter sido adiada em 2020 em função da pandemia da Covid-19. As inscrições para a prova continuam abertas e podem ser feitas no site www.transformersrun.com.br.

Filmes, animações e brinquedos, entre as muitas atrações, fazem parte de uma das maiores franquias da cultura pop de todos os tempos. E, agora, o Planeta Cybertron e seus robôs desembarcam no Brasil em forma de corrida, em um evento inédito no País. Serão dois percursos, a partir das 8h, com a escolha sendo feita no momento da inscrição: 2K, caminhada para a criançada curtir com os pais, e corrida de 6K.

Foto/Divulgação

Kit *Premium Bumblebee*

Adrenalina e emoção para toda a família. Quem participar da Transformers Run encontrará os robô Bumblebee, que marcará presença na corrida, tirando fotos com os fãs dos Autobots. A prova é organizada pela Sagaz Esportes, em parceria com a Hasbro, detentora da franquia.

"Depois da espera por conta da pandemia da Covid-19, os fãs dos Transformers prometem uma grande festa no Parque Villa-Lobos. Oportunidade de praticar atividade física, de correr ou caminhar, com os amigos, em família, ao mesmo tempo vivendo esse universo. Continuamos com as inscrições abertas nas próximas três semanas", afirma Matheus Falconi, da Sagaz Esportes.

Opções de kits - Ao se inscrever, o participante pode optar pelo kit que mais se identifica com ele: Plus, com camiseta, número de peito e medalha - Autobot Medal -, ou Premium, que além desses itens conta com sacochila e copo temático, disponíveis para os personagens Optimus Prime (vermelho), Bumblebee (amarelo) e Megatron (preto). Há, ainda, o kit básico, apenas com número de peito e medalha.

No Plus e no Premium, é possível escolher a camiseta do personagem favorito. O Kit Básico tem o valor de R$ 59,90; o Plus (com opções Optimus Prime, Bumblebee e Megatron), R$ 99,90 cada; e o Premium (também com os três personagens), R$ 129,90 cada. No Premium, há combos família para a caminhada de 2K e desconto para grupos. O pagamento pode ser feito em até três parcelas. E esses preços são válidos até o dia 3 de maio.

Mais informações: Instagram: https://www.instagram.com/transformers_run/; Site: www.transformersrun.com.br

Felipe Drugovich defende a liderança na Fórmula 2 em sua estreia em Ímola

Foto/ Dutch Photo Agency

Felipe *Drugovich*

Além da natural determinação em buscar a vitória a cada prova que disputa em sua terceira temporada na Fórmula 2, o brasileiro Felipe Drugovich terá uma nova – e prazerosa – tarefa neste final de semana, entre os dias 22 e 24 de abril. No Autódromo Enzo e Dino Ferrari, em Ímola, na Itália, ele disputa a 3ª etapa do campeonato tendo como objetivo principal defender a liderança da tabela de classificação, conquistada após a vitória obtida na rodada anterior, em Jeddah, na Arábia Saudita.

"O Autódromo de Ímola é repleto de histórias e completamente novo para mim, para minha equipe e para todos na Fórmula 2", revela o piloto da equipe holandesa MP Motorsport. "Será uma oportunidade incrível e estou muito animado para o final de semana", completou.

Felipe Drugovich vive uma temporada especial na principal categoria de acesso à Fórmula 1. Depois de estrear com um quinto e um sexto lugar no Bahrein, o piloto de Maringá (PR) marcou a pole position e conquistou um terceiro lugar e uma vitória na Arábia Saudita. Por fim, na semana passada em Barcelona, ele fechou a segunda série de testes coletivos da temporada com a melhor volta entre os 22 pilotos nos três dias de atividades.

"Logicamente estou muito otimista para o final de semana, mesmo não conhecendo a pista pessoalmente. Trabalhamos muito na equipe em Westmaas e eu também me preparei bastante no simulador", disse Felipe Drugovich, 21 anos, que até esta terça-feira estava na sede da MP Motorsport, na Holanda. "Fizemos vários estudos durante os testes em Barcelona pensando em Ímola e acho que poderemos fazer um bom trabalho. Temos material para isso", continuou o líder do Campeonato Mundial de Fórmula 2, que soma 45 pontos, 11 à frente do segundo colocado, o neozelandês Liam Lawson.

O traçado de 4.909 metros do Autódromo Enzo e Dino Ferrari é considerado por Felipe Drugovich como "old school". "É uma pista relativamente curta, que não perdoa erros e expõe ainda mais a qualidade do piloto", aponta Drugovich. "Estamos animados e confiantes em conquistar o melhor resultado e em lutar por novas vitórias", finalizou.

Realizada de forma paralela à programação da Fórmula 1, a 3ª etapa da Fórmula 2 inicia nesta sexta-feira (22), com um treino e a tomada de tempos. A primeira prova, mais curta, será realizada no sábado (23) e no domingo os pilotos disputam a prova mais longa e mais importante, com troca obrigatória de pneus. A tomada de tempos e as corridas terão transmissão ao vivo para todo o Brasil pelo canal BandSports.

Felipe Drugovich tem o apoio de Drugovich Auto Peças, que atua no ramo de peças para caminhões e ônibus; da Jaloto & Drugovich, destaque nacional no segmento de transporte de cargas paletizadas; e da Stilo, fabricante italiana de capacetes.

Weal
PRODUTOS DE BEM ESTAR
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO
eko'7
DIGA SIM À VIDA
Para você que sofre de insônia, enxaqueca, dores nas costas e deseja melhor noite de sono, melhor qualidade de vida e saúde através do desenvolvimento sustentável de produtos que promovem bem-estar para pessoas que buscam longevidade, nós temos uma solução para lhe oferecer.
(11) 99653-7522

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM

Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP 04110.020
CNPJ.: 61.000.683/0001-71
Relatório da Diretoria

Senhores (as) A Diretoria da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, submete à apreciação as Demonstrações Contábeis Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante	04 (j)	**17.652.315**	**20.596.338**
Caixa e Equivalentes de Caixa	04 (A)	**12.507.131**	**12.657.967**
Caixa.	04 (a1)	60.796	59.548
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	04 (a1)	2.679.575	3.822.122
Bancos Conta Movimento(c/restrição)	04 (a2)	1.261	138.224
Bancos Conta Aplicações c/Prazo(s/restr.)	04 (a1) (b)	8.774.182	7.248.705
Bancos Conta Aplicações c/prazo(c/restr.)	04 (a2) (b)	991.317	1.389.368
Clientes e Outros Recebíveis		**1.003.121**	**1.976.382**
Anuidades a Receber	04 (c)	4.074.940	7.408.334
(-) Provisões Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(3.071.819)	(5.431.952)
Estoques		**423.857**	**389.422**
Estoques	04 (e)	423.857	389.422
Outros Ativos Circulantes	04 (f)	**3.718.206**	**5.572.567**
Outros Valores e Bens		1.760.504	2.750.613
Convênios e Subvenções		-	1.247.208
Impostos a Recuperar		104.467	118.267
Despesas Antecipadas		989.464	871.020
Adiantamentos Funcionários		389.784	85.320
Cursos Extra Curriculares/Mat.Didático		705.090	887.568
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(231.104)	(387.429)
Não - Circulante		**296.937.127**	**305.117.043**
Realizável a Longo Prazo	04 (G)	**5.751.952**	**5.939.323**
Aluguéis		120.743	68.888
Depósitos Judiciais		5.537.341	5.582.292
Contratos		93.869	288.144
Investimentos	06	**3.486.302**	**4.839.678**
Direitos de Uso de Telefone		-	-
Propriedades para Investimento - Terrenos		2.417.762	3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações		2.062.900	2.608.300
(-) Depreciação Investimento - Edificações		(994.360)	(1.026.384)
Imobilizado	04 (h) / 07	**287.690.456**	**294.265.955**
Bens em Uso		**287.690.456**	**294.265.955**
Terrenos		190.998.238	190.998.238
Edificações		127.268.356	127.268.356
Benf. And. Imoveis		295.121	-
Móveis e Utensílios		10.039.892	11.729.583
Máquinas e Equipamentos		3.307.765	3.573.958
Veículos		1.267.412	1.267.412
Biblioteca		1.701.596	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		275.263	2.262.212
Imóveis em Comodato		7.174.670	7.174.670
Computadores em Comodato		310.277	310.277
(-) Depreciação Acumulada		(54.520.533)	(51.061.292)
(-) Imobilização Em Andamento		(76.046)	(709.909)
(-) Impairment		(351.558)	(422.518)
Intangível	8	**8.417**	**72.087**
Direitos Autorais		3.882.344	3.882.344
(-) Amortização Acumulada		(3.873.927)	(3.810.257)
Total do Ativo		**314.589.442**	**325.713.380**
Contas Extra Patrimoniais	26	**25.177.026**	**25.747.748**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		1.071.271	1.744.026
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		850.568	946.109
Bolsa Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%		6.661.019	6.704.575
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.		90.571	132.514
Gratuidades de Assistência Social		11.474.164	10.869.278
Bolsa Convenção Coletiva		5.029.433	5.351.247

Demonstração do Resultado do Período (Em Reais)

Receita Bruta Serviços (Atividade Fim)	Nota Explicativa	2021	2020
1 - Receita Bruta Prestação Serviços Educacional:		**54.438.292**	**57.474.380**
(+) Anuidades Escolares	14	54.894.980	58.170.828
(+) Bolsas de Estudo (12.101/09)	14/26	8.582.858	9.394.709
(+) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva	14	5.029.433	5.351.247
(-) Deduções s/ Anuidades		(456.688)	(696.447)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		(1.071.271)	(1.744.026)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		(850.568)	(946.109)
(-) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva		(5.029.433)	(5.351.247)
(-) Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%		(6.661.019)	(6.704.575)
Outras Receitas		**5.675.468**	**5.078.685**
(+) Atividades Extra Curriculares	14	1.152.105	1.014.487
(+) Outras Receitas Educacionais (serviços de secretaria e outros)	14	1.662.261	1.981.742
(+) Subvenções	14	43.587	18.586
(+) Aluguéis Bolsista		-	-
(+) Donativos e Contribuições	14/17	93.711	81.610
(+) Receitas Diversas	14	1.069.841	782.627
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	1.295.454	796.927
(+) Receitas Financeiras	14	358.408	363.705
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	-
2 - Receita Bruta Prestação de Serviços de Assistência Social		**4.750.555**	**4.430.878**
(+) Contribuições - (Estatuto do Idoso)	14	798.181	737.558
(+) Subvenção Governamental de Assistência Social	14	1.683.466	1.412.229
(+) Donativos e Contribuições	14/17	917.592	1.047.812
(+) Receitas Diversas	14	189.408	102.256
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	1.140.000	1.273.594
(+) Receitas Financeiras	14	21.909	12.467
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	(203.035)
3 - Receita de Atividade Meio		**3.378.422**	**2.523.155**
(+) Material Pedagógico	14	5.143.164	3.422.096
(+) Mercadorias/Produtos	14	1.043.648	378.744
(+) Prestação de serviço - Impressões	14	105.165	19.064
(-) CMV		(3.046.034)	(3.181.068)
(-) ICMS		(33.030)	(12.000)
(-) Devolução Material Pedagógico		(121.752)	(251.038)
(-) Cancelamento de Venda		-	-
(+) Receitas Diversas	14	125.802	66.839
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	72.546	19.473
(+) Donativos e Contribuições	14/17	16.350	8.380
(+) Receitas Financeiras	14	72.564	52.666
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	-
4 - Receitas Institucionais		**3.527.204**	**1.119.816**
(+) Donativos e Contribuições	14/17	718.653	4.043
(+) Receitas Diversas	14	347.490	570.605
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	456.000	428.400
(+) Receitas Financeiras	14	139.122	116.768
(+) Receitas Ativo Imobilizado		1.865.939	0
Receita Bruta		**71.769.849**	**70.626.914**
(66.717.568) (59.848.944)			
1- Despesas Área Educacional		(42.690.512)	(39.187.569)
(-) Despesas com Pessoal		(1.290.501)	(1.228.671)
(-) Manutenção		(3.922.647)	(4.115.580)
(-) Depreciação/Amortização		(2.052.480)	(1.226.728)
(-) Material de Consumo		(513.248)	(1.273.037)
(-) Despesas Financeiras		(7.435.646)	(6.337.083)
(-) Despesas c/ Subvenção		(43.588)	(24.583)
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	(1.295.454)	(784.493)
(-) Programa de Apoio ao Aluno Bolsista		(90.571)	(132.514)
(-) Outras Despesas		(7.382.920)	(5.538.086)
(13.055.331) (12.272.208)			
2 - Despesas de Assistência Social		(5.657.209)	(5.121.080)
(-) Despesas com Pessoal		(230.396)	(151.935)
(-) Manutenção		(825.573)	(675.141)
(-) Depreciação/Amortização		(1.129.851)	(1.426.750)
(-) Material de Consumo		(38.303)	(34.271)
(-) Despesas Financeiras		(1.581.167)	(1.407.990)
(-) Despesas c/ Subvenção	4(n)	(1.140.000)	(1.263.904)
(-) Trabalho Voluntário		(2.452.831)	(2.197.006)
(-) Outras Despesas		**(2.610.445)**	**(2.535.698)**
3 - Despesas de Atividades Meio		(1.198.588)	(1.122.034)
(-) Despesas com Pessoal		(85.386)	(69.454)
(-) Manutenção		(137.866)	(181.149)
(-) Depreciação/Amortização		(369.537)	(290.764)
(-) Material de Consumo		(31.697)	(73.260)
(-) Despesas Financeiras		(72.546)	(19.473)
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	(664.825)	(779.565)
(-) Outras Despesas		**(764.876)**	**(815.352)**
4 - Despesas Atividades Institucionais		333.312	328.089
(-) Despesas com Pessoal		(424.585)	(218.222)
(-) Manutenção		(1.017.223)	(1.019.558)
(-) Depreciação		(1.154)	(1.148)
(-) Material de Consumo		(5.358)	(4.219)
(-) Despesas Financeiras		806.112	528.107
(-) Outras Despesas		(456.000)	(428.400)
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	**(83.148.219) (75.477.262)**	
Total das Despesas		(6.603.808)	(4.215.000)
Superávit Operacional		(8.304.776)	(7.846.390)
Deficit Assistencial		767.978	(12.543)
Superavit/Deficit Atividades Meio		2.762.328	304.463
Superavit Institucionais		**04(m) (11.378.278) (4.850.348)**	
Déficit do Exercício			

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto (Em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades	2021	2020
1 - Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(11.378.278)	(4.850.348)
Depreciação	5.809.055	5.801.963
Amortização	94.255	189.464
PCLD	550.868	1.388.264
Provisão para Contigência	-	-
Perdas Diversas / Mensalidades / Apostilas	1.731.249	131.487
Provisões não Desembolsadas (férias, 13 e decimo)	516.953	(250.268)
Resultado Exercício Anterior	(125.528)	(53.690)
Apoio ao Aluno Bolsista	-	-
Receitas não Embolsadas (Recuperação de Créditos, Reversões)	(1.367.734)	(895.305)
Superávit/Déficit do Exercício Ajustado	**(4.169.160)**	**1.461.566**
Atividades Operacionais		
Diminuição /Aumento Contas Ativo		
Anuidades a Receber	999.414	(1.529.553)
Adiantamentos Diversos	(204.930)	275.947
Estoques	(34.436)	458.019
Despesas Antecipadas	(118.444)	(735.035)
Valores a Recuperar	13.800	(65.492)
Outros Ativos	2.280.204	(929.340)
Depósitos Judiciais	44.951	25.620
Diminuição /Aumento Contas Passivo		
Obrigações Trabalhistas	1.304.989	(117.880)
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	298.160	(250.741)
Fornecedores a Pagar	110.509	(683.263)
Outras Obrigações a Pagar	(3.015.333)	1.843.326
Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)	1.620.045	262.746
Aluguéis a Longo Prazo	61.499	158.152
Total Geração Operacional	**3.360.426**	**(1.287.495)**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Baixas de Depreciação	(151.339)	-
Baixas de amortização	-	-
Adições Computadores em Comodato	-	(310.277)
Adições a Imóveis em Comodato	-	-
Adições a Instalações Benfeitorias	-	-
Adições a Móveis e Utensílios	(281.042)	(145.366)
Adições a Veículos	-	-
Adições Biblioteca	-	-
Adições Benfeitamento em Imóveis	(295.121)	-
Adições a Softwares	-	-
Adições Direitos Autorais	-	-
Baixa em imobilizado	-	695.153
Baixas em Investimento	1.385.400	-
Total das Atividades de Investimentos	**657.898**	**239.510**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
(-) Empréstimo obtido	-	-
(-) Pagamento de Empréstimo	-	-
Doações Incorporadas ao Patrimônio	-	-
Caixa Líquido Produzido	-	-
Atividades de Financiamentos		
(1+2+3) Variação Das Disponibilidades	**(150.836)**	**413.581**
Saldo Inicial Das Disponibilidades em 01/01/2021	12.657.967	12.244.386
Variação Ocorrida no Período	**(150.836)**	**413.581**
Disponibilidade no Final do Ano	12.507.131	12.657.967

Demonstrações do Valor Adicionado (D.V.A.) (Em Reais)

	2021	2020	%
Receitas	**81.752.735**	**83.177.637**	
Receitas de Atividades Área Educacional	54.894.980	58.170.828	
Bolsas de Estudo (12.101/09)	8.582.858	9.394.709	
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.029.433	5.351.247	
Receitas de Atividade Meio	6.291.976	5.819.904	
Devolução/Mat.Pedagógico/ Anuidades (257.579)	(709.127)		
Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	798.181	737.558	
Receitas Patrimoniais	1.865.939	(203.035)	
Outras Receitas	4.546.947	4.615.552	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(16.765.399)**	**(14.174.261)**	
CMV	(3.046.034)	(3.181.068)	
Custos de Manutenção das Atividades	(13.719.365)	(10.993.193)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	
Valor Adicionado Bruto	**64.987.335**	**69.003.376**	
Depreciações / Amortizações	(5.903.310)	(5.991.427)	
Valor Adicionado Líquido			
Produzido pela Entidade	**59.084.025**	**63.011.949**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**4.065.422**	**3.118.258**	
Doações / Subvenções	3.473.420	2.572.653	
Receitas Financeiras	592.002	545.606	
Valor Adicionado Total A Distribuir	**63.149.447**	**% 66.130.208**	**%**
Distribuição do Valor Adicionado:			
Colaboradores	49.212.998	77,93	45.102.594 68,20
Bolsas de Estudos (12.101/09)	8.582.858	13,59	9.394.709 14,21
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.029.433	7,96	5.351.247 8,09
Gratuidade Assistência Social	11.474.164	18,17	10.869.278 16,44
Apoio Aluno Bolsista	90.571	0,14	132.514 0,20
Governo	137.701	0,22	130.214 0,20
Déficit do Exercício	(11.378.278)	(18,02)	(4.850.348) (7,33)
Valor Adicionado Total Distribuído	**63.149.447**	100,00	**66.130.208** 100,00

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

Contas	Patrimônio social	Superavit/Deficit de Exercícios	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado Ex. Anterior	Patrimônio Líquido
Especificações						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**126.469.316**	**(11.232.735)**	-	**191.545.718**	(30.332)	**306.751.967**
Transferido p/ Patrimônio	(11.232.735)	11.232.735	-	-	30.332	30.332
Resultado Exercício Anterior	(30.332)	-	-	-	(53.690)	(84.022)
Déficit /Superavit de 2020	-	(4.850.348)	-	-	-	(4.850.348)
Ajuste Patrimonial Imóveis	1.733.381	-	-	(1.733.381)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	124.284	-	-	(124.284)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**117.063.914**	**(4.850.348)**	-	**189.688.053**	**(53.690)**	**301.847.929**
Transferido p/ Patrimonio	(4.850.348)	4.850.348	-	-	53.690	53.690
Resultado Exercício Anterior	(53.690)	-	-	-	(125.528)	(179.218)
Déficit/ Superavit de 2021	-	(11.378.278)	-	-	-	(11.378.278)
Ajuste Patrimonial Imóveis	4.900.384	-	-	(4.900.384)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	195.144	-	-	(195.144)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**117.155.403**	**(11.378.278)**	-	**184.692.525**	**(125.528)**	**290.344.122**

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Passivo	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante	04 (j)	**23.299.433**	**22.367.718**
Obrigações Trabalhistas		2.517.150	2.308.387
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		6.855.104	6.556.944
Fornecedores		516.742	406.233
Outras Obrigações a Pagar		3.036.933	5.438.921
Provisões Trabalhistas		3.405.446	2.309.220
Receitas Antecipadas	04 (k)	6.968.058	5.348.013
Não - Circulante	04 (l)	**945.888**	**1.497.734**
Provisão para Contigência	13	421.000	833.625
Aluguéis		120.743	59.244
Contratos		93.869	294.588
Computadores em Comodato		310.277	310.277
Patrimônio Líquido	10	**290.344.122**	**301.847.928**
Patrimônio Social		117.155.403	117.063.914
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis		184.253.248	189.153.632
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis		439.277	534.421
Resultado Exercícios Anteriores	11	(125.528)	(53.690)
Déficit do Exercício	04 (m)	(11.378.278)	(4.850.348)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**314.589.442**	**325.713.380**
Contas Extra Patrimoniais	26	**25.177.026**	**25.747.748**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		1.071.271	1.744.026
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		850.568	946.109
Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%		6.661.019	6.704.575
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.		90.571	132.514
Gratuidades de Assistência Social		11.474.164	10.869.278
Bolsa Convenção Coletiva		5.029.433	5.351.247

Demonstração do Superávit/Déficit do Período (Em Reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
Receita Bruta Serviços (Atividade Fim)		**54.438.292**	**57.474.380**
1 - Receita Bruta Prestação Serviços Educacional:		**54.438.292**	**57.474.380**
(+) Anuidades Escolares	14	54.894.980	58.170.828
(+) Bolsas de Estudo (12.101/09)	14/26	8.582.858	9.394.709
(+) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva	14	5.029.433	5.351.247
(-) Deduções s/ Anuidades		(456.688)	(696.447)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		(1.071.271)	(1.744.026)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		(850.568)	(946.109)
(-) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva		(5.029.433)	(5.351.247)
(-) Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%		(6.661.019)	(6.704.575)
Outras Receitas		**5.675.468**	**5.078.685**
(+) Atividades Extra Curriculares	14	1.152.105	1.014.487
(+) Outras Receitas Educacionais (serviços de secretaria e outros)	14	1.662.261	1.981.742
(+) Subvenções	14	43.587	18.586
(+) Aluguéis Bolsista		-	-
(+) Donativos e Contribuições	14/17	93.711	81.610
(+) Receitas Diversas	14	1.069.841	782.627
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	1.295.454	796.927
(+) Receitas Financeiras	14	358.408	363.705
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	(203.035)
2 - Receita Bruta Prestação de Serviços de Assistência Social		**4.750.555**	**4.430.878**
(+) Contribuições - (Estatuto do Idoso)	14	798.181	737.558
(+) Subvenção Governamental de Assistência Social	14	1.683.466	1.412.229
(+) Donativos e Contribuições	14/17	917.592	1.047.812
(+) Receitas Diversas	14	189.408	102.256
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	1.140.000	1.273.594
(+) Receitas Financeiras	14	21.909	12.467
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	(203.035)
3 - Receita de Atividade Meio		**3.378.422**	**2.523.155**
(+) Material Pedagógico	14	5.143.164	3.422.096
(+) Mercadorias/Produtos	14	1.043.648	378.744
(+) Prestação de serviço - Impressões	14	105.165	19.064
(-) CMV		(3.046.034)	(3.181.068)
(-) ICMS		(33.030)	(12.000)
(-) Devolução Material Pedagógico		(121.752)	(251.038)
(-) Cancelamento de Venda		-	-
(+) Receitas Diversas	14	125.802	66.839
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	72.546	19.473
(+) Donativos e Contribuições	14/17	16.350	8.380
(+) Receitas Financeiras	14	72.564	52.666
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	-
4 - Receitas Institucionais		**3.527.204**	**1.119.816**
(+) Donativos e Contribuições	14/17	718.653	4.043
(+) Receitas Diversas	14	347.490	570.605
(+) Trabalho Voluntário	4(n)/14	456.000	428.400
(+) Receitas Financeiras	14	139.122	116.768
(+) Receitas Ativo Imobilizado		1.865.939	0
Receita Bruta		**71.769.849**	**70.626.914**
1- Despesas Área Educacional		**(66.717.568) (59.848.944)**	
(-) Despesas com Pessoal		(42.690.512)	(39.187.569)
(-) Manutenção		(1.290.501)	(1.228.671)
(-) Depreciação/Amortização		(3.922.647)	(4.115.580)
(-) Material de Consumo		(2.052.480)	(1.226.728)
(-) PCLD		(513.248)	(1.273.037)
(-) Despesas Financeiras		(7.435.646)	(6.337.083)
(-) Despesas c/ Subvenção		(43.588)	(24.583)
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	(1.295.454)	(784.493)
(-) Programa de Apoio ao Aluno Bolsista		(90.571)	(132.514)
(-) Outras Despesas		(7.382.920)	(5.538.086)
2 - Despesas de Assistência Social		**(13.055.331) (12.272.208)**	
(-) Despesas com Pessoal		(5.657.209)	(5.121.080)
(-) Manutenção		(230.396)	(151.935)
(-) Depreciação/Amortização		(825.573)	(675.141)
(-) Material de Consumo		(1.129.851)	(1.426.750)
(-) Despesas Financeiras		(38.303)	(34.271)
(-) Despesas c/ Subvenção		(1.581.167)	(1.407.990)
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	(1.140.000)	(1.263.904)
(-) Outras Despesas		(2.452.831)	(2.197.006)
3 - Despesas de Atividades Meio		**(2.610.445)**	**(2.535.698)**
(-) Despesas com Pessoal		(1.198.588)	(1.122.034)
(-) Manutenção		(85.386)	(69.454)
(-) Depreciação/Amortização		(137.866)	(181.149)
(-) Material de Consumo		(369.537)	(290.764)
(-) Despesas Financeiras		(31.697)	(73.260)
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	(72.546)	(19.473)
(-) Outras Despesas		(664.825)	(779.565)
4 - Despesas Atividades Institucionais		**(764.876)**	**(815.352)**
(-) Despesas com Pessoal		333.312	328.089
(-) Manutenção		(424.585)	(218.222)
(-) Depreciação		(1.017.223)	(1.019.558)
(-) Material de Consumo		(1.154)	(1.148)
(-) Despesas Financeiras		(5.358)	(4.219)
(-) Outras Despesas		806.112	528.107
(-) Trabalho Voluntário	4(n)	(456.000)	(428.400)
Total das Despesas		**(83.148.219) (75.477.262)**	
Superávit Operacional		(6.603.808)	(4.215.000)
Deficit Assistencial		(8.304.776)	(7.846.390)
Superavit/Deficit Atividades Meio		767.978	(12.543)
Superavit Institucionais		2.762.328	304.463
Déficit do Exercício		**04(m) (11.378.278) (4.850.348)**	

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto (Em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades	2021	2020
1 - Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(11.378.278)	(4.850.348)
Depreciação	5.809.055	5.801.963
Amortização	94.255	189.464
PCLD	550.868	1.388.264
Provisão para Contigência	-	-
Perdas Diversas / Mensalidades / Apostilas	1.731.249	131.487
Provisões não Desembolsadas (férias, 13 e decimo)	516.953	(250.268)
Resultado Exercício Anterior	(125.528)	(53.690)
Apoio ao Aluno Bolsista	-	-
Receitas não Embolsadas (Recuperação de Créditos, Reversões)	(1.367.734)	(895.305)
Superávit/Déficit do Exercício Ajustado	**(4.169.160)**	**1.461.566**
Atividades Operacionais		
Diminuição /Aumento Contas Ativo		
Anuidades a Receber	999.414	(1.529.553)
Adiantamentos Diversos	(204.930)	275.947
Estoques	(34.436)	458.019
Despesas Antecipadas	(118.444)	(735.035)
Valores a Recuperar	13.800	(65.492)
Outros Ativos	2.280.204	(929.340)
Depósitos Judiciais	44.951	25.620
Diminuição /Aumento Contas Passivo		
Obrigações Trabalhistas	1.304.989	(117.880)
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	298.160	(250.741)
Fornecedores a Pagar	110.509	(683.263)
Outras Obrigações a Pagar	(3.015.333)	1.843.326
Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)	1.620.045	262.746
Aluguéis a Longo Prazo	61.499	158.152
Total Geração Operacional	**3.360.426**	**(1.287.495)**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Baixas de Depreciação	(151.339)	-
Baixas de amortização	-	-
Adições Computadores em Comodato	-	(310.277)
Adições a Imóveis em Comodato	-	-
Adições a Instalações Benfeitorias	-	-
Adições a Móveis e Utensílios	(281.042)	(145.366)
Adições a Veículos	-	-
Adições Biblioteca	-	-
Adições Benfeitamento em Imóveis	(295.121)	-
Adições a Softwares	-	-
Adições Direitos Autorais	-	-
Baixa em imobilizado	-	695.153
Baixas em Investimento	1.385.400	-
Total das Atividades de Investimentos	**657.898**	**239.510**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
(-) Empréstimo obtido	-	-
(-) Pagamento de Empréstimo	-	-
Doações Incorporadas ao Patrimônio	-	-
Caixa Líquido Produzido	-	-
Atividades de Financiamentos		
(1+2+3) Variação Das Disponibilidades	**(150.836)**	**413.581**
Saldo Inicial Das Disponibilidades em 01/01/2021	12.657.967	12.244.386
Variação Ocorrida no Período	**(150.836)**	**413.581**
Disponibilidade no Final do Ano	12.507.131	12.657.967

Demonstração do Superávit/Déficit do Período (Em Reais)

	2021	2020
Receitas	**81.752.735**	**83.177.637**
Receitas de Atividades Área Educacional	54.894.980	58.170.828
Bolsas de Estudo (12.101/09)	8.582.858	9.394.709
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.029.433	5.351.247
Receitas de Atividade Meio	6.291.976	5.819.904
Devolução/Mat.Pedagógico/ Anuidades (257.579)	(709.127)	
Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	798.181	737.558
Receitas Patrimoniais	1.865.939	(203.035)
Outras Receitas	4.546.947	4.615.552
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(16.765.399)**	**(14.174.261)**
CMV	(3.046.034)	(3.181.068)
Custos de Manutenção das Atividades	(13.719.365)	(10.993.193)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-
Valor Adicionado Bruto	**64.987.335**	**69.003.376**
Depreciações / Amortizações	(5.903.310)	(5.991.427)
Valor Adicionado Líquido		
Produzido pela Entidade	**59.084.025**	**63.011.949**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**4.065.422**	**3.118.258**
Doações / Subvenções	3.473.420	2.572.653
Receitas Financeiras	592.002	545.606
Valor Adicionado Total A Distribuir	**63.149.447**	**% 66.130.208** **%**
Distribuição do Valor Adicionado:		
Colaboradores	49.212.998	77,93 45.102.594 68,20
Bolsas de Estudos (12.101/09)	8.582.858	13,59 9.394.709 14,21
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.029.433	7,96 5.351.247 8,09
Gratuidade Assistência Social	11.474.164	18,17 10.869.278 16,44
Apoio Aluno Bolsista	90.571	0,14 132.514 0,20
Governo	137.701	0,22 130.214 0,20
Déficit do Exercício	(11.378.278)	(18,02) (4.850.348) (7,33)
Valor Adicionado Total Distribuído	**63.149.447**	100,00 **66.130.208** 100,00

Demonstração do Superávit/Déficit do Período - Segregado

	2021					2020				
Ativo	**Educação**	**Assist. Social**	**Instituto Oswaldo Ramos**	**Atividade meio**	**Total**	**Educação**	**Assist. Social**	**Instituto Oswaldo Ramos**	**Atividade Meio**	**Total**
Circulante	**11.292.752**	**1.694.549**	**2.157.034**	**2.147.880**	**17.652.315**	**10.683.107**	**3.800.422**	**3.377.411**	**2.735.397**	**20.596.338**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.456.788**	**1.379.716**	**2.219.612**	**451.015**	**12.507.131**	**7.239.568**	**2.283.934**	**2.898.354**	**236.176**	**12.657.967**
Caixa	29.260	6.799	16.872	7.865	60.796	32.173	9.835	10.517	7.022	59.548
Bancos Conta Movimento (s/restrição)	2.178.146	71.161	4.875	425.393	2.679.575	3.474.282	64.518	79.041	204.281	3.822.122
Bancos Conta Movimento (c/restrição)	464	797	-	-	1.261	172	138.052	-	-	138.224
Bancos Conta Aplicações C/Prazo(s/restr.)	6.248.918	308.843	2.197.866	18.556	8.774.182	3.732.876	682.161	2.808.796	24.872	7.248.705
Bancos Conta Aplicações C/Prazo(c/restr.)	-	991.317	-	-	991.317	-	1.389.368	-	-	1.389.368
Clientes e Outros Recebíveis	**951.781**	**51.340**	-	-	**1.003.121**	**1.909.445**	**66.937**	-	-	**1.976.382**
Anuidades a Receber	4.023.600	51.340	-	-	4.074.940	7.341.397	66.937	-	-	7.408.334
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(3.071.819)	-	-	-	(3.071.819)	(5.431.952)	-	-	-	(5.431.952)
Estoques	-	-

Continuação

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM - CNPJ.: 61.000.683/0001-71

Nota 13 - Provisão para Contingências (Resolução CFC Nº 1.180/09 NBC TG 25): Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documentos recebidos da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (trabalhistas e/ou tributários e/ou cível), a respectiva provisão para contingência foi considerada pela probabilidade de perdas de alguns processos que estão em andamento. No fechamento do balanço, foram registrados os valores de contingências no montante de R$ 421.000, os quais foram contabilizadas devida a possibilidade de perda.

Contingências	2021	2020
Educação	421.000	833.025

Nota 14 - Receitas (Resolução NBC TG 47): Em atendimento a Resolução NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidade originam-se da atividade (Educação), conforme art. 71 do Estatuto Social, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, e formalizadas por meio de contratos de prestação de serviços educacionais. Outras receitas também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação flluirão para a Entidade. Segue abaixo a composição de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Receitas	2021	2020
Anuidades Escolares	54.894.980	58.170.828
Material Pedagógico/ Mercadorias /Impressão	6.291.977	6.219.904
Subvenções Municipais Assistência Social	1.683.466	1.412.229
Donativos e Contribuições	1.746.366	1.141.845
Outras Receitas Educacionais	1.662.261	1.981.742
Receitas Diversas	1.732.541	1.570.323
Atividades Extras Curriculares	1.152.145	1.063.487
Rendimentos Financeiros	592.003	545.606
Subvenções Municipais Educacionais	43.587	18.586
Receitas Ativo Imobilizado	1.865.939	-
Contribuições - Estatuto do Idoso	798.181	737.558
Trabalho Voluntário	2.964.000	2.508.394
Apoio Alunos Bolsista	-	-
Bolsa de Estudo (Lei 12.101)	8.582.858	9.394.709
Bolsa de Estudo Convenção Coletiva	5.029.433	5.351.247
Total das Receitas	**89.039.737**	**89.716.458**

Nota 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi INDIRETO.
Abaixo as atividades de investimentos.

Das Atividades de Investimentos	2021	2020
Baixas de Depreciação	(151.339)	-
Adições a Instalações e Benfeitorias	-	-
Adições a Móveis e Utensílios	(281.042)	(145.366)
Adições Direitos Autorais	-	-
Baixa em Imobilizado	-	695.153
Adição Benf. Andamento em Imóveis	(295.121)	-
Baixas em Investimento	1.385.400	-
Adições Moveis em Comodato	-	(310.277)
Total das Atividades de Investimentos	**657.898**	**239.510**

Nota 16 - Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros de veículos em valor considerado suficiente para cobertura de eventos sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **Nota 17 - Doações e Contribuições Recebidas:** Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 71, item VII e VIII, conforme demonstrativo:

Donativos	2021	2020
Doações de Pessoas Físicas	1.079.818	211.951
Doações de Pessoas Jurídicas	51.150	60.196
Donativos em Espécie	615.398	869.699
Total das Doações	**1.746.366**	**1.141.846**

Nota 18 - Imunidade Tributária: A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **Nota 19 - Característica da Imunidade:** *A Associação Único Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem* é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficiente e de assistência social com atividade preponderante na área da EDUCAÇÃO. No atendimento de suas finalidades institucionais, a ASSOCIAÇÃO em sua ação de assistência social educacional concede Gratuidades Educacionais e outras na forma da Lei, objetivando a promoção de seus usuários e destinatários, da coletividade e de bem comum. As atividades de assistência social foram realizadas de forma 100% gratuitas a seus usuários, respeitadas as condições do Estatuto do Idoso. As gratuidades foram concedidas em atendimento todos os requisitos da Lei 12.101/09 e Lei Complementar 187/21. **Nota 20 - Requisitos para Imunidade Tributária:** A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, atende todos os requisitos da imunidade tributária, os quais podem ser observados em seu Estatuto Social e nos livros Diário e Razão: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo117, parágrafo único do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 72 do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 78 do Estatuto Social). **Nota 21 - Isenção Tributária:** A entidade é isenta à incidência das contribuições Sociais por força da Lei Nº 9.532/97, Lei nº 12.101/09, Lei Nº 12.868/2013, LC 187/21 e regulamentada pelo Decreto Nº 8.242/2014, e as contribuições abaixo descritas: **Contribuições Sociais Usufruídas:** - 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; - RAT/SAT (1%), - TERCEIROS (4,5% - Educação, 5,8% - Assistência Social), + COFINS (3%) Em 2015 foram contabilizadas em contas de resultado, e em virtude da Resolução 1.409/12 item 98 em 2016 deixaram de ser contabilizadas pois não se enquadram no conceito de receitas previsto em NBC TG 07, não sendo mais consideradas como receitas do resultado. *(texto incluído pelo* ITG 2002 (R1)*)*. Demonstramos abaixo os valores apurados no exercício de 2020 e 2021.

Contribuições	2021	2020
Contribuição Usufruída Cota Patronal	10.828.776	10.303.611
Isenção Usufruída COFINS	1.876.944	2.183.885
Total	**12.705.120**	**12.487.496**

Nota 22 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária: A *Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem*, é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/09 e art 3º da LC187/21, cumpri os requisitos previstos ESTATUTÁRIOS: - não percebem, por qualquer forma ou título, os sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos estatutos institucionais (artigo117, parágrafo único do Estatuto Social); • aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no País, para a manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; • não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (artigo 72 do Estatuto Social); • atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para suas associadas; (art. 11 do Estatuto Social); • tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.89 e 90 do Estatuto Social); • consta em seu Estatuto Social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei Nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto Nº 6.308/07 (art.07 do Estatuto Social); **Operacionais e Contábeis:** - possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como o patrimônio líquido e o fluxo financeiro segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; - conserva em bom estado pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; • cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade. **Nota 23- Segregação Contábil por Área de Atuação (Art 33 da Lei 12.101/2009, Art. 12 do Decreto Federal nº 8.242/2014 e Art. 4 da Lei Complementar 187/2021):** A entidade apresenta sua escrituração contábil segregada por área de atuação, de modo a evidenciar seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas de cada área de atuação, conforme demonstrativo. **Nota 24 - Obrigações da Educação para Fins de CEBAS:** A prestação de Serviços Educacionais desenvolvidos pela Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem são nas modalidades de: Berçário, Educação Infantil, Ensino Fundamental I Ensino Médio. Em atendimento aos artigos 13 da Lei nº 12.101/09, artigos 12 e 13 da Lei nº 12.868/13, artigo 30 § 1º, do Decreto Nº 8.242/2014, do Artigo 29 da Portaria Normativa 15/2017 e do artigo 18 da LC 187/21 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal. **Nota 25 - Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais:** Em atendimento ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica), alterada pela Lei 12.868/2013 e a LC 187/21 Art. 20, a instituição concedeu 1 bolsa integral para cada 5 alunos pagantes.

Educação Básica	2021	2020
Alunos Matriculados	3.679	3.741
Alunos Pagantes	2.688	2.598
Alunos Necessários (relação 1X5)	538	520
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (100%)	51	79
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (50%)	87	57
Bolsas Integrais (convenção coletiva)	256	260
Bolsas Lei 12.101/09 - Tempo integral 100%	496	593
Alunos oriundos de Convênio Público	188	211

Nota 26 - Demonstrativo da Composição de Gratuidade Sobre Receita - Educação Básica

Educação Básica	2021	2020
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (100%)	1.071.271	1.744.026
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (50%)	850.568	946.109
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - Tempo integral 100%	6.661.019	6.704.575
Total de Bolsa de Estudo - Lei 12.101/09	**8.582.858**	**9.394.709**
Apoio a Alunos Bolsistas - Benefícios Complementares	90.571	132.514
Total de Apoio a Aluno Bolsista	**90.571**	**132.514**
Gratuidades de Anuidades (Lei 12.101/09)	11.474.164	10.869.278
Total de Gratuidades de Assistência Social	**11.474.164**	**10.869.278**

Nota 27 - Da Concessão dos Recursos em Assistência Educacional - Educação Básica: A entidade, em conformidade com o artigo 13 da Lei 12.868/2013 oferecou bolsas educacionais para alunos hipossuficientes, na forma da Lei. Aos alunos matriculados em educação infantil ao 3º ano do ensino médio, foram contemplados com bolsas de 100%. A entidade não cobrou custeio do material didático. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de rateio: • A bolsa de estudo integral - 100% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo. • A bolsa de estudo parcial - 50% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 3 (três) salários mínimos. **Nota 28 - Obrigações da Área Assistência Social para Fins de CEBAS:** Conforme Estatuto Social art 40 da Lei Nº 12.101/09 e alterada pela 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal Nº 8.242/2014 e a Lei complementar 187/2021 a Entidade demonstrou junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Entidade de Assistência Social já efetuou o recadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Caranjaí Paulista e Indaiatuba, conforme determina a Resolução CNAS Nº 16/2010, este procedimento é o reconhecimento público das ações realizadas pela Entidade no âmbito da Política de Assistência Social. Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto Nº 6.308/07, Resolução do CNAS Nº 109/09 e Resolução CNAS Nº 16/10, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e consequencia, por elas, regulamentada. A Entidade possui vínculo a rede SUAS e para isso tem como requisitos: 1. prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; 2. quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; 3. demonstrar potencial para integrar-se à rede socioassistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e 4. disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, conforme Plano Municipal de São Paulo, Jundiaí e Caranjaí Paulista. **Nota 29 - Formalização dos Programas de Assistência Social:** A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza com cada programa um plano com: os objetivos, origem de recursos, infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS Nº 109/09 e Decreto Nº 6.308/07); com público-alvo, capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do programa. **Nota 30 - Tipificação das Ações Assistenciais, Custos Envolvidos e Forma de Contabilização:** A entidade em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 tipificou suas atividades, executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) aos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, obedecendo o Plano São Paulo de combate ao Coronavírus. A Entidade em atendimento à Nº 12.101/09, Lei 12.868/13 Decreto Federal nº 8.242/2014, Resolução CNAS nº 16/10 e Lei complementar 187/2021 na realização de suas atividades de assistência social, demonstra os resultados qualitativos e quantitativos de cada ação social:

Serviço Assistencial	Resultado das Ações Assistenciais	Unidade	Puplico Alvo	Ano	Usuarios Atendidos	Gratuidades Concedidas
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	• Acolhimento das demandas diante das necessidades dos usuários e possibilidades; • Efetivação dos direitos socioassistenciais e prevenção de riscos e vulnerabilidade social; • Ambiente acolhedor com oferta de serviços; • Fortalecimento da convivência familiar, comunitária e social; • Reconhecimento das potencialidades e aquisições do universo informacional, cultural e artístico; • Elevação da autoestima, descoberta de talentos e potencialidades; • Diminuição de situações de violação de direitos e riscos de vulnerabilidade social; • Diminuição da evasão escolar, da ociosidade e da exploração do trabalho infantil, bem como da drogadição; • Ajuda na redução da alimentação de crianças, adolescentes e suas famílias durante a pandemia, através de doações.	Núcleo de Promoção e Formação São Vicente de Paulo (Laranjaí Paulista - SP)	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	**2021**	241 ano	2.102.053
				2020	269 ano	2.258.786
		Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima (Jardim Gaivotas- SP)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos e 11 meses	**2021**	181 ano	1.790.278
				2020	215 ano	1.565.020
Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	• Fortalecimento do convívio social e comunitário; • Minimização de danos por violência e abuso; • Preservação de sua identidade e história de vida; • Acesso a alimentação adequada; • Orientação, encaminhamentos e acompanhamentos para obtenção de documentos pessoais, consultas médicas e aquisição de medicamentos e óculos • Exercício da Cidadania; • Redução das violações dos direitos socioassistenciais; • Melhora na autopromoção, autoestima e responsabilidade; • Proteção social a famílias e indivíduos; • Alimentação de moradores em situação de rua e doação de kit higiene.	Centro de Conveniência São Vicente de Paulo - (Bairro Campos Elísios - SP)	Adultos em situação de rua	**2021**	513 ano	2.556.473
				2020	582 ano	1.834.614
Instituição de Longa Permanência para Idosos	• Acolhimento institucional com condições de higiene, sociabilidade, habitabilidade, segurança e conforto e local de referência; • Preservação da história de vida preservada; • Alimentação nutricional; • Espaço de Convivência, com direito a espaços reservados; • Acesso a serviços socioassistenciais e serviços públicos; • Melhora do convívio familiar, social e comunitário; • Vivências pautadas ao respeito a o próprio e aos outros; • Acesso a atividades, de acordo com suas necessidades, interesses e possibilidades; • Desenvolvimento das capacidades e ampliação do universo cultural e informacional • Desenvolvimento do protagonismo e da autonomia; • Efetivação dos direitos socioassistenciais; • Redução da violação de direitos; • Prevenção de riscos e vulnerabilidade social; • Aumento da autoestima e do autocuidado; • Melhora na qualidade de vida; • Proteção contra o Coronavírus.	Lar Nossa Senhora das Graças (Jundiaí - SP)	Idosos de 60 anos ou mais	**2021**	79 ano	5.025.360
				2020	79 ano	5.210.858

Nota 31 - Demonstrativo dos Valores Aplicados em Gratuidades em Assistência Social

	2021	2020
Gratuidades de Assistência Social	**11.474.164**	**10.869.278**
Total de Gratuidades de Assistencia Social	**11.474.164**	**10.869.278**

Estas notas explicativas referem-se as demonstrações contábeis findas em 31/12/2021.

São Paulo, 31 dezembro de 2021.

Helena Ghiraldi
Diretora Presidenta - CPF 860.722.508-15

Isabel da Conceição
Tesoureira - CPF 289.318.388-68

Neide do Carmo Calandrin Ferreira dos Santos
CPF 108.146.018-04 - CRC 1SP 132.379/O-1

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo De Gysegem**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Foi também examinada a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis, conforme a Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro do seu contexto mais abrangente, tomadas de decisões econômicas dos usuários das demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Entidade a não mais ser mantenedora da continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 05 de abril de 2022.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.

CNPJNME nº 07.099.347/0001-82 - NIRE 35.219.518.989
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Sócios

Ficam convidados os senhores sócios da **Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.** ("Sociedade"), a se reunir em assembleia geral ("AGE"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** a proposta da administração da Sociedade para reformular o contrato social, com alterações referentes principalmente: (i) ao desdobramento de quotas da Sociedade; (ii) à criação de quotas sem direito a voto; (iii) ao aumento do capital social da Sociedade; (iv) a transferências de quotas realizadas entre os sócios; (v) a alterações na estrutura, composição e funcionamento da diretoria da Sociedade; (vi) a alterações nas regras atinentes à convocação e funcionamento das assembleias gerais de sócios; (vii) a permissão expressa para distribuições desproporcionais de lucros pela Sociedade e a ratificação de distribuições até então feitas desta forma; (viii) a alterações nas regras atinentes ao falecimento, interdição, separação e exclusão de sócios e respectivos haveres; (ix) a alterações na regra de solução de controvérsias entre os sócios; e (x) a regra de prevalência do acordo de sócios arquivado na sede social em relação ao contrato social; **2)** a proposta da administração para consolidar o contrato social da Sociedade, refletindo as alterações referidas acima, caso sejam aprovadas; e **3)** a eleição da nova composição da diretoria da Sociedade, caso as alterações na estrutura da administração da Sociedade sejam aprovadas. **Informações Gerais: A) A AGE ocorrerá no dia 02.05.2022, às 20h30, digitalmente, por meio da plataforma Zoom.** O link de acesso à AGE será enviado a todos os sócios por e-mail com antecedência; **B)** Esta convocação será enviada também por e-mail aos sócios, juntamente com os documentos pertinentes a ordem do dia. **C)** O sócio que assim desejar poderá ter sua participação e voto computados pela mesa da AGE mediante envio de boletim de voto à distância, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da AGE, cujo modelo será enviado por e-mail juntamente com a presente convocação. **D)** Pedimos aos sócios que não tiverem recebido o e-mail referido acima, que entrem em contato com a administração da Sociedade. São Paulo, 19 de abril de 2022. [Assinado Eletronicamente] **Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.** p. André Luís Ottoboni p. Vinicius Gonçalves Vieira.

ABANDONO DE EMPREGO

A empresa **PERFORM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI** solicita o comparecimento do **Sr. AILTO SILVA AMARAL**, CTPS 4972584 série 030-BA, no prazo de 3 dias úteis. O seu não comparecimento caracterizará o **ABANDONO DE EMPREGO**, conforme artigo 482, Letra I, da CLT.

19 - 20 e 21/04

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, processo nº 1047.759 em 13 de janeiro de 2022 a requerimento de MAURICIO NAGAOKA, brasileiro, engenheiro, RG nº 9822584-SSP e CPF nº 082.611.078-92, assistido de sua mulher CRISTINA MUNHOZ NICOLAZ NAGAOKA, brasileira, professora, RG nº 14.888.903-SSP/SP e CPF nº 064.135.598-02, casados desde 06/05/1988, no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que os autores acima qualificados, requereram a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o terreno situado na Rua José Marti, lote 08 da quadra 35, Jardim Saúde, com 564,60m², melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 231.452, deste Registro, cuja titularidade de domínio encontra-se em nome de SOCIEDADE DE TERRENOS DASAÚDE LTDA, alegando o comprovando posse mansa e pacifica a mais de 60 anos, somando a posse de seus antecessores. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 01 de abril de 2022. 07 e 22/04

Servgás Distribuidora Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81
Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **05 de Maio de 2.022, Quinta-Feira, às 10:00 horas**, no **HOTEL IBIS SÃO PAULO EXPO**, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 - Barra Funda - São Paulo/SP - Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar ciência dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2021. II - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021. III - Outros assuntos. Consultações no Rua Eduardo Viana, 20 - Barra Funda - Diretor Presidente.

Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP1128) comunica que será realizado o leilão de arte 26022 e 26304 nos dias 19, 23, 26, 30 de abril e 03 de maio www.gmleiloes.com.br diretoria@gmleiloes.com.br (11)944-350642 e o leilão de arte 26339 nos dia 06 e 07 de maio www.artebastaleiloes.com.br (11)2589-1522, artebastaleiloes@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1062995-15.2021.8.26.0002. O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional II Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Augusto de Oliveira Bana, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Paula Teixeira Porciuncula Yamada, CPF 021.278.869-68, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 39.109,65 (janeiro/2022), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2017. Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se o edital de Citação e Intimação da ré, na forma do artigo 701 do Código de Processo Civil, consignando-se que no prazo de 15 (quinze) dias seus(s) réu(s) poderá pagar a quantia pedida (hipótese em que ficará isento do pagamento das custas judiciais, mas deverá pagar 05% dos honorários advocatícios) ou ofertar embargos (defesa) por intermédio de advogado, sob pena de não o fazendo se converter o mandado monitório em mandado executivo. No prazo de embargos, recorrendo o crédito e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o devedor requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do parágrafo 5º do artigo 701 do CPC. O prazo de embargos do pagamento esponteneo é de 15 (quinze) dias contados da juntada do mandado. Não pagando, o(s) réu(s) deverá(ão) ainda, no prazo de embargos do pagamento esponteneo e de 15 (quinze) dias contados da juntada do mandado, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2022.

20 e 21/04

FORO REGIONAL XV - BUTANTÃ - 3ª VARA CÍVEL - Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 148/150 - CEP 05582-000 - Fone: (11) 3721-6399 - E-mail: butantanvel@tjsp.jus.br. **EDITAL de INTIMAÇÃO - Prazo de 20 dias** - Processo nº **0000211-92.2022.8.26.0704**. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. **LUCIANE CRISTINA SILVA RENATA PEREIRA**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a REMETENTE DO NASCIMENTO DA SILVA**, RG 27.398.129-8, CPF279.452.698-77, que por este Juízo, tramita de uma ação de **EXIMENTE DE SENTENÇA** movida por **JANETE MARTINEZ MORA**. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL** para no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **PAGAR** o **DÉBITO** de R$129.545,40 (janeiro/2022), a ser atualizado e acrescido das cominações legais, **SOB PENA de ACRÉSCIMO** da **MULTA** de 10% e de honorários de 10% (art. 523, § 1º do CPC), os quais incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se o feito com a penhora de bens e avaliação. F

Geosonda S.A. em Recuperação Judicial

CNPJ: 60.681.749/0001-73 - NIRE: 35.300.036.964

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05/04/2022.

Instalação: Sede social, às10 horas. **Presença**: Totalidade. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Clovis Salioni Junior, Veridiana de Magalhães Salioni, Ruymar de Magalhães Salioni e Rafaela Karla dos Santos Ramos como Secretária. **Deliberações**: Reeleitos os Diretores para o período de 06/04/2022 a 05/04/2025, como segue: Diretor Presidente, o Sr. Clovis Salioni Junior, RG 23.821.821-1, CPF 266.963.728-06; Diretora sem designação específica a Sra. Veridiana de Magalhães Salioni, RG 22.477.777-4 SSP/SP, CPF 272.268.978-22; e Diretora sem designação específica a Sra. Ruymar de Magalhães Salioni, RG 54.817.76-2 SSP/SP, CPF 283.292.288-00. SP, 05/04/22. JUCESP nº 200.894/22-5 em 16/04/2022.

BEETOOLS TECNOLOGIA EDUCACIONAL S/A.

CNPJ – 27.836.175/0001-90 NIRE – 41300277945

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 16ª. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E 5ª. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

BEETOOLS TECNOLOGIA EDUCACIONAL S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Ibaiá, 390, Centro, Pinhais, Paraná, CEP 83.324-050, convoca seus acionistas para a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, no dia 27 de Abril de 2022, às 17:00 horas, sob a forma semipresencial, ou seja, na sede da Companhia ou por meio da plataforma Zoom, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Em AGE: (1) Aprovar o aumento de capital social da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, a serem integralizadas mediante a convensão de aportes efetuados por acionistas em cumprimento a contratos celebrados com a Companhia, dispondo acerca do preço de emissão e do prazo a ser facultado a acionistas da Companhia que pretendam subscrever e integralizar novas ações nas mesmas condições aprovadas; (2) Aprovar os boletins de subscrição decorrentes das novas ações a serem emitidas, ficando sujeitos a homologação posterior; (3) Deliberar o novo quadro de acionistas, após o aumento de capital social; (4) Aprovar a reforma do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para contemplar o aumento de capital social; (5) Aprovar o consolidação do Estatuto Social da Companhia; Em AGO: (6) Aprovação das contas do Balanço. Os documentos relativos aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Extraordinária poderão ser consultados na sede da Companhia, ou mediante solicitação por e-mail para o endereço: guilherme.cooper@beetools.com.br. Os senhores acionistas poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária de forma remota e à distância por meio (a) do preenchimento e envio à Companhia do Boletim de Voto à Distância; ou (b) do acesso à plataforma Zoom, na data e hora acima mencionadas. O Boletim de Voto à Distância disponibilizado pela Companhia deverá ser preenchido e devolvido à Companhia mediante instrução, na hipótese de o acionista optar por exercer seu direito de voto por meio desse instrumento. O modelo de Boletim de Voto à Distância poderá ser solicitado por e-mail à Companhia, no endereço guilherme.cooper@beetools.com.br. No caso de participação por procurador, ou de acionista pessoa jurídica, deverá ser apresentada documentação que evidencie os poderes do representante do acionista para participar da Assembleia Geral e votar em nome do acionista, atendidas as demais disposições legais e estatutárias aplicáveis. Os senhores acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral por meio da plataforma Zoom deverão enviar para a Companhia, por e-mail para o endereço guilherme.cooper@beetools.com.br, no entregar na sua sede, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a documentação contendo da prova de identificação do acionista, bem como documentação que comprove seus poderes para participar da Assembleia Geral da Companhia (no caso de pessoa jurídica), ou instrumento de mandato daqueles acionistas que desejarem se fazer representar por procurador. Os senhores acionistas ficam cientes ainda que a Assembleia Geral Extraordinária será gravada em áudio e vídeo, devendo a gravação ser mantida arquivada na sede da Companhia por, no mínimo, dois anos. A fim de auxiliar os Acionistas presentes, a Companhia fornecerá suporte técnico por telefone (41) 3344 - 3333. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato, por e-mail para o endereço guilherme.cooper@beetools.com.br.

Curitiba, 18 de abril de 2022.

RAWLINSON PETER TERRABUIO

Diretor Presidente

MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

CNPJ 10.652.730/0001-20

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante	**276.681**	**211.241**
Caixa e equivalentes de caixa	27.832	44.650
Contas a receber de clientes	132.070	88.914
Estoques	38.673	24.459
Impostos a recuperar	41.393	25.525
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.696	19.508
Outros contas a receber	22.017	8.185
Não circulante	**95.550**	**92.337**
Contas a receber de clientes	26.828	25.777
Depósitos judiciais	5.631	4.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.878	30.000
Impostos a recuperar	34	46
Ativo de direito de uso	3.668	-
Imobilizado	33.511	31.953
Total do ativo	**372.231**	**303.578**

Passivo	2021	2020
Circulante	**78.347**	**60.425**
Fornecedores e outras contas a pagar	23.136	20.597
Fornecedores e contribuição social a pagar	11.612	-
Impostos e contribuições a pagar	4.209	3.913
Obrigações trabalhistas a pagar	10.794	8.504
Receita diferida	22.848	19.846
Provisões	4.124	7.585
Passivo de arrendamento	1.624	-
Não circulante	**224.810**	**209.487**
Fornecedores e outras contas a pagar	215.105	201.723
Provisões	7.661	7.764
Passivo de arrendamento	2.044	-
Patrimônio líquido	**69.074**	**33.666**
Capital social	95.708	95.708
Prejuízos acumulados	(26.634)	(62.042)
Total do passivo e patrimônio líquido	**372.231**	**303.578**

Demonstrações do resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	279.648	243.700
Custos dos produtos vendidos	(126.932)	(103.399)
Custos dos serviços prestados	(70.284)	(78.590)
Lucro bruto	82.432	61.711
Despesa de vendas	(25.569)	(27.034)
Despesas administrativas e gerais	(14.548)	(15.325)
Perdas por redução ao valor recuperável	(5.093)	(1.036)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	15.902	(10.232)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas e impostos	53.124	7.984
Despesas financeiras	(6.152)	(58.327)
Receitas financeiras	13.952	19.125
Receita (despesas) financeiras, líquidas	7.800	(39.202)
Resultado antes dos impostos	60.924	(31.218)
Imposto de renda e contribuição social	(24.483)	26.366
Resultado do exercício	**36.441**	**(4.852)**

Demonstrações do resultados abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Resultado do exercício	36.441	(4.852)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	36.441	(4.852)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**95.708**	**(80.065)**	**15.643**
Resultado do exercício	-	25.090	**25.090**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**95.708**	**(54.975)**	**40.733**
Ajustes no resultado de exercícios anteriores	-	(7.215)	**(7.215)**
Resultado do exercício	-	(4.852)	**(4.852)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**95.708**	**(62.042)**	**33.666**
Ajustes no resultado de exercícios anteriores	-	(1.033)	**(1.033)**
Resultado do exercício	-	36.441	**36.441**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**95.708**	**(26.634)**	**69.074**

Elton Borgonovo - Presidente

Ana Maria Fernandes **Luiz Fernando da Silva**

CRC SP271606/O-6 CRC 309063/O-3

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1014037-03.2017.8.26.0004** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Julio Cesar Silva de Mendonça Franco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LETICIA REGINA VIANNA, CPF 342.134.338-41, que Cetips Dtvm! Reconvne ajuizou ação monitória, para cobrança de R$ 33.023,00 (nov/17), referente aos cheques 850.011, 850.012, 850.008 e 850.010, ag. 4273, cc 19.090-X, Banco do Brasil. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a sua CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, com encargo de custas, ou no mesmo prazo oferega embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeado-se curador especial para a ré revel. Será o edital publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2022. **(R.29)**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1029620-75.2018.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MAYARA CARDOSO NUNES, Brasileira, Casada, Assistente Administrativa, RG 40.161.674-0, CPF 417.128.678-90, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança, referente ao imóvel sito à Rua Dom Bento Pickel, 684, Casa 03, Vila Penteado, São Paulo/SP, por parte de José Dias, alegando em síntese: inadimplência dos aluguéres. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os efeitos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2022. **(R.29)**

NOROMIX CONCRETO S.A.

CNPJ/MF 10.558.895/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM REAIS)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**94.640.866**	**68.399.819**	**104.276.122**	**75.553.366**
Disponível	4	1.861.950	8.079.682	2.051.691	12.749.676
Contas a Receber	5	70.821.098	31.368.952	72.247.595	32.103.535
Aplicações Financeiras Adiantamentos				85.344	
Impostos a Recuperar	6	5.370.255	5.842.169	5.796.527	6.029.472
Estoques	7	7.550.708	2.878.818	9.127.109	4.437.647
Demais Créditos		90.000	2.042.543	6.021.000	2.042.543
Outros Créditos		560.122	6.978	560.122	6.978
Depósito Caução		13.204	13.204	13.204	13.204
Depósitos Judiciais		286.529	261.864	286.796	261.864
Não Circulante		**110.537.524**	**65.555.579**	**105.433.060**	**61.241.550**
Empréstimos a Terceiros		-	2.402	-	2.402
Impostos a recuperar			-	572	5.439
Demais Créditos		1.598.441	1.594.134	1.598.441	2.287.179
Investimentos	9	41.855.710	37.666.087	33.529.244	32.653.574
Imobilizado líquido	10	29.821.220	26.292.956	33.007.708	26.292.956
Intangível		37.262.154	-	37.297.095	-
Total do ativo		**205.178.390**	**133.955.398**	**209.709.181**	**136.794.916**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**38.926.474**	**23.759.991**	**42.245.121**	**25.433.199**
Adiantamentos de Clientes			264.939	111.300	1.142.800
Fornecedores Nacionais	11	20.448.557	4.509.213	23.024.258	4.853.629
Obrigações Sociais a Recolher		60.200	57.170	12.436	
Provisões Trabalhistas	13	154.455	172.790	154.455	172.790
Obrigações Fiscais a Recolher	12	7.429.160	11.486.164	7.716.395	11.647.272
Outras Contas a Pagar		38.387	316.206	355.827	593.593
Consórcios a Pagar	14	749.836	1.028.017	749.836	1.028.017
Empréstimos e Financiamentos		10.045.879	4.385.690	10.045.879	4.385.690
Demais Débitos			1.000.902	-	1.000.902
Não Circulante		**24.747.391**	**20.040.189**	**25.661.601**	**21.070.961**
Empréstimos e Financiamentos		8.641.288	11.006.802	8.641.288	12.013.216
Obrigações Fiscais a Recolher	12	15.937.517	8.838.388	15.937.517	8.838.388
Provisões para Contingências	15	168.585	195.000	168.585	195.000
Demais Débitos				914.210	24.357
Patrimônio líquido		**141.504.525**	**90.155.218**	**141.504.525**	**90.155.218**
Capital Social	16	24.888.902	24.888.902	24.888.902	24.888.902
Adiantamento futuro aumento de Capital	16	24.889.706	19.338.578	24.889.706	19.338.578
Lucros / Prejuízos Acumulados		37.258.870	29.606.244	37.258.870	29.606.244
Lucros / Prejuízos do Exercício		7.984.308	7.100.909	7.984.308	7.100.909
Ajuste de Avaliação Patrimonial		46.482.739	9.220.585	46.482.739	9.220.585
Participação dos não controladores		-	-	297.935	135.538
Total do passivo e Patrimônio líquido		**205.178.390**	**133.955.398**	**209.709.181**	**136.794.916**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Lucro/ prejuízo acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**31.767.833**	**8.195.242**	**7.653.677**	**56.837.337**
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.459.645	-	-	12.459.645
Transferência para Lucro/Prejuízo Acumulado	-	7.577.469	(7.653.677)	(76.208)
Transferência para reservas	-	29.710.395	-	29.710.395
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(15.876.862)	-	(15.876.862)
Resultado do Exercício	-	-	7.100.909	7.100.909
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**44.227.480**	**29.606.243**	**9.220.585**	**90.155.218**
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.551.128	-	-	5.551.128
Transferência para Lucro/Prejuízo Acumulado	-	7.100.909	(7.100.909)	-
Transferência para reservas	-	290.186	-	290.186
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-	37.262.154	37.262.154
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	261.532	-	261.532
Resultado do Exercício	-	7.984.308	-	7.984.308
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**49.778.608**	**36.997.338**	**8.245.840**	**46.482.739**	**141.504.525**

Demonstrações do Resultado

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita Operacional líquida	164.706.496	223.344.324	175.757.111	234.429.921
Custos dos produtos vendidos	(106.381.127)	(174.015.773)	(110.069.281)	(174.788.974)
Lucro bruto	**58.325.353**	**49.328.811**	**65.687.831**	**59.639.966**
Despesas Operacionais	(56.352.335)	(47.942.598)	(56.551.984)	(50.967.331)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.727.113	6.891.217	724.594	(10.157)
Resultado Operacional	**9.700.131**	**8.277.431**	**9.860.440**	**8.693.477**
Receitas Financeiras	4.574.517	880.594	5.113.176	1.008.441
Despesas Financeiras	(7.735.644)	(3.269.805)	(7.746.889)	(3.273.428)
Lucro Operacional	**6.539.003**	**5.888.219**	**7.226.925**	**6.428.491**
Acumulados	1.495.913	2.008.218	1.495.917	2.008.218
Despesas não Operacionais		(750.972)		(750.972)
Lucro bruto	**1.495.913**	**1.257.306**	**1.495.917**	**1.257.306**
CS	(18.978)	(16.731)	(206.035)	(160.457)
	(31.631)	(27.885)	(400.048)	(287.504)
Participação do não controladores			(132.451)	(160.457)
Lucro Líquido do Exercício	**7.984.308**	**7.100.909**	**7.984.308**	**7.100.909**

6. Impostos a recuperar Os impostos a recuperar estão representados como segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
ICMS a Recuperar	2.500.529	3.593.494	2.500.529	3.593.494
INSS a Recuperar	181.136	165.077	606.950	351.924
IRPJ a Recuperar	30.004	30.004	30.004	30.004
IRRF a Recuperar	94.867	87.698	94.870	87.698
ISSQN a Recuperar	31.214	27.308	33.393	31.233
COFINS a Recuperar	2.029.439	1.544.350	2.029.439	1.544.350
PIS a Recuperar	442.341	356.042	442.796	356.438
CSLL / COFINS / PIS a Recuperar	371	371	371	371
Impostos Federais a Recuperar	57.786	57.786	57.786	57.786
	5.370.255	**5.842.169**	**5.796.527**	**6.029.472**

A Noromix efetuou estudos para a realização desses créditos e possui expectativa de realização dos mesmos ao longo do próximo ano, por isso nenhuma provisão para perda foi constituída. Com base nesses estudos, a Companhia não registrou em 5.370.255. **7. Adiantamentos** Os demais ativos referem-se a adiantamentos, como demonstrado abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantam. Funcionários	5.000	5.000	5.000	5.000
Adiantamento a Fornecedores	8.069.199	17.883.109	8.069.199	17.883.549
Adiantamento de Férias	12.536	17.500	12.536	17.500
	8.086.735	**17.905.609**	**8.086.735**	**17.908.447**

8. Estoques Os estoques de mercadorias foram avaliados pelo método conhecido como custo médio. A provisão para perdas será constituída, quando aplicável, com base em análise sobre itens obsoletos e/ou com baixa rotatividade.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Estoque De Materia Prima	1.966.077	792.030	2.451.261	1.213.763
Estoque Oleo Diesel	100.125	160.175	100.125	160.175
Estoque Peça Britada	1.946.793	115.274	1.946.793	162.154
Estoque Areia Media	40.342	128.287	40.342	128.287
Estoque Areia Fina	26.982	27.177	26.982	27.177
Estoque Produtos Acabados Pre-Moldados	3.471.388	1.655.874	3.471.388	1.655.874
Estoque de Imóveis p/ venda	-	-	1.090.218	1.090.218
	7.550.708	**2.878.818**	**9.127.109**	**4.437.647**

9. Investimentos Os Investimos estão representados como segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Participações Societárias (I)	41.266.210	36.940.185	30.060.674	30.010.500
Investi. Diversos - Vinc/ Controlado	32.136	31.430	32.584	31.622
Imóveis para Locação	-	-	2.878.622	1.916.980
Investimentos Diversos - Consórcios (ii)	557.364	694.472	557.364	694.472
	41.855.710	**37.666.087**	**33.529.244**	**32.653.574**

	31/12/2021		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Computadores e Periféricos	276.893	73.459	39.007
Ferramentas e Acessórios	34.893	14.450	20.443
Instalações	1.069.399		1.069.399
Máquinas e Equipamentos	274.229	78.138	24.109
Marcas e Patentes	27.214.559	1.946.793	25.267.766
Móveis e Utensílios	990		990
Veículos	64.490	15.238	49.252
	13.406.528	11.718.108	1.688.420
	42.341.981	**13.423.218**	**28.118.763**

Imobilizado Para Fins de Valor Justo:

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imóveis	6.230.034	6.230.034	6.230.034	6.230.034
Máquinas e Equipamento	(718.298)	(722.798)	(718.298)	(722.798)
Veículos	3.708.849	3.708.849	3.708.849	3.708.849
	8.220.585	**9.220.585**	**9.220.585**	**9.220.585**

11. Fornecedores Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Os pagamentos são realizados conforme o acordo de vencimento entre 60 e 90 dias, os quais condizem com o saldo dos fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2021 de R$ 20.448.557 para a controladora e R$ 23.024.258 para o consolidado.

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores	20.448.557	4.509.213	23.024.258	4.853.629
	20.448.557	**4.509.213**	**23.024.258**	**4.853.629**

12. Obrigações fiscais a recolher Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da Folha de Pagamento e os incidentes sobre as atividades para o objeto da empresa, calculados de acordo com as bases legais tributarias vigentes, incluindo as retenções sobre serviços tomados, quando aplicável. Após o difícil cenário dos últimos exercícios, o ano de 2021 foi também marcado por grandes mudanças na tributação e parcelamentos concedidos principalmente pelo governo federal, que possibilitaram a regularização e o equilíbrio fiscal dos compromissos tributários da companhia.

• Curto Prazo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Cofins a Recolher	380.314	1.281.587	467.278	5.301.211
Pis A Recolher	82.401	1.144.346	101.243	1.148.705
CSLL a Recolher	19.959	16.731	59.551	35.716
Contribuição Sindical/Assistencial	8.093	6.282	8.159	6.282
Contribuição Confederativa	299	7.855	299	7.855
IOF / Cofins / Pis	53.491	19.521	53.933	33.707
Fgts A Recolher	11.370	11.987	11.370	11.987
INSS A Recolher	28.460	91.628	29.390	110.328
IRPJ s/ Lucro a Recolher	33.266	27.885	144.442	105.292
INSS Retido 3ºPF a Recolher	411.378	884.401	412.867	985.438
IRRF A Recolher	32.903	31.807	33.430	34.882
ISSQN a Recolher	177.379	150.874	189.185	154.922
Parc. Cofins	14.290	6.311	14.290	6.311
Parcelamentos Fazendários	4.080.036	1.575.666	4.080.036	1.575.666
Parc. Fazendario Refis Copa	138.153	68.860	138.153	68.860
Parcelamentos Previdenciários	817.382	254.526	817.382	254.526
Parc. Fazendario RFB	990.549	1.433.033	990.549	1.433.033
Parc. Previdenciario	149.437	372.868	149.437	372.868
	7.429.160	**11.486.164**	**7.716.395**	**11.647.272**

• Longo Prazo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Parcelamento Estaduais Pep	54.792	-	54.792	-
Parcelamento Fazendarios	9.634.468	1.454.571	9.634.468	1.454.571
Parcelamento Previdenciários	1.059.355	645.220	1.059.355	645.220
	10.748.615	**2.099.791**	**10.748.615**	**2.099.791**

13. Provisões trabalhistas O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre as mesmas, sendo objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisão 1/3 de Ferias	28.453	32.058	28.453	32.058
Provisão de Ferias	85.358	96.444	85.358	96.444
Provisão de FGTS s/ Ferias	9.985	10.259	9.985	10.259
Provisão de INSS s/ Ferias	30.658	34.029	30.658	34.029
	154.455	**172.790**	**154.455**	**172.790**

14. Empréstimos e financiamentos As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Cheques a Compensar	-	4.760	-	4.760
Banco Bradesco		980.211		980.211
Financiamentos Imobilizados	2.139.762	679.410	2.139.762	679.410
Empréstimos e Financiamento Bradesco	3.792.018	886.990	3.792.018	886.990
Financiamento Daycoval	1.498.896	1.362.878	1.498.896	1.362.878
Empréstimos e Financiamentos	2.615.203	471.441	2.615.203	471.441
	10.045.879	**4.385.690**	**10.045.879**	**4.385.690**

15. Contingências legais A NOROMIX CONCRETO S.A. está envolvida em diversos processos em andamento, cujos quantitativos são apresentados das áreas cível e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como judicial. Os processos estão amparados por pareceres jurídicos, e aguardando definições de suas demandas. As provisões são reconhecidas quando a empresa, em conjunto com seus assessores jurídicos, não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Foram realizadas as Provisões no valor de R$ 24.888.902 pertencentes a acionistas do país. A Companhia possui Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R$ 24.889.706. **17. Eventos Subsequentes**,Em 31 de dezembro de 2021 até a data da emissão de publicação do balanço 30 de março de 2022, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Diretoria Pablo Alexandre Ruvieri Toschi - Diretor - CPF: 224.078.028-29

Contadora Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC Nº 1SP238551/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da NOROMIX CONCRETO S.A. CNPJ: 10.558.895/0001-38 Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações contábeis das individuais e consolidadas da Companhia **Noromix Concreto S.A.**, definidas em cada como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva às demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia **Noromix Concreto S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** a) A Empresa (controladora) ainda não adotou em suas práticas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente em relação às práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09. b) Apesar da falta de controles internos sobre algumas contas contábeis, a Empresa (controladora), após intervenção, implantou um projeto de reestruturação administrativa e operacional, visando melhoria do seu sistema de Controles Internos e política de governança. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Contábeis** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível alto de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 – NIRE 35.300.502.329

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 8h30min, exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social, cujos documentos relacionados encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia. São Paulo, 21 de abril de 2022. **A Administração**. (21, 23 e 26/04/2022)

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Edital de Convocação da AGO

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, a realizar-se no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h00 e, em 2ª convocação, às 12h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jd. Arujá - Arujá/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Arujá, SP, 18/04/2022.Tsukasa Arakawa, Liquidante.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL I - SANTANA - 5ª VARA CÍVEL

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 594, 2º andar, sls 224 e 225, Casa Verde - Fone: (11) 3961-2525, São Paulo-SP - Email: santanacv@tjsp.jus.br **Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min as19h00min**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS

Processo Digital nº: **4001141-32.2013.8.26.0001**

Classe:Assunto **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**

Exequente: **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

Executado: **Antonio Vilela Placido**

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a ANTONIO VILELA PLACIDO, Brasileiro, Casado, Aposentado, CPF 276.089.218-20, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., objetivando o recebimento da quantia de R$ 97.771,71 (abril/2017), referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida nº 20080460301950550000059, com vencimento final em 04/11/2010. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado. Fica também intimado no prazo de 15 dias, para, querendo embargar a execução, poderendo, ainda no prazo dos embargos, reconhecer o débito e comprovar o depósito de 30% do valor em execução (acrescido de custas e honorários de advogados) e requear o parcelamento em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (art. 916 do CPC), sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silencio, caso ocorrer revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2022.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ 20.589.268/0001-18

Edital de Convocação para AGO

O Presidente da Sociedade, no uso de suas atribuições, convoca todos acionistas para AGO a realizar-se em vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte e dois na Avenida Augusto Antunes nº 816 - Limoeiro - Capital - SP, iniciando-se os trabalhos às 10h00 em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às 11h00 em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e financeiras findas em 31/12/2021. 2 - Assuntos de interesse dos acionistas e da empresa. SP, 20/04/2022.

Ubiratan Antonio da Cunha - Presidente da UPBUS Qualidade em Transportes S.A

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1036200-59.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Rossanez Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **RICARDO DOS SANTOS**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 29.766.536-4, CPF 072.407.035-41, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Educacional Bricor Ltda., objetivando a cobrança de R$ 6.824,29 (agosto/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (bento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2022. 20 e 21.04

Soebe Construção e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 43.677.822/0001-14

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**154.567.512**	**159.732.961**
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.916.318	31.871.375
Contas a receber de clientes	5 e 10	111.327.171	113.335.677
Estoques	6	31.163	46.906
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.427.950	1.932.192
Participação em consórcio	8	-	1.933.019
Outras contas a receber	9 e 10	9.864.310	10.613.592
Não Circulante	**Nota**	**77.141.914**	**77.240.219**
Realizável a longo prazo		**48.063.232**	**48.040.779**
Contas a receber de clientes	5	42.450.687	42.450.687
Partes relacionadas	10	5.999.198	5.999.198
Depósito judicial	11	213.347	190.894
Investimentos	12	**8.869.993**	**5.903.201**
Imobilizado	13	**19.422.453**	**22.328.727**
Intangível	14	**185.836**	**327.512**
Total do Ativo		**231.709.026**	**236.933.180**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**44.392.085**	**43.374.500**
Fornecedores	15 e 10	5.106.500	7.670.612
Empréstimos e financiamentos	16	11.529.596	9.222.429
Obrigações trabalhistas	17	737.187	2.513.239
Obrigações tributárias	18	17.412.898	16.485.722
Partes relacionadas	10	2.746.608	3.740.759
Participação em consórcio	19	4.303.611	3.316.733
Outras contas a pagar	20	2.553.685	425.006
Não Circulante	**Nota**	**40.535.154**	**52.242.960**
Empréstimos e financiamentos	16	20.808.779	32.058.120
Obrigações tributárias	18	22.211.573	20.184.845
Outras contas a pagar	20	514.802	-
Patrimônio Líquido	**Nota**	**143.781.787**	**141.315.715**
Capital social	22.a	10.500.000	10.500.000
Reservas de lucros	22.b	133.281.787	130.815.715
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**231.709.026**	**236.933.180**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R$)

1. Contexto Operacional: Presente no setor de Engenharia, a SOEBE Construção e Pavimentação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção, inclusive produtos asfálticos e betuminosos, engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamentos e construções em geral por empreitada, administração ou fiscalização sempre por conta de terceiros, serviços comuns de engenharia civil, limpeza e desobstrução de córregos e canais de todos os tipos em geral, pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando inclusive de carta convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares de economia mista, pública, autarquias ou governamentais, coleta de lixo e limpeza pública, transporte de materiais de qualquer natureza, locação e sublocação de máquinas e equipamentos de terraplanagem e de pavimentação e veículos automotores, transporte viário e rodoviário de cargas de propulgo própria ou de terceiros, recicladgem de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos, manutenção e montagens industriais, implantação de gasoduto, e demais dutos, levantamento topográfico, batimétrico, aerofotográfico, por imagem de satélite, atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, oleoduto, manutenção em geral; serviços de engenharia e assessoramento técnico especializado, a execução, por empreitada ou sub-empreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a participação em consórcios ou sociedade por conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações contábeis e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com os normativos de orientação contábil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração aprovou as presentes demonstrações contábeis para divulgação em 04 de Abril de 2022. **2.1** Estimativas: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2** Reclassificações nas Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior, apresentadas para fins de comparabilidade: Para uma melhor demonstração da posição patrimonial e financeira, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram reclassificadas de acordo com a nova classificação adotada em 2021, das seguintes rubricas: Passivo Circulante - Outras contas a pagar:

Saldo apresentado	R$ 3.741.739
Saldo reapresentado	R$ 425.006

O ajuste nesta rubrica de R$ 3.316.733 (R$ 3.741.739 - R$ 425.006) refere-se a participação em consórcios: Passivo Circulante - Participação em consórcio:

Saldo apresentado	R$ 0
Saldo reapresentado	R$ 3.316.733

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020. **a)** Normas novas, revisadas e interpretações emitidas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: Contrato oneroso - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) /IAS 37); Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018- 2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16); Referências a estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26(R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8), Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1e IFRS Practice Statement 2); e Definição de Estimativas Contábeis (alteração ao CPC 23/IAS 8). A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **b)** Classificação entre Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em períodos superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c)** Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d)** Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 23. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores podem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem aos montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromisso de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f)** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. Estão também ajustados os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. Com base na análise de cada conta a receber de clientes, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. **g)** Estoques: São compostos por materiais destinados à aplicação nas atividades operacionais e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização e não superam os valores de mercado, líquidos dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. **h)** Impostos e contribuições a recuperar: Referem-se a valores de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, os quais a Companhia já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos de mesma natureza, de acordo com o que prescreve a legislação legislação vigente. **i)** Partes relacionadas: São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são baseadas em preços, prazos e premissas, em termos acordados entre as partes. **j)** Participação em Consórcio: De acordo com CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação em consórcio é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, remanescendo saldos de movimentação de aportes e valores recebidos (conta-corrente). **k)** Outras contas a receber: O saldo desta rubrica está composto por valores relativos à adiantamentos a fornecedores referentes às despesas efetivas pagos a fornecedores, adiantamentos a empregados a título de férias. Despesas antecipadas provenientes de valores pagos antecipadamente referente prêmio de seguro, partes relacionadas, e demais créditos. **l)** Depósito Judicial: Estão representados por valores depositados por ordem judicial para fazer frente a questões que estão em tramitação da justiça. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas, e as mesmas seguem mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. **m)** Investimentos: Os investimentos em controladas nos quais a Companhia possua influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo de aquisição ou constituição e em seguida ajustado para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da investida são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorre perda de controle sobre uma controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício. **n)** Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 13. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, caso necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **o)** Intangível: Refere-se ao direito de uso de softwares, apresentado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada do bem intangível, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada do bem é revisada anualmente. A taxa de amortização do ativo está demonstrada na nota explicativa nº 14. Um bem do intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **p)** Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): O Pronunciamento Técnico CPC nº 01 (R1) requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da Companhia efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos. **q)** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **r)** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **s)** Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **t)** Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Sobre os valores de créditos e débitos temporários diferidos, não é realizada provisão para pagamento em regime de competência. **u)** Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além ou ausência de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Itens como a seguir refletem fatos que exigem maior grau de julgamento: A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **v)** Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação aos demais itens reconhecidos em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia conclui que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza. **w)** Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, aprovado em 22 de Novembro de 2010 pela Resolução do CFC nº 2016/NBCTG03(R3) e, revisada em 06 de Novembro de 2018 e 13 de Dezembro de 2019 pelas Resoluções do CFC nº 2018/REVISÃONBC01 e 2019/REVISÃONBC04. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** A composição dos fundos disponíveis da Companhia, em 31 de Dezembro, é a seguinte:

	31/Dez./2021	31/Dez./2020
Recursos em caixa e em bancos	13.755.766	31.833.151
Aplicações financeiras	16.161.152	38.224
Total	**29.916.918**	**31.871.375**

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remunerados às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores. **5. Contas a Receber de Clientes:** Em 31 de Dezembro a composição desta rubrica é como segue:

	31/Dez./2021	31/Dez./2020
Contas a receber	151.844.530	155.601.605
Retenções contratuais	114.959	114.959
Partes relacionadas	1.818.369	70.000
Total	**153.777.858**	**155.786.564**
Circulante	111.327.171	113.335.877
Não Circulante	42.450.687	42.450.687
Total	**153.777.858**	**155.786.564**

10. Partes Relacionadas:

	Ativo						Passivo			
	Circulante				Não Circulante		Circulante			
	Contas a receber de clientes		Outras contas a receber		Mútuo		Fornecedores		Mútuo	
Partes relacionadas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
MGM Locações Ltda.	54.500	70.000	-	2.741.525	-	-	2.918	-	-	-
FBS Construção Civil e Pavimentação S/A.	1.763.869	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMABE Empreendimentos e Participações - EIRELI	-	-	-	-	-	-	-	-	375.000	375.000
EPAH - Empresa Paulista de Asfalto Ltda.	-	-	261.370	-	-	-	-	-	-	314.129
Pessoas físicas ligadas	-	-	-	-	5.999.198	5.999.198	-	-	2.373.608	3.051.630
Total	**1.818.369**	**70.000**	**261.370**	**2.741.525**	**5.999.198**	**5.999.198**	**2.918**	**2.748.608**	**2.748.608**	**3.740.759**

11. Depósito Judicial: Os valores depositados judicialmente referem-se a processos judiciais em andamento, cujo acompanhamento é realizado por assessores jurídicos externos contratados. Em 31 de Dezembro de 2021 apresenta o saldo de R$ 213.347 (R$ 190.894, em 31 de Dezembro de 2020). **12. Investimentos:** A Companhia tem participação em Sociedade por Conta de Participação (SCP) conforme demonstrado a seguir:

Sociedade por Conta de Participação	Tipo de sócia	%	Saldos em 31/Dez./2020	Baixas	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/Dez./2021
Desassoreamento do Tietê - Lote III	Ostensiva	60	5.903.201	(1.853.820)	1.852.457	5.901.838
CPS Piscinões	Ostensiva	41	-	-	2.968.155	2.968.155
Total			**5.903.201**	**(1.853.820)**	**4.820.612**	**8.869.993**

13. Imobilizado: A composição do ativo imobilizado é como segue:

2020

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	%	Saldos em 31/Dez./2020
Veículos e equipamentos	36.040.074	(15.115.812)	20	20.924.262
Móveis e utensílios	139.813	(130.956)	10	8.857
Computadores e periféricos	226.324	(215.821)	20	10.503
Terrenos e edificações	1.959.286	(574.722)	10	1.384.564
Ferramentas	2.465	(1.919)	10	541
Total	**38.367.957**	**(16.039.230)**		**22.328.727**

2021

Imobilizado	Custo	Baixas Aquisições	Baixas Custo	Baixas Depreciação acumulada	Depreciação anual	%	Depreciação acumulada	Saldos em 31/Dez./2021
Veículos e equipamentos	36.040.074	183.657	(555.022)	151.209	(2.640.342)	20	(17.604.945)	18.063.764
Móveis e utensílios	139.813	15.000	(6.589)	2.912	(1.947)	10	(129.991)	18.233
Computadores e periféricos	226.324	20.727	(5.446)	627	(1.428)	20	(216.622)	24.983
Terrenos e edificações	1.959.286	1.384.564	9.688	-	(79.017)	10	(653.739)	1.315.235
Ferramentas	2.465	-	(1.548)	1.367	(122)	10	(674)	238
Total	**38.367.957**	**229.072**	**(568.605)**	**156.115**	**(2.722.856)**		**(18.605.971)**	**19.422.453**

Intangível	Custo	Amortização acumulada	%	Saldos em 31/Dez./2020
Licença de software	327.707	(255)	20	327.512
Total	**327.707**	**(255)**	**20**	**327.512**

Intangível	Custo	Baixas Amortização acumulada	Baixas Custo	Amortização anual	%	Amortização acumulada	Saldos em 31/Dez./2021
Licença de software	327.707	(141.676)	20	(141.571)		(141.931)	185.836
Total	**327.707**	**(141.676)**	**20**	**(141.571)**		**(141.931)**	**185.836**

15. Fornecedores: O saldo a pagar com fornecedores em 31 de Dezembro é apresentado a seguir:

	31/Dez./2021	31/Dez./2020
Fornecedores nacionais	5.106.500	7.667.694
Partes relacionadas	-	2.918
Total	**5.106.500**	**7.670.612**

16. Empréstimos e Financiamentos:

Instituição financeira	Encargos ao mês	Vencimento	31/Dez./2021	31/Dez./2020
Banco Bradesco S/A.	0,29 + CDI	27/Jan./2023	11.303.139	13.814.610
Banco do Brasil S/A.	0,30 + CDI	27/Jan./2023	9.701.522	11.611.661
Banco Safra S/A.	0,40 + CDI	06/Jun./2022	651.505	1.123.116
Banco Santander (Brasil) S/A.	0,17 + CDI	04/Jan./2023	6.001.368	7.453.968
Banco Daycoval S/A.	0,89 + CDI	28/Ago./2023	3.016.211	4.824.834
Banco Daycoval S/A.	0,95 + CDI	09/Out./2023	1.664.630	2.452.360
Total			**32.338.375**	**41.280.549**
Circulante			**11.529.596**	**9.222.429**
Não Circulante			20.808.779	32.058.120
Total			**32.338.375**	**41.280.549**

17. Obrigações Trabalhistas: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	31/Dez./2021	31/Dez./2020
Salários e ordenados	487	126.926
INSS (Instituto Nacional de Seguridade Nacional)	348.861	523.515
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	18.080	337.445
Provisão de férias e encargos	312.376	877.227
Demais débitos	57.383	648.126
Total	**737.187**	**2.513.239**

18. Obrigações Tributárias: Estão representadas por obrigações com o Fisco Federal e Municipal conforme demonstrado a seguir:

	31/Dez./2021	31/Dez./2020
ISS (Imposto sobre Serviços)	806.222	1.586.187
PIS (Programa de Integração Social)	858.027	547.370
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade social)	3.950.893	2.578.501
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	4.020.241	3.074.381
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	1.192.320	634.939
Parcelamentos	27.888.104	26.269.310
Demais obrigações	911.654	1.987.999
Total	**39.624.471**	**36.670.687**
Circulante	17.412.898	16.485.722
Não Circulante	22.211.573	20.184.845
Total	**39.624.471**	**36.670.567**

19. Participação em Consórcio: Em 31 de Dezembro, o saldo líquido das participações em consórcios lançados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia, estão assim representados:

Consórcio	31/Dez./2021	31/Dez./2020
Barueri Minim	29.005.031	1.320.416
TSM Santo André	(795.597)	-
DP Barros / FBS / Soebe	(117.819)	-
Hidrostudo	(7.084.990)	(7.014.850)
Terracom	11.254.098	12.899.340
TS Tietê	688.724	698.824
Jerivá	(1.173.790)	-
Cambuí	(32.650)	2.392

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R$)

	Nota	2021	2020
Receita Líquida	**23**	**71.327.064**	**211.546.098**
Custos das Vendas	**24**	**(56.120.609)**	**(175.876.835)**
Resultado Bruto		**15.206.455**	**35.670.263**
Receitas (Despesas) Operacionais	**Nota**	**(10.169.442)**	**(11.505.960)**
Despesas com vendas	24	(2.202.817)	(2.253.146)
Despesas gerais e administrativas	24	(2.147.668)	(1.992.101)
Despesas tributárias	24	(80.246)	(33.940)
Despesas com o pessoal	24	(5.847.311)	(7.136.473)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	108.600	(90.298)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**4.820.612**	**906.525**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**9.857.625**	**26.070.823**
Resultado Financeiro	**Nota**	**(4.502.205)**	**(4.999.139)**
Receitas financeiras	26	77.627	94.790
Despesas financeiras	27	(4.579.832)	(5.093.929)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		**5.355.420**	**21.071.684**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**Nota**	**-**	**(2.374.659)**
Corrente	28	-	(2.374.659)
Resultado Líquido do Exercício		**5.355.420**	**17.687.030**
- Por ação do capital social final		0,51004	1,68543

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R$)

	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	**5.355.420**	**17.687.030

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 31.907.982/0001-23

Relatório da Administração

São Paulo - SP, 16 de março de 2022. Aos acionistas da **Filadélfia Securitizadora S/A**. Senhores Acionistas, A Administração da **Filadélfia Securitizadora S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionadas aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa. Informamos ainda, que as políticas de controles internos e o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09. Atenciosamente, **Filadélfia Securitizadora S/A - João Baptista Peixoto Neto** - Diretor Presidente.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.431	1.107
Impostos a recuperar		35	-
Total do Ativo Circulante		**1.466**	**1.107**
Total do Ativo		**1.466**	**1.107**

Notas Explativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

1) Contexto Operacional: A AAJR Securitizadora De Créditos Imobiliários S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 26 de agosto de 2018, tendo sua sede alterada para Filadélfia Securitizadora S/A em 02 de junho de 2020, e tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendidas a compra, venda e prestação de serviços garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a substituí-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A companhia é tributada pelo lucro real e tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 8º andar, conjunto 82 B, bairro Vila Nova Conceição - CEP: 04.552-080. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo conselho de administração em 16 de março de 2022. **2) Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem preços dos ativos transacionados no seu liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regulamentações que uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4 Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilidade da economia, redistribuição de renda e alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/ COFINS:** Apesar que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança assemelhar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é exemplo a unificação dos impostos para 2022, recendo, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando para Companhia um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***"Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **Continuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o caso de dúvidas, não foram identificadas quaisquer incertezas que lhe ocasionem dúvida, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. **4) Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para perdas estimadas para não foram faturadas, assim como da análise das demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita:** i. Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. ii. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que renderam juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. iii. Receita de securitização: O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, adicionando determinado fator que somado ao valor da parte repassada aos investidores, seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. ii. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que renderam juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. iii. Receita de securitização: O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, adicionando determinado fator que somado ao valor da parte repassada aos investidores, gera o ganho de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado. **4.3 Reconhecimento de despesas:** As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização dentro do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **4.4 Impostos e contribuições:** i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - corrente: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. ii. Imposto sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. **Para as sociedades de crédito imobiliário.** • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%. **4.5 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** i. Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que representam pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. **4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.7 Avaliação de ativos financeiros "impairment" ou "impairment":** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e indicadores de possíveis perdas por redução de valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados. **4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios:** Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada com as perdas e as riscos específicos em relação à operação, como os setores, a carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71. **4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.10 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguintes, investimentos, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.11 Tributos a compensar:** Uma vez identificados valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a correspondente atualização, de acordo com a legislação de regência. Previamente à contabilização e compensação na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco. **4.12 Informações por segmento:** O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional. **4.13 Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **4.14 Evento Subsequente:** A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que possam influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi identificado. Assim nenhum ajuste ou nota foi necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes. **5) Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Nota	31/12/2021	31/12/2020
Demonstração do Resultado do Exercício (Valores expressos em reais)		
Receita operacional líquida	-	-
Lucro bruto	-	-
(Despesas) / Receitas operacionais		
Despesas Gerais e administrativas	(88.151)	(55.497)
Total das despesas operacionais	**(88.151)**	**(55.497)**
Lucro antes do Resultado Financeiro 10	**(88.151)**	**(55.497)**
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(1.764)	(986)
Resultado financeiro líquido 11	**(1.764)**	**(986)**
Resultado antes das provisões	**(89.915)**	**(56.483)**
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	**(89.915)**	**(56.483)**
Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício		
(Valores expressos em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do Período	**(89.915)**	**(25.024)**
Resultado abrangente do período	**(89.915)**	**(25.024)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício (Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integr.	AFAC	Resultados Período	Total
Saldo em 31/12/2019	**10.000**	**-**	**23.650**	**(25.024)**	**8.626**
Ad. Futuro Aum. Capital		-	48.964	-	48.964
Integraliz. capital social	43.650		(43.650)		
Resultado do exercício		-	-	(56.483)	(56.483)
Saldo em 31/12/2020	**53.650**	**-**	**28.964**	**(81.507)**	**1.107**
Ad. Futuro Aum. Capital		-	62.477	-	62.477
Resultado do exercício		-	-	(89.915)	(89.915)
Saldo em 31/12/2021	**53.650**	**-**	**91.441**	**(171.422)**	**(26.331)**

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício (Valores expressos em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(89.915)	(56.483)
Ajustado por:		
	(89.915)	**(56.483)**
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
- Impostos a recuperar	(35)	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
- Fornecedores	3.091	-
- Obrigações tributárias (exceto IRPJe CSLL)	6.684	-
- Outras obrigações	18.022	-
Caixa proveniente/(usado) nas operações	**(62.153)**	**(56.483)**
Caixa líquido usado nas ativ. operacionais	**(62.153)**	**(56.483)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
- Adiantamento para Aumento de Capital Social	62.477	48.964
Caixa líquido prov. das ativ. financiamento	**62.477**	**48.964**
Aum.(Dimin.)Líquido de caixa e equiv. caixa	**324**	**(7.519)**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	1.107	8.626
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	1.431	1.107

Demonstração do Valor Adicionado das Exercícios

(Valores expressos em reais)	31/12/2021	31/12/2020
I - Receita	-	-
I.2 - Receita com prestação de serviços	-	-
I.2 - Receita não operacional	-	-
II - Insumos Adquiridos de Terceiros	**88.151**	**55.497**
III - Valor Adicionado Bruto	**(88.151)**	**(55.497)**
IV - Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
V - Valor Adicionado Líquido	**(88.151)**	**(55.497)**
VI - Valor Adicionado Recebido em Transf.	-	-
VII - Valor Adicionado Total a Distribuir	**(88.151)**	**(55.497)**
VIII - Distribuição do Valor Adicionado	**(88.151)**	**(55.497)**
Remuneração de capitais de terceiros	1.764	986
Remuneração de capitais próprios	(89.915)	(56.483)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil - Conta Impessoal	1.000	1.000
Itaú Unibanco	291	-
Bradesco	1	1
Aplicações financeiras	139	106
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.431**	**1.107**

6) Obrigações com fornecedores: O saldo de "Fornecedores" está assim disposto: **Descrição**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	3.091	-
Total de Fornecedores	**3.091**	**-**

7) Obrigações tributárias: A conta de "Obrigações tributárias" está composta da seguinte maneira: **Descrição**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a recolher	97	-
CRF a recolher	302	-
Outros impostos a pagar	6.285	-
Total de Obrigações tributárias	**6.684**	**-**

8) Outras obrigações: O saldo da conta "Outras obrigações" é composto por operações entre partes relacionadas, e está assim disposto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas	18.022	-
Total de Outras obrigações	**18.022**	**-**

9) Patrimônio Líquido - Passivo a descoberto: *Capital Social* - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 53.650,00 (cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta reais), representado por 53.650 (cinquenta e três mil e seiscentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. *AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital)* - A companhia possui o valor de R$ 91.441,02 (noventa e um mil e quatrocentos e quarenta e um reais e dois centavos) em adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que esse valor será convertido em entrada permanente de capital, mediante a disposição da assembleia geral. *Prejuízos Acumulados* - A companhia possui um saldo de R$ 81.506,78 (oitenta e um mil e quinhentos e seis reais e setenta e oito centavos) de prejuízos acumulados. **Prejuízo do Exercício** - O prejuízo findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R$ 89.915,30 (oitenta e nove mil e novecentos e quinze reais e trinta centavos) que serão restituídos aos acionistas, conforme a proporção das suas quotas.

10) Resultado Operacional Líquido: O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas as despesas operacionais, composto por:

Lucro antes do Resultado Financeiro	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais		
Despesas Operacionais	**(88.151)**	**(55.497)**
Despesas Gerais e Administrativas	(88.151)	(55.497)
Total das despesas operacionais	**(88.151)**	**(55.497)**

11) Resultado financeiro: O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas as despesas financeiras, que estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado financeiro líquido	**(1.764)**	**(986)**
Receitas financeiras		
Despesas Bancárias	(1.764)	(986)
Resultado financeiro líquido	**(1.764)**	**(986)**

Valores de mercado e valores justos de instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes e aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

João Baptista Peixoto Neto
Diretor Presidente

João Paulo Guedes do Nascimento Santos
Contador - CRC SP 320840/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Filadélfia Securitizadora S/A**. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Filadélfia Securitizadora S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Filadélfia Securitizadora S/A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis comprovadamente independentes tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Blumenau-SC, 17 de março de 2022. **Audifactor Auditores Independentes S/S** - CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP. **Sideni Moratelli** - Sócio Responsável - Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP. **Juliano dos Santos Machado** - Sócio - Contador - CRC/PR 051.229/O-8 "S" SP.

CIP S.A.

CNPJ/ME nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1

Edital de Convocação - 2ª Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada às 09 Horas do Dia 05 de Maio de 2022

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**") e da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril 2020 ("**IN DREI 79**"), os acionistas da CIP S.A., com sede na Avenida do Café, 277, 8º andar, Torre A, Conj. 801 e Torre B, Conj. 802, Vila Nova Conceição, CEP 04311-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.393.564/0001-07 ("**CIP**" ou "**Companhia**"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2022, às 09h00 (nove horas), exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, e por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("**Plataforma Digital**"), a qual terá como ordem do dia: a deliberação acerca da eleição do Sr. Luiz Felipe Figueiredo de Andrade, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração e do Sr. Rafael Dias Silva, como respectivo suplente. Orientações gerais: O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: **governancacorporativa@cip-bancos.org.br**, preferencialmente, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("**Solicitação de Acesso**"). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço de e-mail do acionista ou procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador, ou conforme o caso, procuração) ("**Documentos Necessários**"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação e homologação dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o *link* (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@cip-bancos.org.br** ou telefone (11) 4502-2712 para que seja prestado o suporte necessário. O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários acima indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A participação por meio da Plataforma Digital conjugará áudio e imagem, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob o controle da Companhia. Orientações para o envio de Boletim de Voto a Distância: Nos termos da IN DREI 79, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto a distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto a distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão no endereço eletrônico: https://www.cip-bancos.org.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf, deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto a distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deve enviar cópia digitalizada do boletim de voto a distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@cip-bancos.org.br**; ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância em conjunto com os Documentos Necessários (acima especificados) para o endereço: ***CIP S.A. - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1,485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/C: Jurídico/Governança Corporativa***. Vale ressaltar que o boletim de voto a distância somente será recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Companhia **até o dia 02 de maio de 2022**, tendo a Companhia, em até 2 (dois) dias do recebimento de cada boletim de voto a distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o bolet

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: Em matéria Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores. Em matéria Extraordinária: (i) Criação de uma reserva estatutária, para destinação de parte do lucro líquido de cada exercício, para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, com a consequente alteração do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, até o limite de 100% do capital social. São Paulo (SP), 19 de abril de 2022.

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ/NE nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2022 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da **CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO**, sociedade por ações, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 7º andar, Vila Olimpia, CEP 04552-040, registrada no Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) 35.300.534.590 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 23.361.030/0001-29 ("Companhia"), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 02 de maio de 2022, às 11h ("Assembleia"), na sede social da Companhia, a fim de apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) recebimento da renúncia de um membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a eleição de 1 (um) conselheiro independente para o Conselho de Administração da Companhia composto por 5 (cinco) membros, para um mandato unificado de 02 (dois) anos, até a posse dos membros do Conselho de Administração que deverão ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) rematificação da ata da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 06 de janeiro de 2022, em razão de não ter constado no documento lavrado e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo o Anexo I a ata, representado pelo estatuto social consolidado aprovado no item 7.(ii) das "Deliberações" de tal assembleia geral extraordinária; (iv) autorização para que a administração da Companhia adote todas as providências e medidas necessárias à implementação das matérias que sejam aprovadas em Assembleia. **Instruções e Informações Gerais**: 1. Nos termos da legislação aplicável, todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. 2. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na Assembleia munido do documento hábil a comprovar sua identidade. 3. O acionista que deseja ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Procuração em língua estrangeira deverá estar acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notarizados e consularizados. 4. Solicita-se que, sendo possível, o instrumento de mandato, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista para representação na Assembleia, seja depositado na sede social da Companhia ou enviado para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização da Assembleia. 5. (i) os acionistas enviem confirmação de presença para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br. 5. Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CITAÇÃO+PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1055030-96.2020.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Felipe Poyares Miranda,na forma da Lei,faz SABER a(o) ANLIVEIRA MARCHINI MARQUES Advogado RG 8.897.225,CPF 074.762.528-02,Nascido/Nascida 21/02/1984,com endereço A ALAMEDAMAS SIBIRPUNAS,811,CHMONIX,CEP 13057-610,Itatiba-SP,que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Alternativo Multisetorial - Legado do Cerrado,sendo-lhe,referente ao Instrumento Particular de Cessão de Créditos, Sem Coobrigação, Direitos, Obrigações e Outras Avenças para cobrança de R$ 7.922,267,54 (junho/2020). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, fê-lo determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extracto, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2022. [22,28]

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0050652-80.2021.8.26.0100 A MM. Juiza de Direito da 35ª Vara Cível Foro da Capital, Estado de São Paulo, Dra. Cristina Aparecida Faceira Medina Mogioni, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a executada **IGREJA DA FAMÍLIA CRISTÃ** entidade inscrita no CNPJ sob o nº 04.620.920/0001-05, que nos autos da ação de Cumprimento de Sentença, proposta por **Nutre Industrias Alimentícias Ltda**, lo determinada, nos termos do art. 513, §2º, IV do CPC, sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, pague a quantia de R$ 544.445,34 (valor em 30/11/21), sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e parágrafos, do CPC). Ficando ADVERTIDO, independentemente de nova intimação, que terá 15 dias úteis a fluir após os 20 dias supra, para querer oferecer sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 28 de janeiro de 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0013541-62.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Atrani Comércio de Mármores e Granitos Ltda. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0013541-62.2021. Classe: Cumprimento de Sentença. Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Atrani Comércio de Mármores e Granitos Ltda (CNPJ. 27.422.939/0001-09), que nos autos da ação de Procedimento Comum, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 3.252,15. Estando a requerida em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 28/01/2022. 20 e 21 / 04 / 2022

ORBE S/A Organização Brasileira de Engenharia

CNPJ 60.835.000/0001-03

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2021 e 2020 (valores expressos em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021 E 31/12/2020

ATIVO	2021	2020
Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	98.846,35	280.355,47
Imóveis em Estoque	17.645.686,48	17.049.335,07
Clientes a receber societário	382.895,01	299.999,72
Imoveis em Construção	2.384.723,36	-
Impostos a recuperar	-	3.691,85
Total do Circulante	**20.512.151,20**	**17.633.382,11**
Não Circulante		
Imobilizado Líquido	187.000,01	221.678,16
Intangível	2.884,37	3.991,59
Total do Não Circulante	**189.884,38**	**225.669,75**
TOTAL DO ATIVO	**20.702.035,58**	**17.859.051,86**

PASSIVO	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	33.176,00	17.366,35
Obrigações Trabalhistas	52.436,58	44.801,74
Impostos e Contribuições	51.668,55	34.872,23
Provisão para férias	76.563,91	72.312,95
Dividendos a pagar	3.620.630,92	3.620.630,92
Impostos Diferidos	22.704,93	17.789,84
Total do Circulante	**3.857.180,89**	**3.807.774,03**
Não Circulante		
Adiant. p/ futuro Aum. de Capital	6.270.000,00	2.625.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital Social Realizado	3.790.080,00	3.790.080,00
Reservas de Capital	646.164,49	646.164,49
Reserva Legal	1.077.941,06	1.077.941,06
Lucros Retidos p/Investimentos	4.509.417,17	5.219.626,72
Ajuste de Avaliação Patrimonial	551.251,97	692.465,56
Total do Patrimônio Líquido	**10.574.854,69**	**11.426.277,83**
TOTAL DO PASSIVO	**20.702.035,58**	**17.859.051,86**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2020

RECEITAS OPERACIONAIS	2021	2020
Vendas de Imóveis	2.619.855,27	1.620.339,17
Vendas de Imóveis Societário	382.895,29	-
Locação de Imóveis	62.018,80	-
Deduções s/ Vendas	-	(34.359,61)
Deduções s/ Receitas	(111.864,08)	(57.888,25)
Receita Operacional Bruta	2.952.905,28	1.528.091,31
Custo dos Imóveis Vendidos	(2.086.978,03)	(1.344.267,64)
Receita Operacional Liquida	**865.927,25**	**183.823,67**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas c/Imóveis	(338.452,33)	(374.818,53)
Despesas c/Venda de Imóveis	(21.815,14)	(72.143,00)
Despesas Administrativas	(1.088.074,75)	(982.784,99)
Depreciação e Amortização	(42.117,86)	(33.723,61)
Despesas Tributárias	(2.014,07)	(49.335,85)
Receitas Financeiras	3.817,27	19.571,45
Despesas Financeiras	(7.552,51)	(14.181,57)
Result.Liq.Operacional	**(630.282,14)**	**(1.323.592,43)**
Resultado antes dos Impostos	**(630.282,14)**	**(1.323.592,43)**
IRPJ	(40.782,41)	(10.572,66)
IRPJ Diferido	(4.594,74)	(19.031,75)
Contribuição Social	(30.414,99)	(11.746,87)
Contribuição Social Diferido	(4.135,27)	(17.128,58)
Resultado Líq. do Exercício	**(710.209,55)**	**(1.372.072,29)**
Lucro/Prejuízo p/ação	**(44,97)**	**(86,88)**

Diretoria

Lilian Atui Sampaio Gouvêa — **Daniel Calderon**

Diretora Presidente — CT 1SP229104/O-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Histórico	Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros Retidos p/Investimentos	Avaliação Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimonio Liquido
Saldo 31/12/2019	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**6.591.699,00**		**805.008,55**	**12.910.893,10**
Resultado do Exercicio	-			(1.372.072,28)		-	(1.372.072,28)
Lucros Retidos p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(112.542,99)	(112.542,99)
Saldo 31/12/2020	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**5.219.626,72**		**692.465,56**	**11.426.277,83**
Resultado do Exercicio	-	-	-	(710.209,55)		-	(710.209,55)
Lucros Retidos p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(141.213,59)	(141.213,59)
Saldo 31/12/2021	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**4.509.417,17**		**551.251,97**	**10.574.854,69**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2021

1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações financeiras estão elaborados em conformidade com a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, inclusive as Leis 11.638/07 e 11.941/09. 2 - O capital social é de R$ 3.790.080,00 (três milhões, setecentos e noventa mil e oitenta reais), dividido em 15.792.000 (quinze mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 3- O prejuízo por ação no exercício de 2021 foi de R$ 44,97. 4 - A Diretoria resolveu não apropriar os valores de Perdas ou Riscos de Créditos por considerá-los irrelevantes. 5 - Reconhecimento de Receitas e Custos: O reconhecimento das receitas e custos segue percentual de venda das unidades sobre o percentual dos custos incorridos de cada empreendimento, independente do efetivo recebimento das parcelas mensais.

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ nº 05.487.295/0001-55 - NIRE: 35300371955

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306 - Jd. Cidade Aracilia, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 09:30 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Dolceo de Araújo - Diretor Presidente. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de ter deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pessoas jurídicas, fundos de investimentos, administradores, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

Golin Participações S/A

CNPJ nº 05.487.286/0001-08 - NIRE: 35300315104

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Dolceo Golin - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pessoas jurídicas, fundos de investimentos, administradores, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (online), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

Mississipi Securitizadora S/A

CNPJ: 37.592.100/0001-64

Relatório da Administração

São Paulo - SP, 14 de março de 2022. Aos acionistas da **Mississipi Securitizadora S/A**. Senhores Acionistas, A Administração da **Mississipi Securitizadora S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2003. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia não prestou serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09. Atenciosamente, **Mississipi Securitizadora S/A - João Baptista Peixoto Neto** - Diretor Presidente.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	187	27
Impostos a recuperar		34	-
Total do Ativo Circulante		**221**	**27**
Total do Ativo		**221**	**27**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	6	2.120	-
Obrigações tributárias	7	6.004	-
Total do Passivo Circulante		**8.124**	**-**
Outras obrigações	8	18.022	-
Total do Passivo Não Circulante		**18.022**	**-**
Patrimônio líquido	9		
Capital social		10.000	10.000
(-) Capital social a integralizar		-	(8.860)
AFAC		20.059	-
Lucros/(prejuízos) acumulados		(1.113)	-
Resultados do Período		(54.871)	(1.113)
Total do patrimônio líquido		**(25.925)**	**27**
Total do Passivo		**221**	**27**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

1) Contexto Operacional: A Mississipi Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 13 de abril de 2020, tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de selação, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise dos créditos, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A companhia é tributada pelo lucro real e tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 8º andar, conjunto 82 B, bairro Vila Nova Conceição - CEP: 04.552-080. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo conselho de administração em 14 de março de 2022. **2) Riscos: 2.1 Riscos de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou seja líquidez. Este risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários mecanismos de tragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudanças na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4 Risco fiscal** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/ COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, recaindo, entretanto, o mesmo com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributadas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também um em encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionário e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao *"Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"* e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **Continuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. **4) Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com e apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o montante a ser registrado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisões contábeis que ainda não foram faturadas, as demais como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita:** i. Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, de acordo quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. ii. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. iii. Receita de securitização: O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando-lhe uma remuneração bem inferior parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado. **4.3 Reconhecimento de despesas:** As despesas foram reconhecidas no período a medida que são realizadas através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **4.4 Impostos e contribuições:** i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, e as exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. ii. Imposto sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Segundo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) sobre o faturamento dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. **4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios com valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, o valor contábil líquido acaba o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras, não identificou qualquer evidência de deterioração. **4.8 Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras** aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Blumenau-SC, 15 de Março de 2022. **Auditafor Auditores Independentes S/S** - CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP. **Sideni Moratelli** - Sócio Responsável - Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP. **Juliano dos Santos Machado** - Sócio - Contador - CRC/PR 051.229/O-8 "S" SP.

Demonstração do Resultado do Exercício (Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		-	-
Lucro bruto		-	-
(Despesas) / Receitas operacionais			
Despesas Gerais e administrativas		(53.357)	(1.113)
Total das despesas operacionais		**(53.357)**	**(1.113)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	**10**	**(53.357)**	**(1.113)**
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(1.514)	-
Resultado financeiro líquido	**11**	**(1.514)**	**8.860**
Resultado antes das provisões		**(54.871)**	**(1.113)**
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		**(54.871)**	**(1.113)**

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

(Valores expressos em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do Período	(54.871)	(1.113)
Resultado abrangente do período	**(54.871)**	**(1.113)**

**

Rodobens RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS SP S.A. CNPJ 60.812.088/0001-78

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. sas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31.12.2021 e 31.12.2020, acompanhadas das notas explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. sas. para quaisquer esclarecimentos. São Paulo-SP, 21 de abril de 2022. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial - em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**107.715**	**102.231**
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.864	12.259
Títulos e valores mobiliários	5	282	27.354
Contas a receber de clientes	6	18.602	12.646
Conta corrente fábrica	7	11.519	17.332
Estoques	8	40.461	23.725
Impostos a recuperar	9	10.689	8.466
Adiantamentos a fornecedores		15.913	157
Despesas antecipadas		245	161
Demais contas a receber		140	131
Não Circulante		**68.307**	**38.818**
Realizável a longo prazo			
Conta corrente fábrica	7	38.446	9.193
Partes relacionadas	15	169	113
Depósitos judiciais		2.713	2.652
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.714	897
Intangível	10	13.509	13.440
Imobilizado	11	3.584	4.140
Ativo de direito de uso	12	7.172	8.383
Total do ativo		**176.022**	**141.049**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**133.890**	**112.742**
Fornecedores	13	35.216	32.822
Adiantamentos de clientes		16.371	20.842
Adiantamento da fábrica		6.288	11.477
Passivo de arrendamento	12	2.730	2.237
Empréstimos	14	24.230	5.822
Salários e encargos sociais		4.238	2.610
Impostos a recolher		3.805	1.421
Partes relacionadas	15	37.436	35.226
Demais contas a pagar		3.576	265
Não Circulante		**6.364**	**7.609**
Passivo de arrendamento	12	5.373	7.019
Provisão para contingências		991	590
Patrimônio líquido		**35.768**	**20.698**
Capital social	16	20.860	20.860
Reserva de capital		261	261
Reserva legal		809	-
Retenção de Lucros		13.838	-
Prejuízos acumulados		-	(423)
Total do passivo		**176.022**	**141.049**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31/12/2019	**20.860**	**261**	-	-	**(2.024)**	-	**19.097**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**1.601**	**1.601**
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	1.601	(1.601)	-
Saldos em 31/12/2020	**20.860**	**261**	-	-	**(423)**	-	**20.698**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**16.608**	**16.608**
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	423	(423)	-
Reserva legal	-	-	809	-	-	(809)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(1.538)	**(1.538)**
Destinação do lucro	-	-	-	13.838	-	(13.838)	-
Saldos em 31/12/2021	**20.860**	**261**	**809**	**13.838**	-	-	**35.768**

Demonstração do Resultado do Exercício em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas e serviços prestados	17	423.221	256.256
Custos das vendas e dos serviços prestados	18	(353.916)	(224.150)
Lucro bruto		**69.305**	**32.106**
Despesas gerais e administrativas	18	(24.515)	(18.263)
Despesas com vendas	18	(23.004)	(10.663)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	259	274
Lucro operacional		**22.045**	**3.454**
Receitas financeiras		1.638	5.057
Despesas financeiras		(2.846)	(7.221)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(1.008)**	**(1.524)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**21.037**	**1.930**
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.429)	(329)
Lucro líquido do exercício		**16.608**	**1.601**
Lucro líquido por ação do capital social		0,80	0,08

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em milhares de reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**21.037**	**1.930**
Ajustes		
Depreciações e amortizações	3.423	3.304
Ganho na alienação do imobilizado	-	(209)
Reversão (provisão) para créditos liquidação duvidosa	210	(1.102)
Reversão (provisão) para perdas com garantias	-	(2)
Provisão de despesas	3.492	-
Provisão para perdas de estoques	226	4
Provisão para contingências	401	342
Variações monetárias e juros líquidos	2.319	1.799
	31.108	**6.066**
Variações no capital circulante		
Títulos e valores mobiliários	27.072	(27.256)
Contas a receber de clientes	(6.168)	609
Conta corrente fábrica	(23.440)	(14.454)
Estoques	(16.962)	17.533
Impostos a recuperar	(2.223)	568
Adiantamentos a fornecedores	(15.756)	7.372
Demais contas a receber	(210)	(699)
Fornecedores	2.394	9.025
Adiantamento de clientes	(4.471)	11.346
Adiantamento da fábrica	(5.189)	6.399
Impostos a recolher	1.310	734
Salários e encargos sociais	1.628	749
Demais contas a pagar	(423)	171
Caixa aplicado nas operações	**(11.338)**	**18.163**
Juros pagos	(758)	(1.930)
Imposto de Renda e CSSL pago	(5.172)	(142)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(17.268)**	**16.091**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquições de imobilizado e intangível	(518)	(355)
Valor recebido pela venda de imobilizado	-	1.321
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(516)**	**766**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	18.002	5.700
Pagamentos de empréstimos	(251)	(7.672)
Recebimento de derivativo	-	1.357
Pagamentos de mútuos com partes relacionadas	-	(8.650)
Pagamentos de arrendamentos	(2.362)	(1.899)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**15.389**	**(10.164)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.395)**	**6.293**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.259**	**5.966**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**9.864**	**12.259**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: suas atividades operacionais compreendem a comercialização de veículos comerciais novos e seminovos, de peças e acessórios e de pneus, a prestação de serviços de oficina mecânica, de funilaria, recapagem e borracharia, e a prestação de serviços de intermediação de negócios em financiamento com bancos, intermediações em venda de cotas de consórcio, intermediações em vendas de seguros e em vendas diretas com a Montadora. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Vale ressaltar que as suas operações começaram a ser afetadas pelos impactos econômicos e sociais advindos do COVID-19 no primeiro trimestre de 2020, no entanto, a Companhia atuou e continua atuando em planos de adaptação à situação, os quais contribuíram para que as demonstrações financeiras não tivessem impactos relevantes. Na data em que a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração da Companhia determinou que não havia incertezas relevantes que pussesem em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** as políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicada de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3. Base de preparação e apresentação: as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo apresentado líquido de saldos de contas garantidas nas demonstração dos fluxos de caixa. **5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se, substancialmente, as aplicações financeiras e fundos de investimentos que são remunerados com base no Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI. **6. As contas a receber de clientes** correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A empresa aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todo o contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito.

	2021	2020
Contas a receber de clientes	16.931	13.803
Contas a receber de empresas ligadas	3.745	708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.074)	(1.864)
	18.602	**12.646**

7. A "conta corrente fábrica" é uma conta gráfica estabelecida contratualmente entre a Companhia e a Montadora, utilizada pelas partes em operações de antecipação ou pagamento de notas por conta de compra de veículos, peças (componentes de produtos) da marca encomendado pela Companhia; eventual pagamento de penalidades por descumprimento de obrigações da controladora; pagamento de bonificações que a Montadora lhe atribui através de incentivos de vendas; e recebimento de garantias e revisões.

	2021	2020
Conta corrente fábrica (i)	-	28
Fundo retido fabricante - veículos (ii)	33.449	6.263
Fundo retido fabricante - peças (ii)	4.998	2.930
Garantias pendentes (iii)	372	242
Revisões pendentes (iii)	24	14
Bonificação (iv)	11.121	17.033
Outros valores adiantados	1	15
	49.965	**26.525**

(i) Corresponde a conta movimento firmada contratualmente entre a Companhia e a Montadora. (ii) Referem-se a aplicações financeiras vinculadas à conta corrente fábrica, que estão sob gestão da Montadora. (iii) Referem-se a valores a serem pagos pela Montadora por conta de mercadorias fornecidas e serviços prestados a clientes, em conformidade com o termo de garantia dos veículos novos. (iv) Referem-se a bonificação a receber em decorrência de incentivos de vendas estabelecidos pelas políticas da Montadora. **8. Os estoques** são demonstrados ao custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo de veículos novos e seminovos é controlado individualmente por veículo e o custo de peças e acessórios pelo método da média ponderada móvel. O custo da oficina compreende os custos de mão de obra direta e as respectivas despesas diretas da oficina. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

	2021	2020
Veículos novos	30.280	16.968
Peças, acessórios e pneus	8.985	6.387
Outros	1.216	370
	40.481	**23.725**

9.Os impostos a recuperar: são compostos pelos seguintes valores:

	2021	2020
ICMS	10.643	8.381
Imposto de Renda	34	49
Outros	11	36
	10.688	**8.466**

10. O intangível é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
Concessão	13.399	13.399
Outros intangíveis	110	41
	13.509	**13.440**

11. O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **12.** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem de transição simplificada. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os arrendamentos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

Ativo de direito de uso	2021	2020
Em 1º de de janeiro	8.383	10.049
Atualização monetária	1.209	552
Depreciação	(2.420)	(2.218)
Em 31 de dezembro	**7.172**	**8.383**

Passivo de arrendamento	2021	2020
Em 1º de de janeiro	9.256	10.803
Juros provisionados	758	860
Juros pagos	(758)	(860)
Atualização monetária	1.209	552
Pagamentos	(2.362)	(1.899)
Em 31 de dezembro	**8.103**	**9.256**

13. Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivos não circulantes.

	2021	2020
Mercedes Benz do Brasil Ltda.	4.744	1.148
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	20.895	21.464
Outros Fornecedores	3.893	9.790
Fornecedores - Empresas ligadas	5.684	420
	35.216	**32.822**

14. Os **empréstimos** são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na

15. Partes Relacionadas

	Ativo			Passivo
Avisos de Lançamentos	**Demais contas a receber (i)**	**Mútuo Finan-ceiro (ii)**	**Demais contas a Pagar (iii)**	
Banco Rodobens S.A.	-	693	-	7
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda.	-	-	12.593	-
Rodobens Assessoria Técnica e Gerenciamento de Riscos em Seguros Ltda.	-	-	11.451	-
Rodobens Transportes Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	-	11.451	-
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	-	87	-	145
Rodobens Veículos Comerciais Cirassa S.A.	169	1.888	-	5.944
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda	-	964	-	-
Rodobens S.A	-	-	-	1.495
Outros	-	133	-	37
	169	**3.745**	**35.495**	**7.628**

	Ativo			2020 Passivo
Aplicações financeiras	**Demais contas a receber (i)**	**Mútuo Finan-ceiro (ii)**	**Demais contas a Pagar (iii)**	
Banco Rodobens S.A.	1.040	210	-	71
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda.	-	-	12.273	-
Rodobens Assessoria Técnica e Gerenciamento de Riscos em Seguros Ltda.	-	-	11.159	-
Rodobens Transportes Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	-	11.159	-
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	-	53	-	237
Rodobens Veículos Comerciais Cirassa S.A.	-	510	-	469
Outros	-	72	-	49
	1.040	**845**	**34.591**	**826**

(i) Refere-se a contas a receber por conta de prestações de serviços e reembolsos de despesas, referente ao Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). (ii) Referem-se a contratos de mútuos realizados sobre o qual incidem juros equivalentes ao CDI. (iii) Referem-se a contas a pagar por conta de contratação de prestação de serviços de empresas ligadas, aluguéis e reembolso de despesas, referente ao Centro de Serviços Compartilhados ("CSC").

16. Em 2021 o capital social está dividido em 20.860.185 ações, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **17. Reconhecimento da receita**: a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

	2021	2020
Vendas brutas de mercadorias	472.427	276.674
Vendas brutas de serviços	10.280	7.583
Dedução de vendas de mercadorias		
Devolução e cancelamento de vendas	(9.489)	(2.430)
PIS	(565)	(318)
COFINS	(2.602)	(1.464)
ICMS	(45.563)	(22.805)
Dedução de vendas de serviços		
PIS	(138)	(104)
COFINS	(635)	(481)
ISS	(514)	(375)
Receita líquida	**423.221**	**256.256**

18. Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil da competência do exercício. **19.** Quando apliicável o imposto de renda é calculado sobre o lucro real à alíquota de 15% mais o adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 9%. sobre o lucro tributável antes do imposto de renda.

DIRETORIA

Libano Miranda Barroso - Diretor Presidente **Ademir Odoricio** - Diretor Geral

Ricardo da Mata Silva Guerreiro - Contador - CRC - SP-276010/O-9

900PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A. - CNPJ/MF nº 35.210.41/0001-41 - NIRE 35300547205

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Março de 2022

Data, hora, local: 25.03.2022, às 14hs, na sede social, Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco A, conjunto 13 - Parte, Alphaville Industrial, Barueri/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. (i) **Exponencial Pagamentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, CNPJ nº 33.341.944/0001-81, com regulamento vigente datado de 18.12.2020, neste ato representado, nos termos do seu regulamento, por sua administradora **Reag Administradora de Recursos Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 23.863.529/0001-34, devidamente autorizada pela CVM à prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 15.170, de 12.08.2016, neste ato representado por seu Representante legal; (ii) **Maximizar Empreendimentos e Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 06.117.902/0001-18, com sede Barueri/SP, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob NIRE 35.218.712.218, neste ato representada por **Alexandre Ferrari**, brasileiro, casado, administrador de empresas, carteira de identidade nº 22.433.830-4, expedida pela SSP/SP, CPF/MF nº 131.950.318-76, com escritório em Barueri/SP; e (iii) **Guilherme Corbini Matheus**, brasileiro, solteiro, graduado em propaganda e marketing, RG nº 35.348.505 (SSP/SP), CPF nº 323.206.938-07 com endereço comercial em Barueri/SP. **Mesa:** Alexandre Ferrari - Presidente, Soraia Dias de Souza - Secretária. **Deliberações Aprovadas:** (i) a alteração da denominação social para **Moove Money Instituição de Pagamentos S.A.**; (ii) alterar o endereço da Companhia de Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco A, 1º andar, conjunto 13 Alphaville Industrial, Barueri/SP, CEP: 06454-000, passando o mesmo para: Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco A, 1º andar, conjunto 18, Alphaville Industrial, Barueri/SP, CEP: 06454-000; (iii) **destituição** dos Sr. Guilherme Corbini Matheus, do cargo de Diretor Presidente, e do Sr. Virlington Saffir, do cargo de Diretor Vice Presidente, e eleição do Sr. **Eduardo Kisahleitner**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 25.188.853-8 (SSP/SP), CPF nº 258.486.598-00, com endereço comercial em Barueri/SP, ao cargo de Diretor sem designação específica, e da Sra. **Renata Selin**, brasileira, casada, administradora, RG nº 36.296.466 (SSP/SP), CPF nº 404.901.998-10, com endereço comercial em Barueri/SP, ao cargo de Diretora sem designação específica, ambos eleitos com vigência até a AGO de 30.04.2023, assinando o competente Termo de Posse no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. (iv) O aumento do capital social no valor de **R$30.984,07**, mediante a subscrição e integralização, nesta data pelos acionistas Amo Windmaller Multiestratégia, Maximizar Empreendimentos e Participações Ltda e Guilherme Corbini Matheus. (v) Tendo em vista a deliberação acima, o Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 5º** - *O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$1.032.334,07, dividido em 352.840, sendo 342.250 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e 10.590 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.*". (vi) alterar e consolidar o Estatuto Social, que já contemplando as alterações acima. **Encerramento:** Nada mais. **Exponencial Pagamentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Maximizar Empreendimentos e Participações Ltda.** - Alexandre Ferrari, **Guilherme Corbini Matheus.** JUCESP 185.181/22-3 em 12.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I - Estatuto Social da Moove Money Instituição de Pagamentos S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º - Moove Money Instituição de Pagamentos S.A. é uma sociedade anônima que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Barueri/SP, na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco A, conjunto 18, Alphaville Industrial, CEP 06454-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou exterior. **Art. 3º** - A Companhia tem por objeto: (i) a emissão de moeda eletrônica; (ii) a gestão de contas de pagamento; (iii) a administração dos envios e recebimentos de pagamentos realizados entre os usuários cadastrados ou usuários de outras instituições; (iv) o pagamento ao público e aporte e saque de recursos; (v) a emissão de instrumento de pagamento; (vi) o credenciamento para aceitação de um instrumento de pagamento; (vii) a integração de meios de pagamento digitais a plataformas de comércio eletrônico ou presencial; (viii) as atividades listadas no inciso III do art. 6º da Lei nº 12.865, de 9.10.2013; (ix) a participação no capital de outras sociedades ou formas associativas, na condição de sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. **Art. 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações: Art. 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$1.032.334,07, dividido em 352.840 ações, sendo 342.250 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e 10.590 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º:** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral: Art. 6º** - A Assembleia Geral, com competência prevista em lei e neste Estatuto, reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, a fim de deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei 6.404/76. **Art. 7º** - A convocação da Assembleia Geral será feita por qualquer membro da Diretoria, nos termos da lei, sendo seus trabalhos instalados e presididos pelo Diretor Presidente da Companhia, ou seu impedimento, por qualquer outro membro da Diretoria da Companhia, a quem caberá a escolha do secretário da mesa. **§ 1º:** Ficam dispensadas as formalidades de convocação previstas caput deste artigo quando todos os acionistas comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes da data, hora e ordem do dia da respectiva reunião. **§ 2º:** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto e, em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. **§ 3º**: As matérias sujeitas a deliberação em Assembleia Geral da Companhia deverão ser aprovadas por acionistas titulares de ações representativas da maioria do capital social, ressalvadas as hipóteses em que a legislação em vigor exija este Estatuto Social estabelecerem quóruns superiores. **§ 4º**: Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto Social e na legislação em vigor, dependem de aprovação prévia dos acionistas as seguintes matérias: a) a aprovação das contas dos administradores, bem como seu patrimônio e balanço patrimonial e balanço de resultado econômico; b) a alienação, direta ou indireta, ou compartilhamento do controle detido pela Companhia em quaisquer controladas, ou mesmo a alienação de participação em qualquer controlada (mesmo que parcial) ou a alteração no percentual de participação em qualquer controladas, ainda que tais ações sejam decorrentes da renúncia ao direito de preferência na subscrição de novas ações ou ações das controladas; c) a outorga de opções de compra ou opções de subscrição de ações; d) retenção de lucros e distribuição de dividendos, inclusive de forma desproporcional; e) alteração da política de distribuição de lucros ou a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio em forma diversa da referida política, assim como a alteração ou a extinção de qualquer das ações (exceção feita àquela cuja constituição seja obrigatória por lei ou disposição estatutária); f) liquidação e dissolução, cessação do estado de liquidação incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; g) transformação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária ou financeira, ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia; j) contratação de obrigações pela Companhia, inclusive por meio de financiamento, empréstimo ou endividamento, e/ou participação da Companhia em em negócios ou operações envolvendo valores superiores ao previsto no Plano de Negócios (Business Plan) e no Plano Anual de Orçamento de Investimentos; k) declaração de autofalência, pedido de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; l) solicitação de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários para a abertura de capital e qualquer oferta pública ou emissão de valores mobiliários, primária ou secundária, em colocação pública ou privada, no Brasil e/ou no exterior; assim como eventual fechamento do capital ou qualquer oferta pública de aquisição de ações (após eventual transformação da Companhia); m) aumento e/ou redução do capital; n) resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou cancelamento de ações; o) quaisquer outras alterações e/ou reforma do Estatuto Social; p) a eleição ou destituição dos Diretores; q) a criação de comitês e eleição de seus membros; r) a indicação de outros membros para a administração; s) fixação ou alteração de quaisquer remunerações, bônus, benefícios e/ou participações nos lucros a serem pagos aos administradores ou aos membros de comitês, assim como outorga de opção de compra de ações; t) adoção, aprovação e/ou modificação do Plano de Negócios (Business Plan) e do Plano Anual de Orçamento e Investimentos da Companhia; u) a realização de qualquer operação, ou a prática de qualquer atividade estranha ao objeto social; v) deliberar sobre a aquisição, a alienação ou a cessão de uso, a título gratuito ou oneroso, qualquer ativo, propriedades, direitos, participações societárias, em qualquer caso desde que não previsto no Plano Anual de Orçamento e Investimentos; w) deliberar sobre a constituição de ônus ou gravames sobre qualquer ativo, propriedades, direitos, participações societárias da Companhia (exceto investimentos decorrentes de incentivos fiscais), ou mesmo sobre a realização de quaisquer operações que resultem em quaisquer ônus ou gravames em qualquer ativo / propriedade da Companhia, em qualquer caso desde que não previsto no Plano Anual de Orçamento e Investimentos; x) a concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, que não entre a Companhia e/ou suas afiliadas, independentemente do valor; y) escolher e destituir os auditores independentes; z) decidir sobre a aquisição, alienação, licenciamento ou concessão de marcas, patentes, logotipos, informações técnicas e segredos industriais; aa) autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão para cancelamento ou para permanecerem em tesouraria, observadas os dispositivos legais aplicáveis; bb) deliberar sobre a alienação ou o cancelamento de ações da própria Companhia que, por qualquer motivo, permanecerem em tesouraria; cc) deliberar sobre contratos de locação, sem garantias reais, caso não previsto no Plano Anual de Orçamento e Investimentos, ou em valor superior ao lá previsto; dd) deliberar sobre contratos de *leasing*, sem garantias reais, caso não previsto no Plano Anual de Orçamento e Investimentos, ou em valor superior ao lá previsto; ee) deliberar sobre a admissão de novos acionistas; ff) deliberar sobre a exclusão de acionistas; e gg) alteração do objeto social. **Art. 8º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV - Administração: Art. 9º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto. **§ Único:** Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 dias que se seguirem à sua eleição e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Art. 10º** – A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais diretores sem designação específica, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos para um mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. Os Diretores serão eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. **§ 1º:** O exercício do cargo de Diretor independe da prestação de caução. **§ 2º:** Em caso de vacância de cargo de diretor, serão observadas as seguintes regras: I. se com a vacância de cargo de Diretores, o número de membros da Diretoria se reduzir a menos de 2 Diretores, será imediatamente convocada uma Assembleia Geral para a eleição do(s) substituto(s), que exercerá(ão) o mandato pelo tempo que faltar para completar o do(s) substituído(s); e II. nos demais casos, a Diretoria funcionará com os Diretores remanescentes até a próxima Assembleia Geral. **Art. 11º** - Ressalvados os casos previstos neste Estatuto, compete aos Diretores, sempre atuando em conjunto, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social. **Art. 12º** - Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, será obrigatoriamente assinados: (i) por 2 Diretores; (ii) por um Diretor e pelo procurador constituído na forma prevista neste Estatuto; ou (iii) por um procurador, agindo isoladamente, desde que munido de procuração com poderes específicos e prazo de validade determinado, com exceção das procurações *ad judicia*, as quais podem possuir prazo indeterminado. **Art. 13º** - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores, conjuntamente. **§ Único:** As procurações deverão sempre especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão prazo de validade limitado a 1 ano. **Art. 14º** - E expressamente vedada a Diretoria a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Art. 15º** - A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei. **§ Único:** As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos. **Art. 16º** - O Conselho Fiscal deverá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria absoluta dos votos na Assembleia Geral. **Capítulo VIII - Arbitragem: Art. 25º** - As divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários que não possam ser solucionadas amigavelmente pelos acionistas dentro de um prazo improrrogável de 15 dias, serão dirimidas por arbitragem de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, servindo este ato como cláusula compromissória para efeito do que dispõe o § 1º do Art. 4 da Lei 9.307/96. A administração e o comitê deverão envolvimento do procedimento arbitral, da mesma forma, caberá ao Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. **Art. 26º** – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, com base na legislação aplicável à espécie.

Jornal O DIA SP

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE
INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E GESTÃO FISCAL

Conselho aprova uso do FGTS para quitar parcelas atrasadas de imóvel

A partir de 2 de maio, o mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) poderá usar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar até 12 prestações em atraso. Aprovada pelo Conselho Curador do FGTS, a medida foi publicada na terça-feira (19) no Diário Oficial da União.

A medida vale até 31 de dezembro. Atualmente, o FGTS pode ser usado em até duas situações para a casa própria: a compra ou a construção e a amortização de parcelas de financiamentos imobiliários. Apesar do uso do fundo para reduzir o valor da prestação, o emprego dos recursos do FGTS para quitar parcelas em atraso é novidade.

Tradicionalmente, o trabalhador com financiamento imobiliário pode usar o saldo nas contas do FGTS em seu nome para quitar totalmente ou amortizar (reduzir o valor principal) da dívida da casa própria. Se o trabalhador tiver nas contas do FGTS uma quantia correspondente a 12 meses de parcelas, pode usar esses recursos para reduzir em até 80% o valor das prestações por 12 meses seguidos.

Nessa situação, o FGTS também pode ser usado para diminuir o número de prestações (e o tempo total do financiamento) ou para abater uma parte da parcela mensal, reduzindo o valor das prestações seguintes.

Em relação à compra e à construção da casa própria, pode sacar o dinheiro do FGTS o trabalhador com pelo menos três anos de contribuição para o fundo. A contagem é feita somando o tempo de trabalho na mesma empresa ou em empresas diferentes, em períodos consecutivos ou não.

A possibilidade de saque do FGTS para compra ou construção da casa próp

Trinity

Trinity Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.077.752/0001-53

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - Em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota explicativa**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.415	16.763	11.912	16.775
Contas a receber	5	131.424	120.878	131.892	121.291
Impostos a recuperar	-	30	58	85	113
Valor justo dos contratos de energia	17.b	71.676	65.646	71.676	65.646
Outros ativos	-	3.187	1.938	3.445	1.938
		217.732	**205.283**	**219.009**	**205.763**
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	17.b	38.098	13.909	38.098	13.909
Outros ativos	-	261	331	261	330
		38.359	**14.240**	**38.359**	**14.239**
Investimento	6	3.763	160	-	-
Imobilizado	7	1.944	148	10.720	148
Intangível	-	1.421	1.919	1.421	1.919
		7.128	**2.227**	**12.141**	**2.067**
Total do ativo		**263.218**	**221.750**	**269.508**	**222.069**

Passivo e patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota explicativa**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedores	8	135.044	119.261	140.756	119.261
Obrigações tributárias	10	1.892	2.151	2.223	2.348
Obrigações trabalhistas	-	292	231	293	233
Partes relacionadas	9	-	2.500	-	2.500
Valor justo dos contratos de energia	17.b	61.314	54.969	61.314	54.969
Outros passivos	-	4.446	725	4.607	885
		202.989	**179.877**	**209.193**	**180.196**
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	17.b	38.258	15.275	38.258	15.275
Passivo fiscal diferido	11.b	3.835	3.196	3.835	3.196
Empréstimos		-	-	81	-
		42.093	**18.471**	**42.174**	**18.471**
Patrimônio líquido	13				
Capital social		3.678	15.000	3.678	15.000
Transação de capital		219	219	219	219
Reserva de lucros		14.241	8.183	14.241	8.183
		18.138	**23.402**	**18.138**	**23.402**
Participação de não controladores		-	-	4	-
		18.138	**23.402**	**18.142**	**23.403**
Total do passivo e patrimônio líquido		**263.218**	**221.750**	**269.508**	**222.069**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora				Consolidado	
	Nota	**Capital social**	**Transações de capital**	**Reserva de lucros**	**Lucro líquido**	**Total**	**Participação dos não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31/12/2019		**10.000**	**219**	**5.657**	-	**15.876**	**92**	**15.968**
Integralização de capital	13	5.000	-	(5.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.299	**8.299**	49	**8.348**
Distribuição de dividendos		-	-	-	(773)	**(773)**	(140)	**(913)**
Transferência para reserva de lucros		-	-	7.526	(7.526)	-	-	-
Saldos em 31/12/2020		**15.000**	**219**	**8.183**	-	**23.402**	**1**	**23.403**
Redução do Capital Social		(11.322)	-	-	-	**(11.322)**	-	**(11.322)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.310	**12.310**	90	**12.400**
Distribuição de dividendos		-	-	-	(6.252)	**(6.252)**	(87)	**(6.339)**
Transferência para reserva de lucros		-	-	6.058	(6.058)	-	-	-
Saldos em 31/12/2021		**3.678**	**219**	**14.241**	-	**18.138**	**4**	**18.142**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade" ou "Trinity") é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 23/10/2012, tendo por objeto social: (i) comércio atacadista de energia elétrica, corretagem, representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, (escritórios); (ii) prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional para gestão de energia, (escritório), sendo outorgado pela ANEEL no despacho nº368 de 18/02/2013, organizada e regida nos termos do presente contrato social e das demais disposições aplicáveis. Além da atuação no comercialização e na prestação de serviços de gestão em energia, a Empresa iniciou, em 2021, a prospecção de projetos de geração de energia de fontes renováveis em geração distribuída e centralizada, estabelecendo uma área para avaliação, administração e controle dos sites que serão construídos ou adquiridos nos próximos anos, culminando com a aquisição do primeiro projeto de geração de energia, em construção, localizada em Minas Gerais (UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.). Com a entrada da Sociedade no segmento de geração de energia em 2021, o objeto social foi ampliado (conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 - Eventos Subsequentes), incluindo a atividade de geração de energia elétrica. A Empresa tem Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas nº 134, 12º andar, Bairro Vila Olimpia, CEP 04551-000. As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31/12/2021, abrangem a Sociedade e suas controladas. A Sociedade controlada integramente as demonstrações contábeis das controladas Trinity Gestão e Inteligência em Energia Ltda., Trinity Holding Ltda. e UFV TNT I Bom Sucesso Ltda. que está registrada no seu balanço contábil no grupo de Investimentos. **2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 10/03/2022. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicada de outra forma. **d) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir desses estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam os maiores efeitos nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota nº 05** - Contas a receber (Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosos); • **Nota nº 12** - Provisão para contingências; • **Nota nº 17** - Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Gestão de capital:** A Sociedade busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias. **3. Principais políticas contábeis adotadas:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **3.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: • Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) custo amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação pessoa o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. • **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço ofertado de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. • **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo devido aos financeiros em virtude de problemas financeiros. • **Desconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e (ii) a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão de envolvimento contínuo da Sociedade com esse ativo. **Passivos financeiros: • Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como um passivo financeiro mensurado ao VJR inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais alterações no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Sociedade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos dos custos da transação diretamente relacionados. • **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. • **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.2. Caixas e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não sofrem o valor de mercado. As aplicações financeiras são mensuradas e mensuradas não valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Contas a receber:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço e valores a receber da CCEE "Câmera de Comercialização de Energia Elétrica", contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensurados ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, dessa forma os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.4. Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturadas para a Sociedade e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **3.5. Valor justo dos contratos de energia:** A Sociedade tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo no fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Sociedade tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação). Seu operação é feita com o intuito de assumir e vender energia de forma líquida e de atender a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos - adotado o IFRS 9 / CPC 48 e são classificados como mensurados pela Sociedade pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente no evento futuro e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis estiverem disponíveis, e em parte, pelas de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco do fornecimento; (iii) preço de mercado para o período da disponibilidade, (iv) preço futuros dos submercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no recebimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.7. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que as eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. **3.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou constitutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R$ 240 para o Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação dos demonstrações contábeis individuais e consolidadas e qualquer ajuste no imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.11. Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos de serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável, e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Sociedade. A receita e despesa de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.12. Consolidação.** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: (I) **Participação de acionistas não-controladores:** A Sociedade elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (II) **Controladas:** A Sociedade controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Sociedade obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.13. Novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidas: que ainda não estavam em vigor em 31/12/2021: • Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Sociedade não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se teriam impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: • **Alteração na norma IAS 16 Imobilizado** - classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** - Esta alteração é efetiva para períodos iniciados em/ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada, IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros, IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 3** - inclui orientações para determinar quando uma entidade deve aplicar uma norma IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 17** - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IAS 1** - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IFRS 4** - extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 01/01/2021, e enclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

Diretoria
João Alberto Bertin Sanches
Diretor Presidente
Fabio Henrique Juliani
Diretor
Contador: Thiago Ânnies Bissoletti
CRC: 1SP 259092-O-0

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	14	1.246.815	1.643.781	1.259.140	1.660.170
Custo da energia comercializada	15	(1.232.426)	(1.629.241)	(1.232.426)	(1.629.241)
Resultado do valor justo de contratos de energia	17.b	892	(120)	892	(120)
		17.280	**14.420**	**27.512**	**21.009**
Lucro bruto					
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas	15	(11.504)	**(9.559)**	(11.801)	(9.619)
Resultado de equivalência patrimonial	6	8.758	**5.094**	-	-
Outras receitas/(receitas)	15	(93)	**49**	(31)	(593)
		14.442	**10.004**	**15.680**	**10.797**
Lucro antes do resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	243	401	274	411
Despesas financeiras	16	(266)	(236)	(282)	(3.083)
Resultado financeiro		**(23)**	**165**	**(7)**	**151**
Lucro antes do IR e da CS		**14.419**	**10.169**	**15.672**	**10.948**
IR e CS: Corrente	11.a	(1.468)	(2.355)	(2.633)	(3.083)
Diferido		(639)	485	(639)	485
		(2.107)	**(1.870)**	**(3.272)**	**(2.598)**
Lucro líquido do exercício		**12.310**	**8.299**	**12.400**	**8.348**
Atribuível a: Controladora				12.310	8.299
Participações dos não controladores				90	49
				12.400	**8.348**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Total do resultado abrangente do exercício	**12.310**	**8.299**	**12.400**	**8.348**
Resultado abrangente do exercício	**12.310**	**8.299**	**12.400**	**8.348**
Atribuível a: Controlador			**12.310**	**8.299**
Participações dos não controladores			90	49
			12.400	**8.348**

Demonstrações do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	**12.310**	**8.299**	**12.400**	**8.348**
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	145	123	145	123
Resultado do valor justo de contratos de energia	(892)	248	(892)	248
Tributos diferidos	639	(614)	639	(614)
Baixa de ativo intangível	498	-	498	-
Outros resultados com investimentos	(86)	431	(86)	1.208
Equivalência patrimonial	(8.758)	(5.094)	-	-
	3.856	**3.393**	**12.705**	**9.313**
(Decréscimo)/acréscimo nas contas de ativo				
Contas a receber	(10.546)	(62.798)	(10.601)	(62.986)
Impostos a recuperar	27	363	29	364
Outros ativos	(1.179)	(1.820)	(1.437)	(1.820)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	15.784	64.583	21.497	64.583
Obrigações tributárias	(299)	1.425	(125)	1.426
Salários e provisões a pagar	60	131	60	132
Outros passivos	3.723	(362)	3.722	(201)
Caixa gerado das atividades operacionais	**11.427**	**4.915**	**25.949**	**10.811**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(1.942)	(44)	(10.717)	(44)
Aporte de capital	(3.365)	-	-	-
Dividendos recebidos	8.606	5.895	-	-
Caixa gerado pelas/(usado) das atividades de investimento	**3.299**	**5.851**	**(10.718)**	**(44)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos com partes relacionadas	(2.500)	2.500	(2.500)	2.500
Pagamento de empréstimos	-	-	81	-
Dividendos pagos	(6.252)	(773)	(6.252)	(913)
Redução de capital social	(11.322)	-	(11.322)	-
Caixa (usado) das/gerado pelas atividades de financiamento	**(20.074)**	**1.727**	**(19.994)**	**1.587**
(Decréscimo)/acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(5.348)**	**12.492**	**(4.863)**	**12.354**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	16.763	4.271	16.775	4.421
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11.415	16.763	11.912	16.775
(Decréscimo)/acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(5.348)**	**12.492**	**(4.863)**	**12.354**

e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima mencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trinity Energias Renováveis S.A.** em 31/12/2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis da Sociedade relativas ao exercício findo em 31/12/2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação, na data de 15/02/2022. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos Sociedade e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, event